



Arthur Pereira Rosalvos

L'avenir est aux races latines

Usos e apropriações de raça latina na imprensa mexicana (1852-1867)

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Profa. Maria Elisa Noronha de Sá.

Rio de Janeiro

Setembro de 2024



Arthur Pereira Rosalvos

L'avenir est aux races latines

Usos e apropriações de raça latina na imprensa mexicana (1852-1867)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Profa. Maria Elisa Noronha de Sá.

Orientadora

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Fernando Luiz Vale Castro

Instituto de História – UFRJ

Profa. Gabriela Pellegrino Soares

Departamento de História – USP

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Arthur Pereira Rosalvos

Graduou-se em História pela UFRJ (Licenciatura e Bacharelado, 2021-2022). É professor de História da rede municipal de São Paulo desde 2024. Tem como área de pesquisa a História Intelectual e seus interesses acadêmicos estão focados na conformação dos Estados nacionais na América Hispânica no século XIX.

Ficha Catalográfica

Rosalvos, Arthur Pereira

L'avenir est aux races latines : usos e apropriações de raça latina na imprensa mexicana (1852-1867) / Arthur Pereira Rosalvos ; orientadora: Maria Elisa Noronha de Sá. – 2024.

103 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2024.

Inclui bibliografia

CDD: 900

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao concluir esta dissertação, sinto uma imensa gratidão por todos aqueles que tornaram este sonho possível. É com o coração cheio de afeto que me dirijo a todos que me apoiaram e acreditaram em minha jornada acadêmica. Aos meus pais, meu eterno e profundo agradecimento. O apoio incondicional e o amor que vocês me ofereceram foram a base que sustentou todos esses anos de estudo e dedicação. Sem o seu incentivo e compreensão, nada disso seria possível. À educação pública brasileira, que me formou desde o início e me brindou a oportunidade de estudar gratuitamente em uma instituição como a PUC-Rio. Hoje me sinto feliz de retornar a ela como professor do ensino básico. À CAPES e à PUC-Rio, minha sincera gratidão. As bolsas de estudo e o ambiente acadêmico proporcionados foram cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa e para o meu crescimento intelectual e pessoal. À minha orientadora, Professora Maria Elisa Noronha de Sá, expresso meu mais profundo agradecimento. Sua enorme paciência com todos os problemas que surgiram, sua orientação e apoio foram essenciais para a realização deste trabalho. Suas palavras sempre encorajadoras e seus conselhos preciosos foram essenciais para a conclusão deste trabalho. Ao Professor Vitor Izecksohn, cujas orientações durante a graduação foram fundamentais para o meu interesse pela História da América, meu muito obrigado. Grande parte do que aprendi e do meu entusiasmo por esta área deve-se ao seu empenho e dedicação. Aos avaliadores, Professor Fernando Luiz Vale Castro e Gabriela Pellegrino Soares, minha sincera gratidão por suas contribuições valiosas desde a Qualificação até a conclusão desta dissertação. Suas críticas construtivas e sugestões foram indispensáveis para o aprimoramento deste trabalho. Aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo apoio, encorajamento e momentos de leveza em meio às dificuldades, minha eterna gratidão. Vocês foram meu alicerce e fonte de inspiração, especialmente nos momentos desafiadores do último ano. A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este projeto se tornasse realidade, meu muito obrigado. Cada palavra de apoio, cada gesto de compreensão e cada incentivo foram peças fundamentais nesta jornada, que não foi nada fácil.

Resumo

ROSALVOS, Arthur Pereira; SÁ, Maria Elisa Noronha de. *L'avenir est aux races latines: os usos e apropriações de raça latina na imprensa mexicana (1852-1867)*. Rio de Janeiro, 2024. 102p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em meados do século XIX, o México enfrentava um duplo desafio: além das violentas disputas internas sobre a conformação do Estado nacional, havia a constante ameaça de intervenções estrangeiras, especialmente dos Estados Unidos. Nesse contexto, a visão de um “mundo civilizado” dividido em grandes grupos raciais começou a ser empregada para diferenciar duas Américas que se viam cada vez mais distantes: uma dominada pela raça latina e outra pela raça anglo-saxã. Inicialmente presentes predominantemente em textos europeus, esses conceitos passam a ser mobilizados também pelos próprios americanos como forma de auxiliar em seus objetivos políticos. Esta dissertação tem como objetivo analisar os usos e apropriações do conceito de raça latina entre os anos de 1852 e 1867, por intelectuais associados a três importantes periódicos mexicanos: *El Siglo Diez y Nueve*, *El Universal* e *La Sociedad*. Esse período é marcado pelo fim da guerra com os Estados Unidos, pela Guerra de Reforma, pelo início da intervenção francesa e pelo estabelecimento do Segundo Império mexicano. Busca-se interpretar como o conceito foi apropriado por intelectuais mexicanos, sua relação com o imperialismo francês e com o conceito de América Latina, o sentido de raça contido no conceito e as razões que explicam sua adoção – ainda que transitória – como elemento aglutinador por intelectuais ibero-americanos. O conceito foi mobilizado não só em um contexto de esforços para forjar uma identidade regional, mas também para fazer frente a discursos que inferiorizavam a região e apregoavam a sua suposta incapacidade para trilhar os caminhos do progresso por seus próprios meios.

Palavras-chave

Raça latina; Raça; América Latina; Intelectuais.

Abstract

ROSALVOS, Arthur Pereira; SÁ, Maria Elisa Noronha de. *L'avenir est aux races latines: the uses and appropriations of latin race in the mexican press (1852-1867)*. Rio de Janeiro, 2013. 102p. MSc. Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In the mid-19th century, Mexico faced a dual challenge: in addition to violent internal disputes over the formation of the national state, there was the constant threat of foreign intervention, particularly from the United States. In this context, the vision of a "civilized world" divided into large racial groups began to be employed to differentiate two Americas that were becoming increasingly distinct: one dominated by the Latin race and the other by the Anglo-Saxon race. Initially present predominantly in European texts, these concepts were also adopted by Ibero-Americans as a means of supporting their political objectives. This dissertation aims to analyze the uses and appropriations of the concept of the Latin race between 1852 and 1867 by intellectuals associated with three significant Mexican periodicals: *El Siglo Diez y Nueve*, *El Universal*, and *La Sociedad*. This period was marked by the end of the war with the United States, the Reform War, the beginning of the French intervention, and the establishment of the Second Mexican Empire. The objective is to investigate how the concept was appropriated by Mexican intellectuals, its relationship with French imperialism and with the concept of Latin America, the meaning of race contained within the concept, and the reasons that explain its adoption—albeit transitory—as an agglutinating element by Ibero-American intellectuals. The concept was mobilized not only in the context of efforts to forge a regional identity but also to confront discourses that sought to undermine the region by proclaiming its supposed inability to progress by its own means.

Keywords

Latin race; Race; Latin America; Intellectuals.

Sumário

1. Introdução	8
2. Em busca do lugar do México no Mundo	17
2.1. Raça Latina e América Latina Raça	19
2.2. Raça Latina e a questão das identidades.	24
2.3. Liberais e conservadores: uma nacionalidade em construção.	29
2.4. A imprensa política mexicana.	36
2.5. Da casta à raça: o elemento racial em Raça Latina.	43
3. Raça Latina: apropriações mexicanas de um conceito global.	55
3.1. Raça Latina: década de 1850.	56
3.2. Raça latina: década de 1860.	71
3.3. Raça latina como universalista e civilizadora.	81
4. Conclusão	93
5. Referências Bibliográficas	98

Lista de Figuras

Gráfico 1: ocorrência do conceito de “raza latina” ou de “razas latinas” no El Siglo Diez y Nueve de 1852 a 1867. 56

Gráfico 2: ocorrência do conceito de “raza latina” ou de “razas latinas” no El Universal e no La Sociedad de 1852 a 1867. 57

1.

Introdução

La gran división que aceptamos no la hemos producido nosotros, y por el contrario la deploramos; pero es preciso que nuestro campo enarbole una enseña, y cuando nuestros adversarios se atreven a decir: ‘el porvenir pertenece a las razas anglo-sajonas’, nos es permitido decir a nuestro turno: ‘el porvenir pertenece a las razas latinas’¹.

Em meados do século XIX, as jovens nações hispano-americanas viviam um período de enorme turbulência. O processo de construção dos Estados-Nacionais, iniciado décadas antes, passava por um período decisivo para o porvir desses países como nações soberanas e independentes. Grande parte dos Estados hispano-americanos chegaram a meados do século com uma história recente marcada por embates entre dois ou mais projetos de nação que se mantinham em disputa constante desde as independências. Em periódicos e impressos que circulavam no mundo Atlântico, era tema recorrente de debate a instabilidade daqueles países, e com frequência se fazia menção ao seu estado de anarquia e a uma suposta incapacidade de autogoverno.

De tal modo, em meados do século também aumenta a atenção de potências europeias pela política americana, principalmente por parte da Espanha e da França. A primeira buscava recuperar a influência sobre suas antigas colônias e, no limite, recuperar a soberania sobre algumas delas – ainda que sob novos termos. A segunda, que viveu por décadas um período de enorme turbulência política, a partir da ascensão de Napoleão III adotou uma política externa mais ambiciosa, passando a tornar a América um de seus objetivos estratégicos. Ao mesmo tempo, os EUA despontavam como uma potência que

¹ HUGELMAN, Gabriel. Nuestras Intenciones - Estrato de la Revista de las Razas Latinas. **La Sociedad: periódico político y literario**, Cidade do México, 08 de novembro de 1859. Noticias Eranjeras, p. 1.

se expandia de forma inédita no continente, multiplicando seu território em poucas décadas e gerando preocupação do resto do mundo, que observava o fenômeno com um misto de admiração e temor. A guerra mexicano-americana (1846-1848), na qual os EUA tomam do México uma imensa parcela de seu território, marca um momento de virada na visão que as elites hispano-americanas tinham sobre esse vizinho que parecia cada vez mais distante. Se antes os EUA eram uma referência por suas instituições liberais e enorme desenvolvimento material, a partir de meados do século torna-se também uma ameaça constante à soberania das nações hispano-americanas, sobretudo para aquelas da região do Caribe e da América Central. O caso do México e de Cuba são emblemáticos, mas também houve acontecimentos importantes em outros países, como a Nicarágua, onde a ação de flibusteiros apoiados pelo governo dos EUA provocou reações contrárias em toda a América, mas também na Europa.

Mais especificamente no México, país de maior relevância para a nossa investigação, os anos entre o Tratado de Guadalupe Hidalgo (1848) – que sela a derrota do país na guerra com os EUA – e o fuzilamento do imperador Maximiliano em Querétaro, representam um período importante no processo de construção do moderno Estado-nacional mexicano. Para além do constante temor em relação a possíveis novas anexações por parte daquele país, nesse período se inicia a Guerra de Reforma (1857-1861), que deixa ainda mais latente a disputa que existia entre dois grupos políticos e dois projetos de nação que pareciam irreconciliáveis. Tal disputa é seguida por uma intervenção estrangeira (iniciada em 1861) levada a cabo por uma aliança de três grandes potências europeias (Espanha, França e Inglaterra), seguida por uma intervenção napoleônica mais direta que impõe a monarquia e um imperador estrangeiro no comando do país.

Trata-se, portanto, de um período em que as tensões internas se entrelaçaram às ameaças externas, tornando a questão da sobrevivência futura do México como nação soberana um dos temas centrais do debate intelectual daquele país. Independentemente da filiação política, os intelectuais mexicanos do período compartilhavam o sentimento de que a sua própria nacionalidade estava em perigo, e que era necessário que algo fosse feito para que ela não se perdesse no futuro. Dentro dessa lógica, uma certa necessidade de expandir o debate para além das fronteiras nacionais parecia bastante clara; afinal de contas, se tratava de uma disputa global por influência ou controle direto de territórios, no qual algumas nações estavam mais vulneráveis que outras por sua posição estratégica.

As jovens nações americanas, que estavam em grande parte enfraquecidas por disputas internas, pareciam em enorme perigo naquele momento.

O nosso objetivo nesta investigação é realizar uma análise dos usos e apropriações de um conceito que estava muito em voga em meados do século: raça latina. Trata-se de um conceito que aparece em um contexto atlântico e que ganha força a partir da década de 1850. Autores como Arturo Ardao o identificam como estando na origem de outro conceito com vida muito mais duradoura: América Latina². No entanto, diferente desse último, “raça latina” transcende o contexto americano e evoca um espaço transcontinental ocupado por uma parcela da humanidade entendida como possuidora de laços e características comuns que a diferenciam de outras parcelas da humanidade, em especial a “raça anglo-saxã”, tida como sua principal antagonista. Levando em conta a enorme recorrência do debate em torno de raça latina na imprensa mexicana do período, nos interessa entender o modo como ela foi mobilizada pelas elites políticas mexicanas como forma de dar conta da profunda crise que enfrentava seu país. Para isto, escolhemos analisar as publicações de três periódicos principais: *El Universal*, *La Sociedad*, e *El Siglo Diez y Nueve*. Os dois primeiros são identificados por estudiosos da imprensa mexicana como importantes representantes da imprensa conservadora, sendo ambos pertencentes ao mesmo grupo político, e o segundo a continuação do projeto editorial do primeiro. O último é identificado como pertencente ao grupo liberal, consistindo em um periódico importantíssimo para o México oitocentista por sua enorme tiragem e longevidade. Além de tratar-se de periódicos que ocupavam um espaço de destaque no debate político do período, também são dispositivos nos quais o conceito de raça latina foi mobilizado com frequência por seus grupos políticos correspondentes, seja por meio da escrita direta em artigos de opinião e editoriais, seja pela republicação e tradução de artigos publicados por outros periódicos nacionais ou estrangeiros.

Dois são os pontos de partida principais de nossa investigação: realizar uma análise conceitual de raça latina no interior desses periódicos e investigar o motivo pelo qual ele é mobilizado de forma tão assídua na imprensa mexicana entre e 1852 e 1867. Em geral, os discursos que mobilizam raça latina fazem menção a um grupo de nações entendidas como descendentes diretas da cultura e da civilização que se difundiu com o Império Romano; ou seja, aquelas nações falantes de línguas romances como o espanhol,

² ARDAO, Arturo. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. 1. ed. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019, p. 84.

o francês, o português e o italiano, e praticantes da religião católica. Dentro desse quadro, se englobaria grande parte da Europa mediterrânea e suas colônias pelo mundo, além dos antigos territórios pertencentes a Portugal e Espanha na América. É constante, também, o emprego do conceito em uma dualidade direta com uma “raça” tida como antagonista ou mesmo inimiga: a raça anglo saxã, composta pela Inglaterra e suas colônias, e por seu principal representante na América, os Estados Unidos. Se trataria de nações protestantes e com uma cultura política distinta da latina, pois derivada da Magna Carta e das liberdades inglesas. Também com frequência se faz menção a uma suposta decadência das raças latinas, que outrora ocupavam posição de destaque entre as demais, em contraste com a opulência e vitalidade das raças anglo-saxãs, que pareciam marchar em direção ao domínio de grande parte da humanidade. Assim, em geral o debate sobre a raça latina possui como grande ponto de convergência a ideia de que os povos pertencentes a essa raça necessitariam de um fortalecimento mútuo para fazer frente ao avanço da raça anglo-saxã, que ameaçava o porvir das nações latinas e do catolicismo. Esta ideia, particularmente forte na pena de escritores espanhóis e franceses, também chama a atenção de intelectuais hispano-americanos que leem estes textos e passam a republicá-los na imprensa regional, além de escrever artigos de opinião e editoriais que mobilizam diretamente o conceito.

Tendo em conta o entendimento predominante sobre o que caracteriza as raças latinas, nos questionamos o motivo pelo qual o conceito chama a atenção dos intelectuais mexicanos do período. A resposta, para além da ameaça de intervenção estrangeira, se relaciona à complexa dinâmica de conformação de identidades políticas que tem lugar na América hispânica no período pós independência. Grande parte dos estudos que têm como objeto tal período se dedicam a analisar o incontornável tema da conformação dos Estados Nacionais, e no interior dessa temática, a questão das identidades políticas tem papel fundamental. É já entendimento consolidado pela historiografia o fato de que as independências hispano-americanas não surgem a partir de um sentimento nacional prévio. A crise iniciada em 1808 leva a um processo de fragmentação política no qual, dissolvida a identidade que ligava a elite *criolla* à monarquia, ganham espaço outras identidades, em especial as regionais; ou seja, aquelas ligadas ao sentimento de arraigo à terra de origem, reforçadas nas décadas anteriores por uma percepção sobre a diferenciação crescente entre peninsulares e americanos. A identidade americana, que chegou a ser relevante durante o período das independências, não experimenta um desenvolvimento considerável após esse período – pese os esforços pela criação de uma

união regional e de instituições que arroxassem os laços entre seus países. Uma vez consolidadas as independências, a emergência das identidades regionais leva a uma intensa disputa em torno da questão da configuração que deveriam ter os Estados Nacionais. Paralelamente, ocorrem outras tentativas de desenvolvimento de entidades que englobassem as novas nações americanas; no entanto, esses esforços não levam à conformação de organizações políticas que efetivamente reunissem esses países.

É possível constatar, contudo, que essa série de tratados, acordos e congressos transnacionais são sinais claros de que havia uma percepção geral sobre a necessidade de união entre as nações hispano-americanas. Esse sentimento era reforçado cada vez que essas nacionalidades se sentiam ameaçadas pelo intervencionismo estrangeiro, e se torna ainda mais agudo após o tratado de Guadalupe-Hidalgo. É justamente o momento em que raça latina torna-se conceito corrente no debate político mexicano e americano. O sentimento de identificação entre as nações hispano-americanas havia se intensificado com a ameaça estadunidense, levando cada vez mais à percepção de que havia duas Américas distintas. O que havia de comum entre as nações hispano-americanas e que as diferenciava de seu ameaçador “vizinho” do Norte?

Em um período em que uma enorme instabilidade interna se somava a uma crescente ameaça estrangeira, fez-se urgente a necessidade de evocar uma entidade que transpusesse o nível nacional como forma de dar conta de uma realidade compartilhada por todas as nações americanas, ainda que em distintos níveis. Nesse contexto, a ideia já bastante difundida na Europa sobre um mundo civilizado dividido em grandes grupos raciais era bastante útil para forjar os laços existentes entre as nações do continente, assim como entre esses países e as nações europeias com as quais possuíam maior afinidade cultural e histórica. Tratava-se de um conceito que não enfraquecia o sentimento nacional, mas enfatizava os laços supranacionais entre países que possuíam um desafio comum, assim como um antagonista comum. A doutrina Monroe, que anteriormente parecia reforçar a soberania das nações americanas frente às pretensões europeias, a partir de meados do século passava a representar uma ameaça para essas nacionalidades com o avanço expressivo do intervencionismo estadunidense na região. Assim, era útil que se imaginasse uma entidade que aproximasse esses Estados com um passado comum e com desafios comuns, assim como restabelecer os laços com a Europa como forma de fazer frente a esse expansionismo continental dos Estados Unidos. A Europa também tinha interesse em fortalecer esses laços para restabelecer o equilíbrio global do poder, visto

como cada vez mais inclinado em direção à dominação anglo-saxã da maior parte do mundo. Contudo, a nossa hipótese é que a raça latina representou uma identidade efêmera para a região, logo relacionando-se ao discurso de Napoleão III e à saída monárquica. Contudo, a ideia de uma latinidade como característica dessa América seguiu presente América Latina, conceito que segue vigente até os dias de hoje.

Além disso, outro elemento também chama a nossa atenção. Já ficou demonstrado que havia um sentimento cada vez mais comum entre os hispano-americanos de diferenciação entre essas duas Américas. Vimos que a caracterização desses povos como latinos servia tanto para diferenciá-los dos estadunidenses, que eram caracterizados como anglo-saxões, como para reforçar os laços com a velha Europa. Contudo, por que se fala de uma “raça” latina? Qual o sentido de “raça” presente nesse conceito? Era relevante aos hispano-americanos que essa diferenciação se expressasse em termos raciais? No século XIX a raça surge como categoria fundamental do vocabulário político, no entanto, o seu sentido vai se transformando ao longo das décadas até dar lugar ao racismo dito científico que marca o fim do século. É possível observar nas fontes que o emprego do conceito é na maior parte das vezes realizado sem maiores questionamentos sobre o sentido de raça; no entanto, pontualmente aparecem discussões importantes que enfocam esse elemento nos três periódicos analisados. A principal questão debatida é a possibilidade de se englobar nas categorias de raça latina e raça anglo-saxã populações tão diversas como a estadunidense ou a hispano-americana – até mesmo no caso europeu, com argumentos que enfatizam a diversidade interna dessas populações.

Além disso, muitas vezes aparece o questionamento sobre se as populações indígenas e afrodescendentes da América podem ser enquadradas como pertencentes à raça latina. Trata-se de um período no qual o conceito de raça passava por uma intensa transformação semântica. Assim, encontramos predominantemente uma noção de raça ligada à ideia de linhagem ou estirpe, com o emprego da metáfora das famílias humanas de forma muito frequente para dar conta da enorme abrangência geográfica do termo – com frequência aparece a ideia das nações de raça latina como irmãs, assim como as nações americanas como filhas da Europa. Ainda assim, é possível em alguns casos encontrar elementos no debate sobre a raça latina mais próximos à noção moderna de raça, ligada a um entendimento cada vez mais frequente sobre a existência de uma hierarquização espécie humana, assim como o emprego de vocabulário originário das ciências biológicas para diferenciar estas raças. Em outras palavras: em geral,

identificamos o conceito de raça latina muito mais à ideia antiga de raça; contudo, consideramos que a questão racial também é relevante para entender o motivo pelo qual o conceito chama a atenção de intelectuais mexicanos e americanos do período analisado, uma vez que já crescia o número de adeptos de uma concepção da humanidade como dividida em grupos nivelados por seus supostos atributos físicos e intelectuais.

É importante lembrar também que desde o século XVIII começa a se fortalecer gradualmente na Europa um discurso que condena o porvir do continente americano por conta de sua suposta inferioridade. Desde texto de autores como Buffon e De Pauw que tratam sobre a infantilidade da natureza americana comparada a outras regiões do planeta, até escritos de autores que tratam da degeneração racial causada pela miscigenação que ocorre de forma especialmente acentuada na América, em geral se fortalecem os discursos que difundem a ideia de uma incapacidade da América e dos americanos de trilharem o caminho da civilização por conta própria. Os intelectuais do continente, como vimos, não eram alheios ao debate político europeu ou estadunidense; pelo contrário, estavam atentos a ele e ativamente participavam desse debate, seja pelo envio de artigos de resposta ou pela republicação comentada de artigos publicados pela imprensa internacional. Assim, o conceito de raça latina também lhes era útil por algumas razões: ao mesmo tempo em que reafirmava os laços dessas elites com a Europa – as ditas nações civilizadas do planeta –, ainda servia como forma de dar conta da complexidade étnica de seus países. Isso porque, com frequência nas fontes se estabelece uma divergência importante entre as raças latinas e as raças anglo-saxãs: enquanto a primeira é mais universalista e civilizadora, ou seja, se preocupa em integrar e civilizar os povos que domina, a raça anglo-saxão, pelo contrário, teria a preocupação de manter-se “pura”, de não se misturar com as raças dominadas, eliminando-as em lugar de civilizá-las. Assim sendo, a noção de raça latina estabelece uma superioridade moral dos países ao sul do rio Grande em relação aos Estados Unidos, assim como serve para dar um tom menos pessimista a uma realidade incontornável das nações hispano-americanas: a sua diversidade étnica.

Em resposta a um discurso cada vez mais difundido que condena essa diversidade e a conseqüente miscigenação, a ideia de raça latina naturaliza essa realidade e a torna uma virtude em lugar de um demérito. Com isto, não pretendemos afirmar que a visão sobre as populações indígenas e afro-descendentes fosse positiva entre os hispano-americanos. A maioria deles seguiam enfatizando a suposta inferioridade dessas populações e ressaltando a necessidade de atração de imigração europeia. Contudo, a realidade populacional de seus países era inescapável: a sua maioria estava composta por

indígenas, negros e mestiços, e sua minoria por brancos descendentes de europeus. O elemento Europeu é tido como civilizador no passado, no presente e no futuro. A grande obra da raça latina ainda não teria sido concluída na América.

Desse modo, defendemos que se analise “raça latina” propriamente como um conceito moderno, vinculado à concepção de tempo histórico de Reinhart Koselleck³: ele dá conta de um espaço de experiência que liga essas nações a um passado comum que as enlaça à suas contrapartes europeias pelo passado colonial, mas também envolve um horizonte de expectativa, que pregoa o porvir dessas nações como grandiosas e civilizadas, recuperando seu papel coletivo de destaque e de centralidade na arena global frente as nações anglo-saxãs. Assim, ainda que o conceito de raça latina englobe as populações dominadas, o fio condutor da história entendida por meio desse conceito ainda é centrado no elemento civilizador europeu, que também se torna um horizonte a ser alcançado, uma vez que o futuro dessas nações também envolve a atração de imigrantes em um processo contínuo de embranquecimento dessa população.

É comum que se veja associado o conceito de raça latina ao projeto imperialista de Napoleão III para a América. De fato, Napoleão III e o grupo político em seu entorno tornaram a defesa das raças latinas do mundo o grande pilar moral por detrás de seu intervencionismo, servindo de justificativa tanto interna como externamente. Além disso, sendo Michel Chevalier um dos principais mentores do Pan-latinismo, é comum que se associe o conceito a um projeto imperial francês. No entanto, a análise de nossas fontes demonstrou que raça latina se tornou por meados do século uma categoria comum do debate político em todo o mundo atlântico, sendo empregado inclusive pelos grupos que se posicionaram desde o início de forma contundentemente contrária a qualquer intervencionismo estrangeiro no continente. Posteriormente, com o início da intervenção no México, o termo passou cada vez mais a ser associado ao projeto de Napoleão III e ao grupo de mexicanos que aderiu ao Império de Maximiliano, momento em que passamos a encontrar outro cenário: se antes é um conceito empregado por todos os grupos políticos sem maiores questionamentos, a partir da Intervenção Francesa passa a ser empregado pelo grupo ligado ao *La Sociedad* como forma de defesa do projeto imperial, enquanto torna-se alvo frequente de crítica pelo grupo ligado ao *Siglo Diez y Nueve*, que se coloca ao lado do grupo juarista.

Após o triunfo liberal sob a liderança de Benito Juárez, a raça latina continuou a ser empregada pela imprensa, mas agora desvinculado de um projeto político voltado à formação de uma entidade transnacional. Contudo, a noção de latinidade manteve-se

como um elemento significativo na configuração de uma identidade transnacional de longa duração, nomeadamente, a América Latina. Embora exista uma correlação direta entre "raça latina" e "América Latina", este estudo não se propõe a explorar exaustivamente esse conceito, que já conta com enorme bibliografia. Em vez disso, nosso interesse está voltado aos debates políticos precedentes, marcados pela premente necessidade de estabelecer uma entidade unificadora entre essas nações. Nesse contexto, os intelectuais mexicanos e americanos apropriaram-se e mobilizaram o conceito de raça latina como um dispositivo discursivo útil para versar sobre os desafios comuns enfrentados por seus respectivos países, os quais envolviam questões fundamentais sobre a posição que ocupariam na arena global das nações e sobre a capacidade dessas nações em dar conta de sus próprios desafios.

2.

Em busca do lugar do México no Mundo

El espíritu de nuestro siglo enseña que debe respetarse primero el individuo, su esfera de acción, su derecho inviolable y sagrado, y que después debe respetarse la nacionalidad, ese individuo superior, que tiene su esfera propia, sus derechos fundamentales también, pero que deben constituirse grandes nacionalidades superiores, basadas en la unidad de las razas, y organizadas por medio de armoniosas confederaciones³.

Em meados do século XIX, as elites mexicanas enfrentavam desafios similares ao de outros países da região, afinal, o processo de construção do Estado Nacional na América hispânica foi, de modo geral, bastante turbulento. Na percepção dessas elites, havia um ciclo vicioso que ameaçava a sobrevivência futura do país: a dificuldade em estabelecer avenças entre o grupo conservador e o liberal levava a um estado constante de guerra civil, no qual um governo se sobrepunha ao outro por meio de violentos levantamentos e golpes de Estado; por conseguinte, a instabilidade gerada por esse ciclo violento tornava o país ainda mais vulnerável à ganância de potências estrangeiras, que poderiam se aproveitar do fato para tomar uma parcela da soberania ou do território nacional. Em síntese, havia um consenso sobre a necessidade de alcançar um estado de estabilidade para que o México pudesse se consolidar e resistir ao intervencionismo estrangeiro, contudo, era difícil promover o diálogo entre grupos políticos cujos projetos de país eram tão dissonantes.

A ameaça externa não era exclusiva ao México; contudo, poucos países enfrentaram um temor tão constante pela perda de sua nacionalidade. Essa situação era

³ CASTELAR, Emilio. La Unión de España y América (La América). *El Siglo Diez y Nueve*, Cidade do México, 4 de maio de 1858, p. 1.

justificada pela posição estratégica do país, localizado imediatamente ao lado de uma nação que expandia seu território com uma rapidez sem precedentes. Adicionalmente, sua enorme riqueza mineral e sua localização interoceânica – em uma zona potencialmente crucial para encurtar as rotas entre o Atlântico Norte e a Ásia –, fez com que, no período pós-independência, o México experimentasse uma história repleta de intervenções e incursões estrangeiras.

México fue víctima de las mayores amenazas externas. La vecindad con la expansiva república norteamericana desencadenó las más dramáticas, pero no fueron las únicas. (...) México sufrió bombardeos constantes desde San Juan de Ulúa, donde permanecía una guarnición española, y en 1829 enfrentó un intento de reconquista. En 1836 tuvo la guerra de Texas, que distó de ser un problema interno por la participación norteamericana. En 1838 sufrió el bloqueo y bombardeo francés y en 1846-1848, la invasión norteamericana. La década de 1850 fue de invasiones filibusteras y la presión constante de Estados que exigían una nueva tajada. El infortunio se prolongó, y en la década de 1860 México enfrentó la intervención francesa⁴.

A identificação da vulnerabilidade do México e de outras nações americanas frente à ganância das grandes potências estrangeiras levou a um debate sobre a utilidade de que essas nações reunissem forças como forma de fazer frente a um desafio comum. Embora essa questão envolva a discussão sobre um projeto político, a aproximação desses países passou por debates que envolviam a existência de laços históricos que justificassem a criação de uma entidade que ultrapassasse o âmbito nacional. A questão da existência de uma identidade coletiva foi acionada, portanto, por uma demanda que se tornara iminente naquele período. Nesse sentido, cabia responder quais eram esses laços que aglutinavam os países da região e diferenciavam as duas Américas. Seriam o México e as demais nações hispano-americanas representantes da civilização europeia no Novo Mundo? Seriam, por outro lado, legítimas “filhas da América”, uma vez que os laços

⁴ VÁZQUEZ, Josefina Zoraida. Una difícil inserción en el concierto de las naciones. In: **Inventando la nación: Iberoamérica siglo XIX**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 279.

fraternais (ou maternos) com a Europa haviam sido cortados?⁵ Seria uma sociedade de cultura híbrida?

Esta questão aparece com frequência nos escritos dos intelectuais da época, visto que a questão da identidade é central no debate político em torno à formação dos Estados nacionais americanos. Uma vez que o nosso objetivo é compreender a forma como o conceito de raça latina foi empregado no enfrentamento dos desafios compartilhados pelo México e outras nações do continente, é fundamental analisar, em primeiro lugar, quais eram as dinâmicas identitárias envolvidas nesse processo. Precisamos avaliar como e a que ritmo se desenvolveu uma identidade nacional mexicana e de que forma ela estava presente no período de interesse da nossa investigação. Além disso, é necessário examinar como essa identidade se relaciona com outras, como as identidades regionais e supranacionais. Devemos considerar se essas identidades coexistem, se sobrepõem ou se surgem consecutivamente. Por fim, é preciso discutir se o conceito de raça latina realmente representou um elemento de identificação para as elites mexicanas – levando em conta que liberais e conservadores possam ter realizado apropriações diversas do conceito.

2.1.

Raça Latina e América Latina Raça

Ao identificarmos raça latina propriamente como um conceito, não pretendemos apresentar a sua definição unívoca ou mesmo um histórico de suas significações ao longo do tempo. Como todo conceito, se configura como um elemento discursivo destinado a representar uma realidade fática, estabelecendo uma relação entre elementos linguísticos e extralinguísticos que, por incorporar todo um contexto sociopolítico em que é utilizado,

⁵ Posteriormente, exploraremos de forma mais detalhada a questão das metáforas familiares, que são frequentemente encontradas nas fontes que analisamos. Essas metáforas aparecem em textos tanto de europeus quanto de americanos, nos quais as nações europeias são retratadas como "nações mães" ou com vínculos fraternos com as nações americanas. Da mesma forma, encontramos essa metáfora entre as nações americanas, muitas vezes retratadas por meio de imagens de laços fraternos. Em algumas ocasiões, as jovens nações independentes da América são representadas como "filhas rebeldes" que se afastam do seio familiar e enfrentam desafios constantes.

torna-se necessariamente, polissêmico⁶. Além disso, é preciso levar em conta que raça latina, via de regra, nunca aparece de forma isolada. Trata-se de um conceito que possui um par antitético, de acordo com a concepção de Reinhart Koselleck⁷, ou conceitos correlativos, na concepção de Arturo Ardao: o conceito de raça anglo saxã. Segundo Ardao:

La latinidad atribuida a partir de entonces a nuestra América, asume su real sentido a través del contraste con la condición sajona atribuida también desde entonces —no antes— a la América septentrional. América Sajona y América Latina constituyen, por lo tanto, típicos conceptos correlativos, de una correlación por la expresada antítesis entre “dos Américas”, fuera de la cual carecen de explicación, a la vez que por virtud de la cual resultan históricamente inseparables⁸.

Assim, é preciso levar em conta que a latinidade da América se afirma a partir de uma antítese com a sua contraparte, a América Anglo-saxã, uma vez que a motivação central para a afirmação de uma identidade latina entre os ibero-americanos parte de uma necessidade de se contrapor aos Estados Unidos. Isto explica, muito provavelmente, o motivo pelo qual América Latina se estabeleça como um conceito duradouro e bem aceito para nomear essa parcela do continente, enquanto “Europa latina” ou “África latina” não se configuraram como terminologias reivindicadas pelas populações que a compõem. Entendemos que a América Latina surge da concepção inicial da existência de uma raça latina na América, e por isso, não podemos deixar de discorrer sobre as relações existentes entre os dois conceitos.

A teoria de que o conceito de América Latina foi uma invenção dos imperialistas franceses ganhou destaque nos estudos sociais a partir da publicação da obra de John Leddy Phelan, *Pan-latinism, French intervention in Mexico (1861-1867) and the genesis*

⁶ SEBASTIÁN, Javier Fernández. **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. Madrid: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009, p. 26.

⁷ KOSELLECK, Reinhart; MASS, Wilma Patrícia; PEREIRA, Carlos Almeida. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2021, p. 191.

⁸ ARDAO, op. cit., p. 12-13

*of the idea of Latin America*⁹. Segundo o historiador estadunidense, o termo teria sido concebido na França na década de 1860 e teve como objetivo criar um concerto que legitimasse a ação francesa na América hispânica. Michel Chevalier é apontado como um dos porta-vozes do Pan-latinismo francês, e por sua posição sempre próxima aos círculos de poder, foi muito provavelmente um dos responsáveis por incorporar a raça latina à concepção napoleônica sobre o papel da França no mundo. Chevalier viajou extensivamente pelas Américas na década de 1830 e defendeu em diversos escritos uma maior presença francesa na região. Assim como outros intelectuais de seu tempo, concebia o chamado “mundo civilizado” como dividido em grupos raciais, destacando-se a raça eslava do leste, a raça alemã ou anglo-saxã do norte e a raça latina do sul, que teria como liderança natural a França. Estas classificações raciais incluíam não só a Europa, mas todas as porções do mundo que derivavam dessa civilização europeia. Logo, a ideia de uma raça latina fora da Europa se relacionou aos povos americanos que compartilhavam dessa cultura latina. Assim teriam aparecido as primeiras menções a uma “América latina”, inicialmente com “latina” em letra minúscula – como um adjetivo que caracteriza essa América, e não como uma entidade continental separada. John Leddy Phelan defende que a América Latina – com letra maiúscula denominando toda uma parcela de um continente – surgiu na década de 1860 pela pena de escritores franceses, mais especificamente em um artigo publicado na *Revue des Races Latines* no ano de 1861.

(...) That proto-Pan Latinist Michel Chevalier spelled out the idea of Latin America, but he did not coin the new name. Prior to the 1860' s, l' Amérique Latine was to my knowledge never used in the French press or in pamphlet literature. The first appearance of the term occurred in 1861. In that year the Mexican expedition began. Nor is it fortuitous that the word first appeared in a magazine dedicated to the cause of Pan-Latinism, the Revue des races latines. (...) Between 1861 and 1868 the new designation was used by only six French authors 40 and two Hispanic-American authors of long residence in France. Six of the French authors were concerned with Mexican affairs. The abbé Domenech, when he first referred to l' Amérique Latine added, « c'est à dire, le Mexique, l' Amérique Centrale et l' Amérique du Sud ». The author was aware that he was using a new term whose meaning had to be explained to his audience¹⁰.

⁹ PHELAN, John Leddy. Pan-Latinism, French intervention in México (1861-1867) and the genesis of the idea of Latin America. **Conciencia y autenticidad históricas: Escritos en homenaje a Edmundo O’Gorman**, p. 279-289, 1968.

¹⁰ *Ibid.*, p. 296.

Contudo, alguns estudiosos do tema passaram a questionar a origem francesa do termo, defendendo que a América Latina teria surgido de intelectuais da região que buscavam construir uma identidade regional em um momento de crescimento do expansionismo estadunidense. O já citado historiador e filósofo uruguaio Arturo Ardao foi um estudioso das relações entre a Espanha e a América e escreveu intensamente sobre o tema da origem da América Latina. Desde os anos 1960, defende que o conceito foi forjado pelos próprios hispano-americanos. Ardao afirma que o autor colombiano José María Torres Caicedo (1830-1889) propôs em 1857 a sua utilização estratégica em um contexto de ameaça crescente dos Estados Unidos sobre a região. Isso é significativo porque sugere que o conceito não foi criado pelos franceses, mas gestado a partir de uma concepção política própria dos latino-americanos. Entre as obras em que Ardao versa sobre o tema, destaca-se *Génesis de la idea y el nombre de América Latina* (1980), *España en el origen del nombre América Latina* (1992) e *América Latina y la latinidad* (1993). Ele relaciona a origem da ideia de uma América Latina à concepção de um mundo dividido em raças. Segundo Ardao, na Europa pós-napoleônica duas grandes questões despontavam no debate político: a questão das nacionalidades e das raças. Nessa primeira metade do século, quando se fala em “raças” o sentido é mais histórico do que biológico, contudo, já começam a aparecer escritos nos quais já consta uma distinção da constituição fisionômica dos povos¹¹.

Ardao, assim como Phelan, aponta que Michel Chevalier é responsável por uma primeira adjetivação da América como latina, contudo, não se tratava da criação de uma entidade continental independente, mas apenas de uma caracterização de uma parte da América, da mesma forma como se poderia adjetivá-la como “católica”¹² Esta seria, para Ardao, a principal explicação do motivo de se atribuir tão constantemente a criação da América Latina ao imperialismo francês. Outra estudiosa que defendeu a gênese de América Latina pela pena dos próprios latino-americanos é a historiadora argentina Mónica Quijada, que em 1998 publica o artigo *Sobre el origen y difusión del nombre “América Latina”*¹³, no qual reconhece a participação francesa no processo – apontando

¹¹ ARDAO, Arturo. *España en el origen del nombre de América Latina*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019, p. 40.

¹² *Ibid.*, p. 41.

¹³ QUIJADA, Mónica. Sobre el origen y difusión del nombre "América Latina"(o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad). *Revista de Indias*, v. 58, n. 214, p. 595-616, 1998.

que os franceses tinham motivações claras para propor e difundir tal conceito – mas remontando a Torres Caicedo e outros intelectuais hispano-americanos como forma de evidenciar que houve um movimento de afirmação desse conceito por parte dos latino-americanos. Além disso, Quijada afirma que, além da questão sobre quem cunhou o conceito, surge uma ainda mais importante: a razão da sua rápida difusão e apropriação pelos próprios latino-americanos. Tendo isso em conta, segundo a autora:

(...) para comprender el surgimiento y difusión del nombre "América Latina" es necesario tener en cuenta sobre todo el contexto hispanoamericano de la época, más que el francés o el europeo. No estoy negando con esto que el entorno de Napoleón III empleara dicho nombre durante y después de la invasión de México como forma de legitimación de la misma. Pero la génesis, difusión y adopción colectiva del término corresponden a un horizonte más amplio que la mera utilización del mismo en el contexto del programa expansivo del Emperador. Lo que importa aquí no es tanto la relación de los franceses con el término que nos ocupa, como la de los propios latinoamericanos¹⁴.

Sendo criação francesa ou latino-americana, o fato é que América Latina ganha enorme êxito entre os intelectuais do continente devido a uma necessidade latente de criar uma identidade coletiva para a região em vista da crescente ameaça dos Estados Unidos. A sua origem se relaciona com uma necessidade imperiosa de fazer frente a uma realidade de diferenciação entre as jovens nações do continente – cada vez mais evidente, sobretudo a partir de meados do século XIX. A partir de então, a questão da identidade nunca deixaria de ser tema do pensamento latino-americano.

Antes da consolidação do conceito de América Latina, existiram outras formas de denominar duas Américas que pareciam cada vez mais distantes – utilizavam-se termos como "América Hispânica", "América do Sul" e "América Meridional", entre outros. Uma dessas formas de identificação se realizava pela transposição de categorias já existentes na Europa para a realidade americana: a divisão das nações em grandes grupos raciais. A partir de meados do século XIX, esses conceitos tornam-se lugar comum nos escritos políticos europeus, que eram lidos extensamente pelos ibero-americanos e, naturalmente, passavam a formar parte de seu repertório cultural e político. Logo, é

¹⁴ *Ibid.*, p. 603.

possível afirmar que o conceito de raça latina se encontra na origem do conceito de América Latina, visto que a classificação de uma parcela do continente a partir de sua latinidade surge justamente da concepção europeia do dito mundo civilizado como dividido em grandes raças humanas. Contudo, o conceito de raça latina encarna uma identidade ainda mais ampla, que engloba toda uma comunidade de países, em distintos continentes, que passam a ser identificados como possuindo laços históricos e culturais que os aglutinam. Trata-se, portanto, de uma identidade que enfatiza os laços históricos da América com a Europa.

2.2.

Raça Latina e a questão das identidades.

Embora se debata se a nomenclatura "América Latina" é a mais adequada para referir-se aos países americanos que compartilham raízes históricas e desafios contemporâneos comuns — com propostas alternativas como Iberoamérica, Indoamérica ou Abya Yala¹⁵ —, o fato é que se trata de um conceito consolidado tanto no senso comum quanto nos estudos sociais. Contudo, a necessidade de forjar uma identidade coletiva na América de colonização ibérica não surge apenas com o conceito de América Latina, é muito mais antiga, e remonta ao próprio processo de rompimento com o Império Espanhol.

Durante o período colonial, já é possível identificar entre os *criollos* o surgimento de uma identificação profunda com a terra natal em contraste com a distante e alheia metrópole; no entanto, trata-se de uma identidade muito mais relacionada ao âmbito local, ao *pueblo* de origem, e não a todo um continente. Além disso, em regiões como o México, o impacto das reformas borbônicas de fins do século XVIII levou a um afastamento entre *criollos* e peninsulares que reforçou a identidade regional¹⁶. Esse orgulho e identificação dos *criollos* com o local de nascimento foi transformado pelas historiografias

¹⁵ Abya Yala se refere a todo o continente – e não apenas ao que hoje denominamos América latina –, visto que se faz referência ao universo indígena anterior à colonização europeia.

¹⁶ BRADING, David A. **Los orígenes del nacionalismo mexicano**. Ediciones Era, 1988.

nacionalistas do continente em um protonacionalismo, que teria se intensificado por meio do contato com as ideias iluministas, e que apenas aguardava uma condição propícia para sair à tona¹⁷. Ainda que seja posição consolidada na historiografia a vertente que afirma a não existência de um nacionalismo prévio aos movimentos de independência, é inegável que nas décadas anteriores à crise ibérica, tiveram lugar fenômenos de diferenciação e relativa autoidentificação entre os ibero-americanos¹⁸.

Um sentimento de identificação mais ampla com o continente passa a ser mobilizado a partir do momento em que se decide pela ruptura. A América começa a ser reivindicada pelos *criollos* que pretendem antagonizar-se com os peninsulares e fazer da causa defendida nos *cabildos* uma causa mais ampla, que envolveria toda uma parcela do Império que pretendia libertar-se da opressão da metrópole. Esses discursos que evocavam uma identidade americana também foram associados a um sentimento nacionalista. Contudo, como demonstra Chiaramonte, esses discursos não evocavam às nacionalidades que apenas surgiriam posteriormente, mas a uma identificação com a causa americana.

De tal manera, no puede menos que llamarnos la atención, cuando reflexionamos sobre ello, la paradójica confusión en que seguimos incurriendo con sorprendente inadvertencia: que los hombres de la Independencia “hablen” como americanos y que nosotros los “escuchemos” como mexicanos, venezolanos, peruanos, chilenos o argentinos¹⁹.

O termo “americano” começa a ter um uso generalizado na Nova Espanha a partir do movimento de Hidalgo e Morelos, com uma referência recorrente à “nação americana” em suas proclamações²⁰. A identidade americana implica uma exclusão: a do elemento europeu. A ênfase em um discurso de diferenciação entre americanos e peninsulares se dá de forma oscilante no complexo processo de independência da Nova Espanha, mas em geral opera nos momentos em que se defende a separação na nova e da velha Espanha²¹. Uma vez concretizadas as independências, a situação muda de figura. Embora a

¹⁷ ALTAMIRANO, Carlos. **La invención de Nuestra América: obsesiones, narrativas y debates sobre la identidad de América Latina**. Siglo XXI Editores, 2021. P. 100.

¹⁸ CHIARAMONTE, José Carlos. **El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso de Rio de la Plata**. Anos 90, v. 1, n. 1, p. 51, 1993.

¹⁹ *Ibid.*, p. 54.

²⁰ SEBASTIÁN, 2009, p. 133.

²¹ *Ibid.*, p. 934.

identidade americana tenha continuado a ser reivindicada, os projetos destinados a fortalecer os laços entre as novas nações não avançaram. O antagonismo com a Península deixou de ser uma questão imperiosa para os objetivos políticos dos *criollos*, que após derrotarem definitivamente os realistas, passaram a enfrentar outras disputas. Em grande parte da região, o conflito contra os espanhóis foi substituído por confrontos internos que marcaram os primeiros anos de vida independente desses países, caracterizados por antagonismos sangrentos entre tendências políticas que disputavam a forma como deveria ser organizado o sistema político e econômico da nova nação – a competição política das antigas soberanias pela instalação e controle dos novos governos, de que fala Antonio Aninno²².

De forma geral, em todo o continente as identidades regionais em torno aos *pueblos* passaram, no período pós-independência, a alimentar um sentimento de antagonismo entre as novas capitais e as demais regiões do país, que como demonstra Chiaramonte, haviam vivido uma longa experiência de relativa autonomia política, possibilitada pela própria estrutura do Império espanhol²³. No caso platino, o historiador argentino defende que as distintas províncias passaram a funcionar como Estados soberanos, o que complexifica ainda mais o processo²⁴. No caso mexicano, às batalhas internas envolvendo a questão da autonomia se soma uma disputa que, naquela região, representava a maior fonte de dissidência política: o debate sobre o nível de ruptura com o passado que demandaria a construção desse moderno Estado nacional. O fato de a Nova Espanha ter sido o mais rico e importante vice-reinado do Império espanhol na América fez com que instituições centrais no período colonial, como é o caso da Igreja Católica, seguissem no período independente a dar o tom para o embate político no país.

A Carta da Jamaica de Simón Bolívar é um marco na trajetória da ideia de uma necessária união entre as nações ibero-americanas. Ainda que Bolívar tenha fracassado em suas múltiplas tentativas de criação de uma confederação americana, inaugura-se com ele uma longa trajetória de busca de uma identidade coletiva para essa América. Para além

²² ANNINO, Antonio. **Soberanía y competición política-1808-1830**: Unos problemas y unas definiciones. *Almanack*, n. 19, p. 1-40, 2018.

²³ É preciso salientar que se trata de uma generalização. Em cada região da América independente, os conflitos internos possuíam características específicas, diferenciando-se enormemente o caso platino do caso mexicano, por exemplo.

²⁴ CHIARAMONTE, José Carlos. ¿Provincias o Estados?: Los orígenes del federalismo rioplatense. In: **Revoluciones hispánicas: independencias americanas y liberalismo español**. Editorial Complutense, 1995. p. 167-206.

das vantagens políticas e econômicas de reunir forças, Bolívar trata da singularidade da condição americana:

Nosotros somos un pequeño género humano; poseemos un mundo aparte, cercado por dilatados mares; nuevos en casi todas las artes y ciencias, aunque en cierto modo viejos en los usos de la sociedad civil. (...) mas nosotros, que apenas conservamos vestigios de lo que en otro tiempo fue, y que por otra parte no somos indios, ni europeos, sino una especie media entre los legítimos propietarios del país y los usurpadores españoles; en suma, siendo nosotros americanos por nacimiento, y nuestros derechos los de Europa, tenemos que disputar a éstos a los del país, y que mantenernos en él contra la invasión de los invasores; así nos hallemos en el caso más extraordinario y complicado²⁵.

Bolívar versa aqui sobre o dilema enfrentado por essa elite ibero-americana, que compartilha de um universo referencial com a Europa, mas que entende não fazer parte dela; ao mesmo tempo, essa elite não se identifica como pertencente à parcela indígena e africana que caracteriza a contraparte dessa relação. A ideia de estar no “caminho do meio” entre o ser indígena / africano e o ser europeu constitui o cerne do dilema ibero-americano. Para constituir entidades políticas estáveis e garantir a soberania dos novos países, era necessário entender qual era o significado de ser americano.

Ainda que o debate intelectual em torno a essa questão prossiga infundavelmente, todas as tentativas posteriores de criação de entidades que efetivamente se sobrepusessem aos Estados criando estruturas supranacionais de organização política não conseguiram constituir entidades que efetivamente arroxassem os laços entre esses países. Podemos citar alguns intentos: O Congresso do Panamá (1826) visava criar uma confederação de estados para fortalecer a soberania e promover a cooperação econômica e militar. Subsequentemente, conferências em Lima (1847, 1864), Santiago (1856) e Caracas (1883) buscaram enfrentar ameaças externas e promover a estabilidade regional através de tratados de aliança e cooperação. A implementação das propostas foi limitada pelas divergências internas e influências estrangeiras, embora essas reuniões tenham sido cruciais para manter o ideal de integração continental.

²⁵ BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica (1815). *Escritos políticos*. Graciela Soriano, ed, 2015, p. 3.

No México pós-independência, assim como em outros países, a construção de uma identidade nacional foi marcada por um esforço de diferenciação em relação ao elemento europeu, especialmente do espanhol. As civilizações mesoamericanas passam a ser reivindicadas pela intelectualidade mexicana como uma forma de rejeitar o passado colonial e criar uma genealogia que estabelecesse as origens da nação em um glorioso passado indígena. Nesse contexto, a figura do mestiço começa a despontar como uma das bases conceituais da identidade nacional, processo de longo prazo que passaria por transformações importantes no século XX – principalmente no período posterior à Revolução Mexicana²⁶.

El ideal identitario mestizo construido en el siglo XIX consistió en fusionar la veta indígena y la veta española de la población para constituir una sola raza y una sola cultura nacional, la mestiza, que fue postulada como sinónimo de «mexicana». Este imaginario fue largamente acariciado por las elites liberales del siglo XIX y se convirtió en una de las políticas públicas centrales del Estado posrevolucionario en el siglo XX²⁷.

Mestiçagem ou miscigenação tornaram-se elementos importantes não apenas para a identidade mexicana, mas também latino-americana. Podemos citar o caso brasileiro, onde a obra de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala* estabelece a miscigenação como elemento central na formação do país. Segundo Freyre, a característica cosmopolita do povo português – conformado por misturas étnicas devido à sua localização geográfica próxima à África – teria levado à formação de uma sociedade colonial escravocrata composta por elementos populacionais híbridos de europeus, indígenas e africanos²⁸. É impossível também não referenciar o conceito de *Raza Cósmica* de José Vasconcelos, que tem grande impacto no desenvolvimento da mestiçagem como característica distintiva da cultura latino-americana, especialmente em relação à cultura anglo-saxônica dos Estados Unidos²⁹. Por mais que o conceito ganhe relevância no campo das ciências sociais principalmente a partir da década de 1930, os discursos que salientam a hibridez da cultura Iberoamericana em relação à América de colonização inglesa podem ser

²⁶ PADILLA, Guillermo Zermeño. Del mestizo al mestizaje: arqueología de un concepto. **Memoria y sociedad**, v. 12, n. 24, p. 80, 2008.

²⁷ GALL, Olivia. Mestizaje y racismo en México. **Nueva sociedad**, n. 292, p. 57, 2021.

²⁸ FREYRE, p. 64.

²⁹ PADILLA, p. 81.

encontrados ainda no século XIX, constituindo um elemento importante no longo debate sobre a identidade dessa outra América – que passa a denominar-se como Latina a partir de meados do século, mas que já se entende como diferente mesmo antes de possuir uma denominação própria.

2.3.

Liberais e conservadores: uma nacionalidade em construção.

Na análise que realizaremos dos periódicos selecionados para essa pesquisa, utilizaremos a divisão tradicional entre conservadores e liberais, e, primeiro lugar, porque trata-se de nomenclaturas reivindicadas pelos próprios intelectuais ligados aos periódicos analisados; e, em segundo lugar, porque acreditamos que, com o devido cuidado de não criar generalizações simplificadoras, trata-se de classificações úteis para fins de esquematização. Consideramos necessário também discutir o que configurava ser “liberal” ou “conservador” e o contexto cultural e linguístico do qual faziam parte essas elites letradas; isto é, quais eram os recursos simbólicos e sistemas conceituais disponíveis a esses homens. Obviamente, não pretendemos reconstruir por completo toda uma rede intelectual do passado, mas apenas discutir algumas premissas importantes para a nossa análise.

O embate ideológico entre os principais grupos políticos mexicanos, era realizado por meio de disputas em torno do significado de conceitos políticos fundamentais como liberdade, cidadania e soberania, entendidos de forma bastante distintas entre os intelectuais mais liberais e os mais conservadores – havendo, ainda, diversas posições intermediárias. A historiografia nacionalista mexicana é marcada por uma simplificação dessa divisão política, atribuindo ao grupo liberal um projeto que efetivamente pretendia a construção de um Estado Nacional moderno, enquanto o grupo conservador representava o elemento de atraso, com uma visão política marcada por concepções de antigo regime. Dentro dessa lógica, atribui-se também a todo o grupo conservador a adesão ao projeto imperial. Acreditamos, contudo, que uma análise mais aprofundada leva a uma complexificação dessa interpretação; demonstrando, em primeiro lugar, que não é possível classificar conservadores e liberais em blocos homogêneos e perfeitamente

coerentes; em segundo lugar, que a disputa política não pode ser caracterizada por um suposto hibridismo de modernidade e arcaísmo, mas que era realizada por meio de uma linguagem política plenamente moderna.

A história do século XIX mexicano é marcada pela divisão entre conservadores e liberais, um choque entre duas concepções distintas sobre a forma como deveria ser organizado o Estado Nacional. Os liberais estão associados à defesa do federalismo e de reformas que transformassem algumas estruturas herdadas do período colonial, como a organização de povoações indígenas em propriedades comunais e a manutenção de um vasto número de terras e propriedades pela Igreja. Os conservadores estão associados a uma defesa do catolicismo e da manutenção do poder da Igreja. Também se associam a ideias mais centralistas e, muitas vezes, ao monarquismo.

A historiografia pátria associou diretamente o monarquismo mexicano ao conservadorismo, desconsiderando que o grupo que aderiu ao projeto imperial foi bastante heterogêneo, contanto com sujeitos cujas trajetórias políticas os conduziu à adesão a Maximiliano de formas bastante distintas – para uns representando a concretização ideal de um projeto político de longo prazo, para outros um sacrifício em prol da instauração da ordem em meio à instabilidade que dominou o período pós-independência³⁰. Ainda assim, segundo Erika Pani, é possível falar em um imaginário imperialista comum; ou seja, mesmo com a heterogeneidade do grupo, é possível identificar uma série de visões de mundo, símbolos, princípios e aspirações compartilhadas³¹. O tema foi abordado em um extenso trabalho da historiadora mexicana em *Para Mexicanizar el Segundo Imperio*, livro que renovou os estudos sobre o período ao evidenciar o movimento imperialista como fenômeno mexicano, e não como uma anomalia imposta ao país por uma potência estrangeira. Pani ressalta o papel dos periódicos para compreender o conteúdo ideológico e os imaginários dos grupos políticos mexicanos, visto que, por meio da imprensa, se expressavam suas principais ideias e preocupações, sendo, assim, um campo de observação privilegiado – ainda que seja necessário um cuidado metodológico, levando em conta os objetivos polemistas desse tipo de imprensa³².

³⁰ PANI, Erika, **Para mexicanizar el Segundo Imperio: el imaginario político de los imperialistas**, [s.l.]: El Colegio de México, 2001., p. 13.

³¹ *Ibid.*, p. 24.

³² *Ibid.*, p. 55.

A interpretação que entende a política ibero-americana do século XIX como marcada pelo hibridismo de concepções tradicionais e modernas é bastante comum nas historiografias nacionalistas de todos os países da região. O século XIX é visto como um período anômalo, no qual condutas e ideias incompatíveis com a concepção moderna resistem no discurso e na prática política de seus atores³³. Assim, a história intelectual dos países do continente por muito tempo foi marcada por análises que visam identificar a forma como as ideias liberais europeias, consideradas como dotadas de um conteúdo semântico fechado e coerente, ao serem transplantadas para o contexto latino-americano, sofrem “deformações”, “mutações”, “anomalias” ou “desvios” por entrar em contato com um ambiente intelectual hostil a elas – devido a uma suposta permanência de estruturas tradicionais herdadas do período colonial³⁴. O problema desse tipo de interpretação é que ela se equivoca em dois pontos fundamentais: pressupõe a perfeita transparência e racionalidade das ideias e confunde ideias políticas com linguagens políticas³⁵.

Pese as diferenças, os grupos conservadores e liberais podem ser identificados a um fenômeno único: o amplo e heterogêneo liberalismo latino-americano oitocentista³⁶. O debate mexicano do período analisado é típico da modernidade, visto que seu contexto de enunciação está marcado pelas transformações profundas geradas pela revolução francesa, pela crise ibérica e pelo decorrente processo de independência. Seja definindo-se como liberais, conservadores ou moderados, todos os discursos desses agentes históricos estavam atravessados por concepções modernas de liberdade e do progresso, ainda que tais conceitos fossem entendidos de formas bastante distintas. Assim, ainda que defendendo projetos de nação por vezes antagônicos, liberais e conservadores compartilham um vocabulário e uma agenda comum, assim como divulgavam e defendiam suas ideias em um cenário de opinião pública que difere muito daquele de sociedades de antigo regime³⁷. Analisaremos nossas fontes, portanto, levando em conta que esses periódicos – seja liberais ou conservadores – publicaram escritos em uma linguagem política propriamente moderna, visto que a modernidade se configura pela forma como os discursos são produzidos, e não se resume a um conjunto de ideias

³³ PALTÍ, Elías J., **O tempo da política: O século XIX reconsiderado**, [s.l.]: Autêntica Editora, 2020., p. 9.

³⁴ PALTÍ, Elías J., La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina, **História Unisinos**, v. 11, n. 3, p. 297–305, 2007. p. 303.

³⁵ PALTÍ, **O tempo da política: O século XIX reconsiderado.**, p. 9.

³⁶ PANI, **Para mexicanizar el Segundo Imperio: el imaginario político de los imperialistas.**, p. 28.

³⁷ *Ibid.*, p. 27.

específicas. As linguagens são, por definição, indeterminadas semanticamente, sendo possível, por meio delas, a elaboração de discursos de distintas tendências ideológicas³⁸. A modernidade, então, não pode ser identificada apenas com o grupo liberal e suas concepções de política ligadas à democracia representativa.

Em “O Tempo da Política: O século XIX reconsiderado”, o historiador argentino Elias Palti articula os aportes teóricos da nova história intelectual à historiografia latino-americana como forma de superar definitivamente a tradição da história das ideias do continente, marcada pelo binômio modernidade e tradição. Reafirmando o caráter eminentemente moderno do debate político latino-americano pós independência, Palti esclarece que não existe vínculo lógico entre modernidade e atomismo, ou entre tradicionalismo e organicismo, sendo a modernidade uma linguagem política capaz de organizar discursos e esquemas mentais de todos os tipos, sem por isso, identificar esses discursos como permanências de visões de tipo tradicional³⁹. Entender a modernidade como um modo característico de produzir ideias e conceitos é o primeiro passo que torna possível iniciar a tarefa desafiante, mas necessária de penetrar a linguagem política do passado.

Palti esclarece que não basta o recurso a um dicionário histórico, e que seria insuficiente o esforço de traçar todas as mudanças semânticas sofridas ao longo do tempo. Reconstituir minimamente uma linguagem política – ou seja, realizar propriamente um trabalho de história intelectual – significa penetrar na lógica que articula internamente os discursos como forma de encontrar sua verdadeira significação histórica⁴⁰. É preciso ter em mente um entendimento mais preciso da relação entre texto e contexto. A nova história intelectual de que fala Palti deixa de entender que o contexto seja um cenário externo aos discursos, passando a ser analisado como um aspecto inerente a ele. A linguagem deixa de ser entendida como um conjunto de utensílios comunicativos neutros e atemporais, e passa a ser analisada de forma verdadeiramente histórica, transformando-se à medida em que também se transformam as condições de enunciação dos discursos⁴¹.

Como vimos anteriormente, pese as distintas concepções políticas, é possível afirmar que havia o compartilhamento de um vocabulário e uma agenda comum: a

³⁸ PALTÍ, *O tempo da política: O século XIX reconsiderado.*, p. 43.

³⁹ *Ibid.*, p. 43.

⁴⁰ *Ibid.*, p.13

⁴¹ *Ibid.*, p. 37.

linguagem política moderna e a construção de um Estado Nacional. Todos os atores envolvidos no debate público mexicano do período estavam atravessados pelas questões fundamentais de sua época, consequência direta dos desdobramentos do período revolucionário. O que se transformou foi o contexto de enunciação dos discursos, e não somente o conteúdo semântico das ideias. A consequência desse processo é que questões fundamentais como a liberdade, a cidadania, a soberania e o progresso, dentre outras, passam a definir internamente a lógica do debate público.

A título de exemplo, debatamos a forma como a forma como o conceito de liberdade era compreendido por esses grupos. Diferente do período colonial, quando os políticos mexicanos do período analisado se referiam às liberdades, não estavam fazendo menção aos direitos de tipo corporativo do antigo regime, mas a um direito individual e entendido como natural. Liberais e conservadores defendiam o princípio da liberdade política, ainda que entendendo-a de formas muito dissonantes⁴². O ideal de liberdade defendido por alguns liberais se relacionava à participação direta do indivíduo na política, baseada na noção de soberania popular – de forma muito semelhante à forma como era entendida no âmbito estadunidense. No entanto, essa interpretação mais “radical” da liberdade política relacionada a uma ampla soberania popular não era compartilhada nem mesmo com todos aqueles que se definiam como liberais. Em geral, liberais moderados e conservadores entendiam a soberania popular de forma mais restritiva, visto que havia uma enorme descrença na capacidade de participação política do povo mexicano⁴³. Esse temor em relação ao poder destruidor das massas é melhor compreendido levando em conta os numerosos levantes populares violentos ocorridos ao longo da história do México – como a revolta de Hidalgo e Morelos, que haviam atormentado as elites por sua violência e seu caráter popular. Além disso, não se trata de um fenômeno apenas mexicano. Via de regra, não se estabeleceram no século XIX latino-americano sistemas de governos baseados em um amplo entendimento da soberania popular, visto que a desconfiança em relação às massas era compartilhada pelas elites de todo o continente.

Dessa forma, a questão da liberdade não estava necessariamente ligada a uma ideia atomista de participação direta do indivíduo como cidadão. Havia também uma concepção de liberdade como a possibilidade de ação do homem dentro dos limites estabelecidos por um governo, que estaria encarregado de garantir a ordem. De acordo

⁴² PANI, *Para mexicanizar el Segundo Imperio: el imaginario político de los imperialistas.*, p. 29.

⁴³ *Ibid.*, p. 35.

com essa concepção, o governo baseado na soberania da “multidão” seria um governo em que as maiorias, o “populacho” e sua força destrutora, estabeleceriam as regras do jogo. Isto era entendido como uma liberdade falsa, que busca substituir a tirania de um homem pela tirania das massas⁴⁴. Logo, essa corrente defendia a liberdade como liberdade civil, social antes que política, não significando necessariamente participação na coisa pública⁴⁵. A cidadania, assim, era entendida de forma mais restrita, sem significar, contudo, que se tratasse de uma noção política de antigo regime.

Outra concepção moderna era compartilhada tanto por conservadores quanto por liberais: a ideia de progresso. A referência a conceitos e metáforas alusivas ao tempo, à marcha da história e ao movimento evolutivo da humanidade eram parte do vocabulário político do período, visto que, desde o início da era revolucionária, uma nova noção de temporalidade irrompe de forma definitiva⁴⁶. Em um trabalho sobre conceitos de temporalidade na imprensa conservadora, o historiador mexicano Miguel Hernández Fuentes comprova que a ideia de progresso não estava ausente do discurso conservador. No entanto, a noção de ruptura e de sentido da marcha da história era distinta entre liberais e conservadores: enquanto os primeiros se identificavam com a revolução francesa e seus ideais de sociedade, os últimos entendiam que a ruptura com o passado não deveria ser feita em relação ao passado colonial ou ao antigo regime, mas em relação à febre revolucionária, considerada como responsável pela tirania que havia dominado o país naqueles anos⁴⁷. O período revolucionário é entendido como uma etapa de retrocesso que havia interrompido momentaneamente a verdadeira marcha progressiva da sociedade, que pertencia ao princípio conservador. O progresso era entendido por esse grupo como a evolução do espírito humano baseado nas estruturas do passado, o que não significa uma estagnação temporal. Seria necessário o estabelecimento da ordem, da paz e das estruturas essenciais da sociedade como forma de alcançar o ambiente harmônico ideal para atingir o progresso. Não havia, portanto, uma ideia de ruptura total com o passado – que era entendido como um acúmulo de experiências que necessariamente deveria ser levado em conta para a construção daquilo que era considerado como novo. Os conservadores mexicanos, tanto quanto os liberais, estavam empenhados na construção do moderno

⁴⁴ *Ibid.*, p. 35.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 32.

⁴⁶ FUENTES, Miguel Hernández, Conceptos de temporalidad en la prensa conservadora y del Segundo Imperio en México, 1848-1867, *Almanack*, p. 350–366, 2015., p. 351.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 354.

Estado nacional mexicano – mesmo aqueles que aderiram ao projeto monárquico. A intervenção francesa e o Segundo Império não foram meras imposições de uma potência estrangeira, mas experiências mexicanas, com atuação política de intelectuais mexicanos que pretendiam erigir uma ordem estável para o país. Nesse processo, a construção de uma identidade nacional se entrelaça a outras identidades mais amplas – como a identificação à raça latina –, que ajudam a explicar como esses intelectuais entendiam o lugar que o país deveria ocupar no mundo.

Diversos artigos da imprensa política mexicana foram dedicados aos principais acontecimentos e debates que estavam sendo realizados no exterior, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. Ainda que consideremos que a apropriação das ideias estrangeiras tenha sido realizada de forma muito mais criativa do que se costuma afirmar, não se pode negar que a classe política mexicana buscava no exterior seus modelos ideológicos. Isto se deve ao fato desses atores políticos, para além da nação, se identificarem de forma mais ampla com o que era chamado “mundo civilizado”⁴⁸. Este fato não é exclusivo ao México, mas pode ser expandido para toda a elite política do continente. Os costumes e os textos franceses caíram no gosto das elites mexicanas, que liam em francês, se vestiam como os franceses e tinham naquele país uma referência civilizacional – se falava, inclusive, de uma certa “francofilia” entre os mexicanos⁴⁹. Ainda que os Estados Unidos fossem uma referência importante – sobretudo para o grupo liberal –, as posições em relação a esse país eram pautadas pela desconfiança desde a assinatura do Tratado de Guadalupe Hidalgo. Evidentemente, o fato de a França ser uma grande referência para essas elites não explica por completo a razão pela qual o país decide intervir no México, e tampouco o fato de parte de sua elite política ter aderido ao projeto imperialista de Napoleão III, mas pode ajudar a entender o motivo pelo qual o conceito de “raça latina” torna-se tão corrente nos escritos mexicanos de meados do século.

Frequentemente, a adesão à ideia de raça latina é associada ao grupo que apoiou a intervenção francesa e o Império. Além disso, costuma-se alegar que essa posição está vinculada a uma concepção política arcaica e pré-moderna do grupo conservador. Em primeiro lugar, não é possível associar a apropriação de ideias sobre uma raça latina apenas ao grupo conservador ou, mais especificamente, ao grupo que posteriormente

⁴⁸ *Ibid.*, p. 56.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 59.

aderiria ao imperialismo. Foi possível identificar a publicação de artigos que abordavam a temática tanto em periódicos que se autodefiniam como conservadores, como é o caso do *El Universal*, como em periódicos liberais como o *Monitor Republicano* e *El Siglo Diez y Nueve*. Como discorreremos mais adiante, após o início da intervenção francesa, essas ideias se associaram de forma mais direta aos conservadores; no entanto, no período anterior – desde o fim da intervenção estadunidense e o início da intervenção francesa –, os Estados Unidos passam a representar uma ameaça externa iminente para todos os setores políticos, ainda que de maneiras distintas – os grupos mais conservadores possuíam uma visão mais abertamente hostil sobre os Estados Unidos, enquanto os mais liberais mesclavam atitudes de admiração e temor⁵⁰. Isto é o que provavelmente explica que o debates que ocorrem na França e em outros países sobre as “raças latinas” chamem a atenção no México, visto que reúnem uma série de temas que eram preocupações centrais para o debate mexicano do período: a questão da Igreja, o enfraquecimento das nações ibero-americanas pela prevalência de violentas disputas políticas internas, o medo frente ao rápido crescimento econômico e territorial dos Estados Unidos, dentre outros.

2.4.

A imprensa política mexicana.

Os periódicos foram, talvez, a mais importante arena de opinião pública na Iberoamérica do período pós-independência. Intelectuais como Domingo Faustino Sarmiento, Francisco Bilbao ou Lucas Alamán se envolveram diretamente na criação de veículos de imprensa, escreveram colunas, publicaram livros e, principalmente, se posicionaram politicamente por esse meio. O exercício de escrita por tais intelectuais poderia estar à serviço da ordem estabelecida ou em aberta oposição a ela. A liberdade em expressar-se plenamente variou bastante de acordo com o nível de autoritarismo do governo vigente, contudo, é inegável que houve uma tendência de criação de um campo mais ou menos autônomo para a imprensa na maioria dos países da região⁵¹. No México, pese os frequentes intentos de adotar regimes de censura, a imprensa floresceu

⁵⁰ *Ibid.*, p. 58.

⁵¹ MYERS, Jorge. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia. In: **Historia de los intelectuales en América Latina**. Katz, 2008, p. 36.

enormemente ao longo do século. A existência de um debate público que se realizava por meio da imprensa evidencia que, de fato, havia ocorrido uma ruptura em relação ao período colonial, visto que não apenas se debatia o status do poder político, como também que esse debate se realizava por meio de uma relação entre o autor que escrevia a obra e um público leitor cada vez mais numeroso. O discurso de defesa ou em oposição ao poder *de facto* não mais se restringia aos setores que detinham o poder, mas se entranhava em todos os setores sociais⁵².

La independencia de México no sólo significó la ruptura definitiva entre la metrópoli y el virreinato de la Nueva España. Abrió la posibilidad de introducir una nueva estructura política, abrigó las expectativas de una economía al servicio de la nación y permitió la introducción paulatina de una nueva cultura. El papel de la imprenta resultaría trascendental en esta transformación. Así, si en la época virreinal editores e impresores constituían un reducido número y estaban supeditados a los intereses del gobierno y de la Iglesia; a partir de la época independiente esta situación se modificó, gracias al nuevo tiempo de libertar que propició un auge en el panorama de la edición⁵³.

É, por vezes, difícil referir-se à existência de uma “esfera pública” em uma região onde o processo de escolarização avançou tão lentamente e onde as massas eram, em geral, iletradas. Contudo, segundo Myers, é possível dizer que, a passo lento, alguns elementos que a caracterizam começam a cristalizar-se na região:

La expansión de una prensa periódica que algunas veces escapaba de las amarras de la censura, la consolidación de un pequeño -aunque apasionado – público lector cuyos límites no siempre coincidían con los de las élites gobernantes, la perduración y transformación de espacios de sociabilidad letrada por fuera de los recintos de la Iglesia y del Estado, algunos Incipientes amagos de asociaciones literarias, científicas o de discusión de ideas – casi siempre efímeros y fracasados–, la iniciación de una intensa actividad parlamentaria en algunos de los nuevos estados⁵⁴.

⁵² *Ibid.*, p. 37.

⁵³ LATORRE, Laura Suárez de. La producción de libros, revistas, periódicos y folletos en el siglo XIX. In: LARA, Belem Clark de; GUERRA, Elisa (org.). **La república de las letras**: asomos a la cultura escrita del México decimonónico. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005, p. 9.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 38.

Em países como a Argentina e o México, começam a consolidar-se espaços de polêmica pública e de experiência associativa em paralelo com o poder estatal por volta de meados do século XIX, e esses espaços foram se expandindo constantemente⁵⁵. Observa-se tal fato não apenas pelo aumento do público leitor e do número de periódicos, mas também pelo fato de esses meios, cada vez mais, tornarem-se espaços privilegiados de disputa política. Elias Palti define três tipos de intelectual que representam três fases do periodismo mexicano no século XIX: uma primeira fase – que se inicia no final do período colonial e dura enquanto ocorrem as turbulências do movimento de ruptura –, personificado pelo panfletista político, que escrevia com uma linguagem acessível e persuasiva, buscando a identificação tácita com o público leitor. Uma segunda fase, já marcada por um jornalismo político mais definido – e que dura até o acirramento da luta facciosa – marcado pela escrita de textos menos marcados por posições ideológicas do que pela afirmação do poder instituído. E, por fim, uma terceira fase, marcada pelo auge da imprensa política, e que se inicia junto ao acirramento das disputas políticas entre liberais e conservadores. Nessa fase, a escrita jornalística tem como objetivo destruir ou articular redes políticas, tramar intrigas ou avenças, fazer campanhas para promover um lado específico, entre outras medidas que evidenciam o uso da imprensa para intervir de forma direta no cenário político nacional. Assim, o intelectual não é interpretado apenas como restrito ao âmbito do saber, mas também atuando diretamente no âmbito da política⁵⁶.

El valor de un escrito no se medirá ya sólo por su contenido veritativo, sino por su eficacia material para generar acciones. Y ello, como veremos, reconfigurará la dinámica del espacio público mexicano, modificando en consonancia los conceptos relativos al lugar de las ideas (y sus portadores, los publicistas) en la articulación de un sistema de gobierno republicano fundado en la “opinión pública”⁵⁷.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 39.

⁵⁶ PALTÍ, Elias. Tres etapas de la prensa política mexicana del siglo XIX: el publicista y los orígenes del intelectual moderno. **Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2006, p. 230.**

⁵⁷ *Ibid.*, p. 230.

Como outros órgãos de imprensa do período, os impressos que analisamos nesta investigação representam verdadeiros dispositivos de comunicação não apenas entre editores e leitores, mas entre órgãos de imprensa pertencentes a distintos países. Por meio deles, é possível traçar parte da complexa rede que existia entre intelectuais de todo o mundo Atlântico. O desenvolvimento da imprensa e dos meios de comunicação que marca a história do século XIX faz com que o debate intelectual cada vez mais transponha o nível local ou nacional e atinja uma escala global. Por mais que nossa pesquisa se centre no México, encontramos nos impressos analisados “janelas” para outros contextos editoriais. A republicação de artigos ou a publicação de resposta a textos publicados em outras nações hispano-americanas, no Império do Brasil, nos EUA, na Espanha, França, Inglaterra ou na região italiana demonstram que os grupos políticos que analisamos estavam atentos ao debate político a nível global.

A imprensa mexicana do século XIX está marcada mais pela atuação política do que pela mera difusão de notícias – ainda que isto também seja uma de suas funções. Liberais e conservadores mantinham jornais que se articulavam diretamente com seus objetivos partidários, sendo, portanto, espaços privilegiados de observação não só das ideias, mas da forma de atuação política desses grupos. Escolhemos, para esse trabalho, analisar três periódicos: um liberal (*El Siglo Diez y Nueve*) e dois conservadores (*El Universal* e *La Sociedad*). Trata-se de meios de imprensa de enorme tiragem e circulação e que, seja por meio de traduções de artigos da imprensa mexicana e internacional, seja por meio da publicação de comentários a outros artigos ou publicações originais, mobilizaram o conceito de raça latina para seus objetivos políticos concretos.

El Universal foi um periódico conservador de publicação diária que teve sua primeira edição em 16 de novembro de 1848 e a última em 30 de junho de 1855⁵⁸. O *La Sociedad*, segundo periódico de viés conservador que analisaremos nessa pesquisa, é identificado como sucessor do *El Universal* por estudiosos como Gerard Mc Gowan, pela proximidade de suas ideias políticas e pela continuidade de seu papel de antagonismo com periódicos liberais, como o *El Siglo Diez y Nueve*⁵⁹. Seu editor e fundador era o catalão Rafael Rafael (1817-1882) e, por um período, o periódico foi editado por Felipe

⁵⁸ Não confundir com o homônimo periódico mexicano *El Universal*, fundado em 1916. É hoje um dos principais jornais em circulação no país.

⁵⁹ MCGOWAN, Gerald L. **Prensa y poder, 1854-1857 [ie mil ochocientos cincuenta y cuatro-mil ochocientos cincuenta y siete]: la Revolución de Ayutla, el Congreso Constituyente**. El Colegio de México, 1978.

Escalante, que viria a ser um dos diretores do *La Sociedad*⁶⁰. Rafael de Rafael y Vila foi um jornalista espanhol que muito cedo emigrou para a América e se dedicou ao ofício de impressor nos Estados Unidos, no México e em Cuba. Felipe Escalante foi um importante jornalista ligado ao partido conservador, e participou, além da atividade jornalística, na elaboração de obras como *Diccionario Universal de Historia y Geografía* (1853)⁶¹. Contou com diversas publicações de personagens políticos importantes do conservadorismo mexicano, como Lucas Alamán (1792-1853), importante historiador e político conservador mexicano que estava intimamente ligado ao periódico⁶². Sua posição conservadora é clara, visto que se posicionou favorável ao regime de Santa Anna, contra a Revolução de Ayutla e a favor do centralismo e do monarquismo em muitas ocasiões. Contou com uma divisão por seções relativamente estável, se destacando o *editorial*, *parte oficial*, *crónica interior* e *exterior* – onde se republicaram muitos trechos de periódicos estrangeiros onde aparece com frequência o conceito de raça latina –, *noticias sueltas*, *parte literaria*, entre outras. O trabalho é encerrado após o êxito do Plano de Ayutla (1854) e a derrota definitiva de Antonio López de Santa Anna (1794-1876), que ocupava o poder de forma ditatorial⁶³.

La Sociedad teve sua primeira edição em 26 de dezembro de 1858 – três anos após o encerramento dos trabalhos do *El Universal* – e a última em 31 de março de 1867 – pouco antes da derrubada definitiva de Maximiliano. Durante sua existência, houve diversos momentos de interrupções, seja por ordens do governo liberal, seja por consequência das turbulências políticas na Cidade do México ocasionadas por conflitos como a Guerra de Reforma, que muitas vezes impossibilitaram o trabalho da imprensa na capital⁶⁴. Sua publicação era diária e chegou a ser distribuído em 99 povoações da república e também no exterior – no dia seis de outubro de 1865 se faz menção a Mr. B. C. Barksdale como o único agente de vendas do jornal na Europa, nos Estados Unidos e em Cuba. Entre seus editores estão F. V. Sánchez, entre dezembro de 1857 a julho de

⁶⁰ Pese a aparente importancia de Escalante para o periodismo conservador, não encontramos muita bibliografía sobre seu pensamento e atividade política.

⁶¹ LLORENS, Antonia Pi-Suñer. **México en el Diccionario universal de historia y de geografía**. Unam, 2000. P. 7.

⁶² Essa ligação fica evidente, por exemplo, na publicação de seu obituário no periódico, no qual Alamán é homenageado de forma solene.

⁶³ Hemeroteca Nacional Digital de México. Universidad Nacional Autónoma de México. **El Universal**: periódico independiente. Disponível em:

<https://hndm.iib.unam.mx/consulta/publicacion/verDescripcionDescarga/558ff9417d1e325230861566.pdf>

Acesso em: 01 jul. 2024.

1858, Francisco Vera, de julho de 1858 a dezembro de 1860 e Felipe Escalante, de junho de 1863 a março de 1867⁶⁵. Genaro Rus de Cea (1827-1907), intelectual e escritor conservador mexicano e partidário do monarquismo, era um importante colaborador do *La Sociedad*, publicava diversos artigos autorais assim como traduções de artigos publicados no exterior e comentários de artigos publicados por outros meios⁶⁶. Contou também com a colaboração de nomes como Anselmo de la Portilla, Aguilar y Marocho, entre outros⁶⁷. Como mencionamos anteriormente, o estudioso da imprensa mexicana Gerard McGowan afirma que o periódico seguiu a tradição ideológica do *El Universal*, que por sua vez se liga ao *La Verdad* de Lucas Alamán. Não se trata do mesmo jornal com nomes distintos, mas de órgãos de imprensa que seguiam a mesma linha editorial, mas que não tiveram uma trajetória longeva como o liberal *El Siglo Diez y Nueve*⁶⁸. Segundo McGowan, Rafael Rafael do *El Universal* seguiu a tradição do *La Verdad* de Lucas Alamán, e teve como aprendiz Rafael Escalante, que viria a ser diretor do *La Sociedad*. Entre as várias seções que teve ao longo dos anos incluem-se *Editorial*, *Crónica interior*, *Noticias sueltas*, *Noticias extranjerias*, *Miscelánea*, entre outras. Os membros do periódico foram partidários da monarquia e da intervenção francesa, expressando-se em favor disso implícita ou explicitamente, variando de acordo com o cenário político – durante o Império, foram exímios apoiadores do regime e dedicaram uma seção a publicar comunicados do *Diario del Imperio*⁶⁹.

El Siglo Diez y Nueve foi um periódico de longa duração, cuja primeira edição se publica em 5 de outubro de 1841 e a última em 30 de outubro de 1896 – passando, assim, pela guerra com os Estados Unidos, pela Guerra de Reforma e pelo Segundo Império. Sua publicação era diária, a exceção do período a partir de 1874, quando deixou de ser publicado aos domingos. Sofreu de igual forma que *La Sociedad* com interrupções em suas publicações devido ao cenário político do país – ainda de forma mais acentuada no período que analisamos, visto que a partir da chegada dos franceses à Cidade do México o trabalho fica inviável para os críticos da campanha. Citamos dois períodos importantes

⁶⁵ Não conseguir encontrar bibliografia sobre a atividade política ou parodística realizados por esses editores.

⁶⁶ HAMMOND, John Hays. José María Roa Bárcena: Mexican Writer and Champion of Catholicism. *The Americas*, v. 6, n. 1, p. 45-55, 1949.

⁶⁹ Hemeroteca Nacional Digital de México. Universidad Nacional Autónoma de México. *La Sociedad*: periódico político y literario. Disponível em: <https://hndm.iib.unam.mx/consulta/publicacion/verDescripcionDescarga/558ff93e7d1e325230861544.pdf> Acesso em: 01 jul. 2024.

de interrupção dos trabalhos: de agosto de 1858 a janeiro de 1861 pela Guerra de Reforma, e de maio de 1863 a julho de 1867 pela intervenção francesa e durante o Império. Era distribuído em mais de 200 povoações da república e contou com agentes de venda ou distribuição em cidades como Havana, Valparaíso, Nova York, San Francisco, Madrid, Paris e Londres. O jornalista e político liberal Ignacio Cumplido (1811-1887) foi um dos fundadores do periódico junto a Juan Bautista Morales e Mariana Otero. Cumplido, além de sua atividade política pelo jornalista, exerceu os cargos deputado e senador e foi defensor ferrenho do presidente Benito Juárez durante a intervenção francesa e o Segundo Império⁷⁰. Outro grande nome dos liberais mexicanos, o também jornalista e político liberal Francisco Zarco (1829-1869), trabalhou no *El Siglo* desde 1852 foi redator chefe de 1861 a 1863. Além disso, contou com a colaboração de nomes como de Juan B. Morales, Guillermo Prieto, Ignacio Ramírez, Luis de la Rosa, Mariano Otero, Manuel Orozco y Berra, José María Lacunza, entre outros⁷¹. O jornal foi um dos principais meios de imprensa liberal do país e se posicionou a favor do federalismo, da Reforma e contundentemente contra o projeto monarquista e a intervenção francesa – mas também o afã expansionista dos Estados Unidos. Suas seções variaram ao longo do tempo, mas incluíram *Editorial*, *Parte oficial*, *Noticias nacionales*, *Crónica extranjera*, *Prensa nacional*, entre outras⁷².

Esses periódicos de grande circulação, editados por dois dos principais impressores do país na época (Ignacio Cumplido e Rafael Rafael), desempenhavam um papel fundamental não apenas na disseminação de informações sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, mas também como instrumentos de ação política. Portanto, argumentamos que essas fontes são valiosas para compreender como a elite mexicana apropriou-se do conceito de "raça latina" e de que maneira esse conceito foi utilizado em prol de seus projetos políticos.

⁷⁰ GRAVIER, Marina Garone. Competencia tipográfica en México a mediados del siglo xix: entre la disputa tecnológica e ideológica del catalán Rafael de Rafael y el jalisciense Ignacio Cumplido. **Butlletí de La Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona**, p. 299-324, 2010.

⁷² Hemeroteca Nacional Digital de México. Universidad Nacional Autónoma de México. **El Siglo Diez y Nueve**. Disponível em: <https://hndm.iib.unam.mx/consulta/publicacion/verDescripcionDescarga/558ff93e7d1e32523086153f.pdf> Acesso em: 01 jul. 2024.

2.5.

Da casta à raça: o elemento racial em Raça Latina.

O conceito de raça latina é atualmente desconhecido de muitos, uma vez que não se integrou ao rol dos conceitos fundamentais. Entendemos que ele teve importância para o contexto linguístico de seu tempo, mas que logo foi rapidamente substituído pelo conceito de América Latina, que passou a fazer mais sentido para uma América que pretendia reafirmar sua soberania e independência. No entanto, um conceito muito mais duradouro e fundamental para a modernidade está incrustado no interior de raça latina, um conceito que era já bastante antigo, mas que passava por um processo de reconfiguração conceitual notável em meados do século XIX. Não é possível tratar de raça latina sem analisar qual era o sentido de raça contido nesse conceito.

É preciso também recordar que a realidade étnica do México e outras nações ibéricas do continente americano diferia muito daquela das nações europeia ou da América de colonização inglesa. Para além da língua e da cultura, outro elemento que aproximava os países dessa região era a diversidade de suas populações e o intenso processo de miscigenação entre os elementos humanos que as compunham. De que forma essas características eram concebidas pelas elites intelectuais do continente? Qual seria o lugar da maioria não-branca nos projetos de nação que se disputavam? Como replicar discursos que inferiorizavam esses países justamente por sua população negra, indígena e mestiça? Tentaremos responder essas e outras questões com base na análise que realizamos das fontes, mas antes, é necessário entender a dinâmica da interação entre espanhóis peninsulares, *criollos*, afrodescendentes, indígenas e mestiços desde os tempos da Nova Espanha. Começamos tratando da dinâmica social no período anterior à independência, com ênfase na casta.

A questão das castas se relaciona à forma como uma sociedade de antigo regime se manifesta em um ambiente de enorme diversidade étnica, onde conviviam brancos, negros, indígenas e uma enorme variedade de grupos mestiços. O sistema buscava classificar e explicar as diferenças humanas e culturais entre os grupos que compunham a sociedade da Nova Espanha e outras regiões americanas⁷³. As representações realizadas

⁷³ NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas en México**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. P. 53.

sobre a casta pretendiam demonstrar que, assim como na Península, as populações das diversas regiões americanas eram estratificadas de acordo com a sua linhagem; contudo, na América esses estamentos também envolviam a origem étnica – quanto mais próximo a uma origem europeia “pura”, maior posição na estratificação social. A linhagem definia o local que cada grupo social ocupava, seus direitos, obrigações e privilégios específicos – indígenas, por exemplo, pagavam tributos e contavam com uma série de direitos legais específicos. O intenso processo de hibridização étnica que tinha lugar nas América de colonização espanhola deu lugar a uma enorme população mestiça, cujo lugar na sociedade colonial nem sempre era tão claro⁷⁴.

As castas refletem a enorme diversidade de grupos que existiam entre as chamadas duas repúblicas – a de espanhóis e a de índios –, evidenciando o intenso processo de mescla biológica entre os distintos grupos humanos presentes na Nova Espanha, fenômeno que tem lugar também em outras regiões da América hispânica e portuguesa. Por meio das “pinturas de castas”, gênero artístico que se manifestou na Nova Espanha durante o século XVIII, é possível compreender a complexidade desse sistema, que admitia uma enorme variedade de tipos intermediários entre o europeu “puro” e as misturas com povos indígenas e africanos. Um exemplo é o quadro de Ignacio Barreda, *Las Castas Mexicanas*, datado de 1777, no qual é possível observar algumas dessas estratificações sociais existentes na Nova Espanha. Em outra pintura, parte do acervo do *Museo Nacional del Virreinato* de Tepotzotlán, México, é possível observar a diversidade dessas castas, distinguidas de acordo com as combinações étnicas que as conformam. A obra é composta por uma série de pequenos quadros que retratam famílias formadas por um homem, uma mulher e uma criança. As figuras representantes de cada casta vestem trajes característicos, refletindo sua posição econômica e status dentro da hierarquia social da época:

1. Español con india, mestizo; 2. Mestizo con española, castizo; 3. Castizo con española, español; 4. Español con mora, mulato; 5. Mulato con española, morisco; 6. Morisco con española, chino; 7. Chino con india, salta atrás; 8. Salta atrás con mulata, lobo; 9. Lobo con china, gíbaro; 10. Gíbaro con mulata, albarazado; 11. Albarazado con negra, cambujo; 12. Cambujo con india, sambaigo; 13. Sambaigo con loba, calpamulato; 14. Calpamulato con cambuja, tente en el aire; 15. Tente en el aire

⁷⁴ *Ibid*, p. 52.

con mulata, no te entiendo; 16. No te entiendo con india, tomaatraz⁷⁵.

É preciso salientar que não se tratava de uma sociedade em que os estratos sociais se dividiam por critérios raciais, visto que as clivagens entre os grupos humanos não eram realizadas levando em conta estratificações de base biológica. A posição social de um indivíduo era definida mais por suas vestimentas e costumes do que pela cor de sua pele, mais por sua linhagem e identidade cultural que por sua constituição física⁷⁶. No entanto, se tratava de uma das formas como a sociedade novo-hispânica dava conta de classificar e hierarquizar a sua população. Não significa dizer com isso que se tratasse de uma sociedade na qual a cor da pele não representasse um fator determinante. Havia uma hierarquização em que o elemento europeu estava sempre acima e a “pureza” de sangue era importante e desejada. No entanto, as castas não seguiam critérios estritamente fenotípicos, e a linhagem se referia mais a atributos associados a uma determinada descendência do que em características distintivas na constituição física de cada grupo humano.

Até então, “casta” e “raça” eram termos com um sentido muito distinto ao atual. Por vezes, eram empregados quase como sinônimos, por vezes, denominando fenômenos distintos. Mas em geral, tratava-se de termos relacionados, ligados a uma ideia de linhagem ou descendência. A noção de uma sociedade de castas foi marcante na sociedade colonial, mas perdeu espaço para “raça” no México independente, momento em que o conceito pouco a pouco ganha espaço nos discursos que pretendem dar conta da diversidade humana da nação.

Si bien ambos conceptos estuvieron articulados, incluso yuxtapuestos, tanto en el campo de sus significados literales como en el de sus usos y sentidos sociales, podemos notar que el peso político de “casta”, en tanto definía una comunidad que flexibilizaba el ideal de las “Dos Repúblicas”, la de españoles y la de indios, va atenuándose durante la primera mitad del siglo XIX para ser reemplazado por el de “raza”: un concepto nuevo, para los nuevos tiempos, que aludía a una nueva forma —

⁷⁵ Autor anônimo. Sem título. Óleo sobre tela. Tepozotlán: Museo Nacional del Virreinato. Disponível em: https://lugares.inah.gob.mx/es/museos-inah/museo/museo-piezas/8409-8409-10-241348-cuadro-de-castas.html?lugar_id=475

⁷⁶ NAVARRETE, p. 53.

*racializada— de concebir la diversidad de colores y culturas de la sociedad mexicana*⁷⁷.

O processo pelo qual "raça" se estabelece como o conceito mais empregado nos discursos sobre a diversidade populacional mexicana está inserido em um fenômeno mais amplo, por meio do qual "raça" se torna uma categoria essencial da modernidade. Esse processo culmina no final do século XIX; contudo, no período em que a categoria de "raça latina" se torna comum entre os intelectuais mexicanos, o conceito de raça ainda estava em plena transformação conceitual. Ainda que observemos em nossas fontes o seu sentido muito mais ligado à ideia de uma descendência comum de um grupo humano, em alguns artigos parece já haver certa referência a diferenças biológicas fundamentais que trariam certo determinismo no nível de civilização que poderia ser alcançado por cada nação.

A concepção contemporânea de raça se relaciona às novas relações sociais que se desenvolvem a partir do século XIX, contudo, o termo nem sempre foi empregado com o sentido de diferenciar o homem branco europeu das populações não-brancas ultramarinas. Antes disso, o conceito aparecia em discursos que buscavam responder sobre a proveniência dos povos europeus, como os franceses ou os ingleses. A ideia de que a Europa estava composta por grandes grupos de povos que compartilhavam uma cultura e uma genealogia comuns é bastante antiga. Os discursos sobre a existência de uma raça latina remontam pelo menos do século XVI, visto que a oposição entre a raça dos Teutões e dos Latinos está presente em muitos escritos do período que versavam sobre as origens do povo francês. Também nos escritos ingleses do século XVII é possível encontrar textos onde se fala da origem do povo inglês na raça germânica ou saxônica⁷⁸.

É a partir do século XIX que a palavra começa a ganhar significados que vão além da ideia de linhagem. Se antes as diferenças entre as raças se deviam às trajetórias históricas que cada agrupamento humano havia trilhado ao longo do tempo, a partir de então, cada vez mais passa a ser empregada para referir-se às características físicas intrínsecas a determinado grupo humano⁷⁹. A razão para essa transformação conceitual está certamente ligada ao interesse europeu em justificar suas empreitadas ao redor do mundo, contudo, é essencial reconhecer que essa transformação conceitual não

⁷⁷ UNDURRAGA, Carolina González. " **De la casta a la raza**: el concepto de raza, un singular colectivo de la modernidad, México 1750-1850. **Historia Mexicana**, 2011, p. 1497.

⁷⁸ BANTON, Michael. **A ideia de raça**. Tradução de Antônio Marques Bessa. 1977, p. 29.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 31.

ocorre de maneira instantânea, nem os novos usos de uma palavra se tornam consensuais de um dia para o outro. Trata-se de um processo gradual, no qual os significados de um conceito são intensamente disputados, resultando em uma transformação conceitual que se desenvolve à longo prazo.

(...) Mas as tentativas de fazer remontar o preconceito racial a uma única “raiz”, “fonte” ou causa histórica têm-se revelado pouco convincentes. Tudo parece como se a consciência da diferença racial tivesse crescido gradualmente e como se a natureza do fenômeno que rotulamos de “preconceito” tivesse mudado significativamente⁸⁰.

Observamos sinais dessa transformação semântica em nossas fontes. Em 19 de fevereiro de 1855, por exemplo, *El Siglo Diez y Nueve* publica artigo originalmente publicado pelo *Courrier des États Unis* e traduzido pelo periódico rival, *El Universal*. O artigo tem como título *Diferencias esenciales de las razas*, e trata sobre qual deveriam ser o sistema de governo análogo ao caráter da raça latina. Em determinado momento, o artigo explica a forma como a espécie humana está dividida em raças.

Fijémonos ante todo, por principio, que en el reino animal desde el insecto hasta el hombre, cada familia tiene una organización física, un instinto, un carácter que le son propios. Estas cualidades particulares que se reproducen en todos los individuos de una misma familia, nunca pudieran alterarse, puesto que ningún ser creado puede cambiar su propia naturaleza. Podrá el tigre mudar de dimensiones y de color en Africa, Asia ó América; pero siempre será igualmente carnicero y cruel. Si hubiese una sociedad de negros en Europa, su inferioridad intelectual y la fugosidad impetuosa de sus indómitas pasiones, no serian menores allí que sobre los bordes del Senegal ó del Mississippi⁸¹. Derribata patris filii vestigia sequuntur. El género humano se divide en razas, y así en lo moral como en lo físico, los caracteres distintivos de cada raza se perpetúan de padres á hijos. La familia judía, por ejemplo, está repartida por toda la superficie del globo, y en todas partes se la reconoce fácilmente⁸².

⁸⁰ *Ibid.*, p. 26.

⁸² Cartas confidenciales sobre México: diferenciáis esenciales de las razas. *El Siglo Diez y Nueve*, Cidade do México, 19 de fevereiro de 1858, p. 1.

O uso das categorias do reino animal para tratar das diferenças entre os humanos não surge com o Darwinismo Social, contudo, não deixa de chamar a atenção alguns elementos que já parecem apontar para uma diferenciação biológica entre as raças. A primeira é o emprego do exemplo da suposta imutabilidade entre as características físicas de espécie para tratar das diferenças entre negro e brancos – como se se tratasse de espécies distintas. Em segundo lugar, a afirmação de uma suposta inferioridade dos negros africanos baseado em características intrínsecas à sua própria natureza, que seriam imutáveis, independente da região do planeta que ocupasse essas populações – aqui uma clara resposta às teorias de determinismo geográfico, que também eram bastante correntes no período. Contudo, a referência às famílias humanas demonstra um entendimento de raça ainda com a ideia de linhagem e descendência, que se ligam ao sentido mais antigo do conceito. O sentido de “raça” que encontramos nas fontes, como ocorre com todos os conceitos, não é nunca coerente com uma definição pré-estabelecida.

O uso frequente de metáforas relacionadas às grandes famílias humanas nos indica que o sentido de raça no conceito de raça latina está ainda muito mais ligado à sua concepção antiga. As metáforas desempenham um papel crucial na construção discursiva no campo político, pois possuem a capacidade de tornar compreensíveis fatos e fenômenos complexos. Elas facilitam a comunicação de ideias e conceitos abstratos ao traduzi-los para uma linguagem mais familiar e acessível, não sendo, portanto, meros aparatos estilísticos ou adereços retóricos. Dessa forma, as metáforas não apenas clarificam conteúdos de difícil entendimento, mas também exercem um significativo poder de persuasão e convencimento, sendo amplamente valorizadas no discurso político. Algumas metáforas que existem desde a Antiguidade deixaram de ser empregadas com o tempo, outros se mantêm correntes, como é o caso das metáforas sobre o corpo político, as metáforas mecânicas sobre o funcionamento do Estado ou das sociedades como grandes famílias governadas pelo poder patriarcal⁸³. Segundo Javier Fernández Sebastián, em momentos de crise conceitual como é o caso das revoluções atlânticas, a recorrência à linguagem figurativa torna-se necessária para dar conta de uma realidade nova e que escapa ao aparato conceitual existente⁸⁴.

⁸³ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. **Historia conceptual en el Atlántico ibérico: lenguajes, tiempos, revoluciones**. Fondo de Cultura Económica de España (FCE), 2021, p. 317.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 317.

Nas fontes, encontramos metáforas recorrentes relacionadas à raça latina, destacando os laços entre as nações que comporiam essa comunidade transnacional. Essas construções retóricas frequentemente utilizavam a imagem de laços sanguíneos ou familiares para referir-se ao conjunto de países integrantes da raça latina. Javier Fernández Sebastián observa que, durante o Império espanhol, metáforas sobre laços e correntes eram comuns para descrever as relações entre o monarca e os reinos⁸⁵. Essas metáforas foram amplamente utilizadas durante a crise ibérica de 1808 para explicar a reversão de soberania ocorrida com o cativo de Fernando VII.

*Esa inversión se efectuó en gran medida en el seno de la misma matriz metafórica, a través de ligeros desplazamientos dentro de ella. Así, la lógica monárquico-paternal llevó a interpretar desde el inicio de la crisis la ausencia del rey legítimo como una especie de orfandad, y, un poco más adelante, la secesión como la natural emancipación del hijo al llegar a la edad adulta*⁸⁶.

A própria ideia de independência deriva de uma metáfora, uma vez que a palavra tem origem no verbo latino *pendo*, significando o fato de algo não estar dependurado, preso. No período pós-independência, surgiram novas metáforas com o intuito de unir em vez de separar, devido às violentas disputas regionais que ameaçavam uma maior fragmentação territorial⁸⁷.

A metáfora da família na política é bastante antiga, remontando à Grécia Antiga. Ao aplicar a lógica das relações familiares ao contexto político, facilita-se a compreensão do funcionamento governamental e das relações de poder, aproximando esses conceitos complexos da experiência cotidiana das pessoas. No contexto de uma monarquia transatlântica, essa metáfora era particularmente útil para ilustrar a relação entre a metrópole e seus territórios ultramarinos, representando-os como uma família na qual a metrópole representa a figura materna, e as colônias, as suas proles⁸⁸. Posteriormente, a metáfora do contrato social emergiu nos discursos políticos para descrever as relações republicanas entre governantes e governados, assim como entre as partes da nação e o todo. No entanto, a metáfora da família nunca perdeu seu espaço. Conforme argumenta

⁸⁵ *Ibid.*, p. 349.

⁸⁶ *Ibid.*, pgs 349-350.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 327.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 349.

Javier Fernández Sebastián, essas metáforas tradicionais foram subvertidas para construir uma ordem alternativa, sobrevivendo mesmo durante o período republicano e independente.

No obstante, la nueva metafórica/conceptualidad del contrato, manejada con soltura por las élites de la región en los aparejos teóricos que se vieron obligados a construir para responder a la crisis política del sistema, no llegó nunca a opacar la imagen de la familia, que en las sociedades iberoamericanas siguió ocupando un lugar importante en los discursos políticos a lo largo del siglo XIX. La imagen del rey, mil veces representado durante la etapa virreinal como amoroso padre de familia, será sustituida después de las independencias por las frecuentes apelaciones al «gobierno paternal» de la república, o por la representación de los nuevos próceres como «padres de los pueblos», «protectores de las libertades» o «padres de la patria»⁸⁹.

Foi possível observar o emprego da metáfora da família de maneira muito frequente quando se tratava de explicar os laços históricos existentes entre os povos de raça latina. Assim como na antiga concepção imperial, a Espanha com frequência é descrita como a “nação mãe” e suas antigas colônias como suas “filhas americanas”. Mesmo nos artigos mais críticos aos discursos de aproximação com a antiga colônia, é possível observar uma defesa de união das raças latinas na América como a união das *naciones hermanas* da América. Até mesmo a França aparece em alguns momentos como nação mãe, principalmente no *La Sociedad* em tempos de intervenção francesa, quando o periódico pretendia justificar a defesa da aliança com Napoleão III. Em 9 de agosto de 1863, *La Sociedad* publica um artigo do escritor francês Hipólito Castille defendendo a intervenção francesa do México dentro de um marco global de regeneração da raça latina.

México necesita conservar su raza latina a la que pertenece el emperador de la Francia, y que el rapaz americano quiere exterminar para propagar la anglo-sajona: México necesita participar de sus terrenos y de sus tesoros a sus hermanos como los franceses (...) nuestros vecinos nos atizan el fuego de la discordia para dividirnos y vencernos. Preciso es, pues, ponerles una muralla, y esta muralla no puede ser otra que la intervención

⁸⁹ *Ibid.*, p. 349.

*de Francia y de las demás potencias europeas para que se nos deje constituir libremente*⁹⁰.

Outro exemplo é o artigo publicado pelo *Universal* em 15 de junho de 1853 – originalmente publicado pelo *Crónica de Nueva York*. Na análise do artigo, foi possível perceber que a metáfora da família é tão comum nos discursos que mobilizam o conceito, que até mesmo a sua crítica é realizada por meio da mesma metáfora.

Toda oscurion por la región ideal de las teorías del amor de familia y de la comunión de sangre, tiene mismo valor hablando de naciones que hablando de individuos. Los lazos de parentesco se aflojan, a medida que se aumenta el número de grados, y en uno y en otro caso la alcornia distinguida de los progenitores suele no reconocerse en descendientes caídos y descuidados. Los pueblos hispano-americanos tienen por cierto en su historia, timbres de que gloriarse, títulos de sabiduría, de heroísmo y de grandeza, no superados por raza alguna de la tierra. Su simpatía natural será de todos los descendientes de sus progenitores, mientras aquellos no desmientan las hazañas que engrandecieron y ganaron eterna fama á los últimos. Pero, ¿cuáles son las hazañas que en el siglo XIX pueden conservar vivo ese amor de familia, tan necesario para la paz y el equilibrio de América y Europa⁹¹? (...) Las hazañas que hoy pueden asegurar el amor y la simpatía de los pueblos latinos de América hacia sus parientes de Europa, son de muy diferente naturaleza: son el ejemplo del gobierno liberal y estable; un amor propio racional e enérgico, que no les permita quedarse atrás de ninguna otra raza en el progreso del trabajo, de la producción del comercio interior y exterior, de las vías de comunicación por tierra y por mar; un bienestar, en fin, y una grandeza que no los haga parecer menguados é incapaces en su comparación el trabajo con el comercio, con la actividad u con la pujanza de otras naciones y razas⁹².

Esse uso constante da metáfora da família ao referir-se à raça latina demonstra que a ideia de raça contida no conceito faz muito mais referência à linhagem e descendência de um povo, ainda que alguma referência à constituição física desses povos não deixe de aparecer com certa frequência. Assim, no período abordado por nossa pesquisa, é possível encontrar significados de raça que já incorporam elementos que posteriormente se

⁹⁰ CASTILLE, Hipólito. La expedición de México. *La Sociedad*: periódico político y literario. Cidade do México, 9 de agosto de 1863, p. 3.

⁹² Crónica Extranjera: Estados Unidos. *El Universal*: periódico independiente. 15 de junho de 1853, p. 2.

agregariam de forma mais clara em uma doutrina racial. Isto porque, antes mesmo da publicação de *A Origem das Espécies*, já havia um esforço teórico em dar conta da diversidade das formas humanas a partir de um prisma hierarquizante e etnocêntrico. Darwin provoca simplesmente uma reorientação dessas ideias dado o impacto de sua obra; contudo, o debate sobre a raça é anterior, e se relaciona às teorias sobre a origem da humanidade – envolvendo o dogma cristão sobre a criação do homem⁹³. Ainda que a Bíblia apresentasse toda a humanidade como tendo sua origem em Adão e Eva, era necessário explicar como havia se dado tamanha diferenciação entre os homens.

A hipótese monogenista foi dominante até meados do século XIX e, mais fiel à interpretação bíblica, afirmava a unicidade da humanidade a partir da criação divina. A hipótese poligenista, por sua vez, defendia a ideia de que houve mais de um centro de criação, e que isto explicaria as diferenças essenciais entre os povos. Além disso, com essa doutrina, se fortalece também o determinismo do comportamento humano baseado em leis biológicas⁹⁴. A obra de Darwin dá um novo tom às teorias sobre as diferenças entre os humanos, levando uma série de pensadores a integrarem a ideia de evolucionismo na hierarquização entre raças e povos – ainda que a obra não tratasse do tema. A teoria entra no campo das ciências sociais como forma de justificar o imperialismo europeu, com noções como a de “seleção natural” e “sobrevivência do mais forte e adaptado” operando nesse sentido⁹⁵. Assim, fica claro que a partir de meados do século o debate ganha outra conotação, contudo, já existiam teorizações anteriores que pretendiam criar hierarquizações que explicassem a suposta superioridade dos europeus. Nesses discursos, atributos físicos e morais eram entendidos como transmitidos geneticamente, o que condenava os povos não-europeus à barbárie e ao fracasso por sua suposta inferioridade inata.

A partir desse balanço nota-se que a percepção da “diferença” é antiga, mas sua “naturalização” é recente. Ou seja, é apenas no século XIX, com as teorias das raças, que a apreensão das “diferenças” transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante. “Naturalizar as diferenças” significou, nesse momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. Em meio a esse projeto

⁹³ *Ibid.*, p. 43

⁹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993. P. 48.

⁹⁵ *Ibid.*, p.

*grandioso, que pretendia retirar a diversidade humana do reino incerto da cultura para localizá-la na moradia segura da ciência determinista do século XIX, pouco espaço sobrava para o arbítrio do indivíduo*⁹⁶.

Essas teorias, para além da inferiorização dos povos dominados, também condenavam a mistura de raças, fenômeno especialmente marcante na América de colonização ibérica. Intelectuais como Arthur de Gobineau (1816 - 1882) e Gustave Le Bon (1841 – 1931) compreendiam o fenômeno da miscigenação racial de maneira altamente negativa, associando-o à degeneração e declínio das raças humanas. Para esses teóricos, a mistura entre diferentes "espécies" ou raças resultava em populações mestiças que, segundo eles, herdavam as características mais desfavoráveis das raças em cruzamento. Gobineau, em particular, argumentava que a miscigenação era sempre prejudicial, reforçando os diagnósticos poligenistas que viam na hibridação um fenômeno a ser evitado. Em sua obra mais significativa sobre o tema, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853)⁹⁷, ele lamenta a extrema fertilidade das populações mestiças, interpretando isso como uma ameaça à pureza racial e à evolução social, que, na visão dele, deveria preservar os "tipos puros". Le Bon compartilhava essa perspectiva determinista, ressaltando a inevitável degeneração dos mestiços, os quais eram considerados uma "sub-raça decadente e degenerada". Em suma, para Gobineau e Le Bon, a miscigenação não só comprometeria a integridade racial, mas também impediria o progresso civilizacional, perpetuando a inferioridade das raças misturadas⁹⁸.

Esses discursos inserem-se em um movimento mais amplo, que remonta pelo menos ao século XVIII, momento em que alguns pensadores abandonam a perspectiva humanista e passam a condenar a América, sua natureza e seus habitantes, expressando visões profundamente etnocêntricas e negativas sobre suas populações. Entre os autores dessa corrente, destaca-se o naturalista e matemático francês Georges-Louis Leclerc (1707-1788), conde de Buffon, que descrevia o continente americano como intrinsecamente inferior. Buffon argumentava que a fauna americana era menor e menos vigorosa em comparação à europeia, e que a terra americana era deficiente e carente, refletindo uma suposta debilidade física e natural. Segundo ele, a América era marcada

⁹⁶ *Ibid.*, p. 64-65.

⁹⁷ GOBINEAU, Arthur et al. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Librairie de F. Didot frères, 1853.

⁹⁸ SCHWARCZ, 1993, p. 46.

pela proliferação de espécies pequenas e pela ausência de pelos nos homens, características que corroboravam a imaturidade e inferioridade do continente. O filósofo holandês Cornelius de Pauw (1739-1799) também é um exemplo notável nesse contexto, radicalizando a perspectiva de Buffon ao introduzir a noção de "degeneração". De Pauw acreditava que os americanos não eram apenas imaturos, mas também decaídos. Ele argumentava que a natureza americana era corrompida e inferior devido à sua degeneração, refletindo um claro antiamericanismo em suas avaliações. Sua teoria sustentava que as espécies no Novo Mundo estavam em um "desvio patológico do tipo original", marcando uma transição do entendimento de degeneração como uma simples inferioridade orgânica para uma corrupção inerente da natureza americana⁹⁹.

Essas visões contribuíram para a formação de um discurso que via a América como uma terra destinada à decadência e inferioridade, estabelecendo uma hierarquia rígida entre os povos e culturas, antes mesmo que o moderno conceito de racismo se consolidasse. Esses autores utilizaram argumentos pseudocientíficos para justificar suas percepções etnocêntricas, influenciando profundamente a forma como a América e seus habitantes eram vistos na Europa. Não é nosso objetivo esgotar a história do conceito de raça, mas destacar a importante transformação conceitual ocorrida no período central da nossa pesquisa. Além de analisar o sentido de "raça" contido no conceito de raça latina, pretendemos compreender como o discurso racial emergente no Ocidente se relaciona com a identificação dos mexicanos e outros ibero-americanos com esse termo. Considerando as concepções que negam altos estágios de civilização aos povos miscigenados e não europeus e que condenam o continente americano como um todo, até que ponto essa identificação com um mundo latino serve como resposta a esses discursos.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 46.

3.

Raça Latina: apropriações mexicanas de um conceito global.

Así, en la América del Norte, los blancos rara vez se han cruzado con las razas indígenas (...) también los ingleses, en su imperio de las Indias, conservan integralmente la pureza de su sangre. Por otra parte, vemos que todas las colonias de origen latino se hallan más o menos tachadas de la mezcla de la raza conquistadora con las conquistadas¹⁰⁰.

No primeiro capítulo, abordamos algumas questões importantes para compreender os usos e apropriações de raça latina pela elite mexicana de meados dos oitocentos. Tratamos sobre a complexa dinâmica identitária que configurou no continente – e especialmente no México – desde o período das independências, passando pelo complexo processo de construção nacional. Vimos como o conceito de raça latina atendia à necessidade latente de forjar uma identidade coletiva para um conjunto de nações do continente que enfrentava um desafio comum. Tratamos também das fontes analisadas para essa investigação, dos motivos que nos levaram a selecioná-las para os nossos objetivos, assim como do lugar que elas ocupam no polarizado cenário político mexicano do período. Por fim, realizamos uma análise breve conceitual de raça latina, com ênfase no sentido que raça e na transformação semântica que se operava no período. Agora, com um enfoque mais direcionado nas fontes analisadas, pretendemos examinar as formas como o conceito foi sendo mobilizado pelos intelectuais mexicanos ao longo do tempo.

¹⁰⁰ Emigración europea a las Américas – Parte I (M. Benjamin Poucel). *El Universal*, 2 de junho de 1852, P. 1.

3.1.

Raça Latina: década de 1850.

Em nossas fontes, observamos que já existem algumas aparições de “raça latina” já na década de 1840, contudo, é a partir da década de 1850 que o termo passa a aparecer com mais frequência, tanto no periódico liberal (*El Siglo*) como nos periódicos conservadores (*El Universal* e *La Sociedad*). O auge, contudo, se dá a partir da virada década de 1860, o que coincide com o início da intervenção francesa. Preparamos alguns gráficos para observar esse movimento, contudo, é preciso levar em conta os momentos de interrupção dessas publicações devido à situação política na capital mexicana.

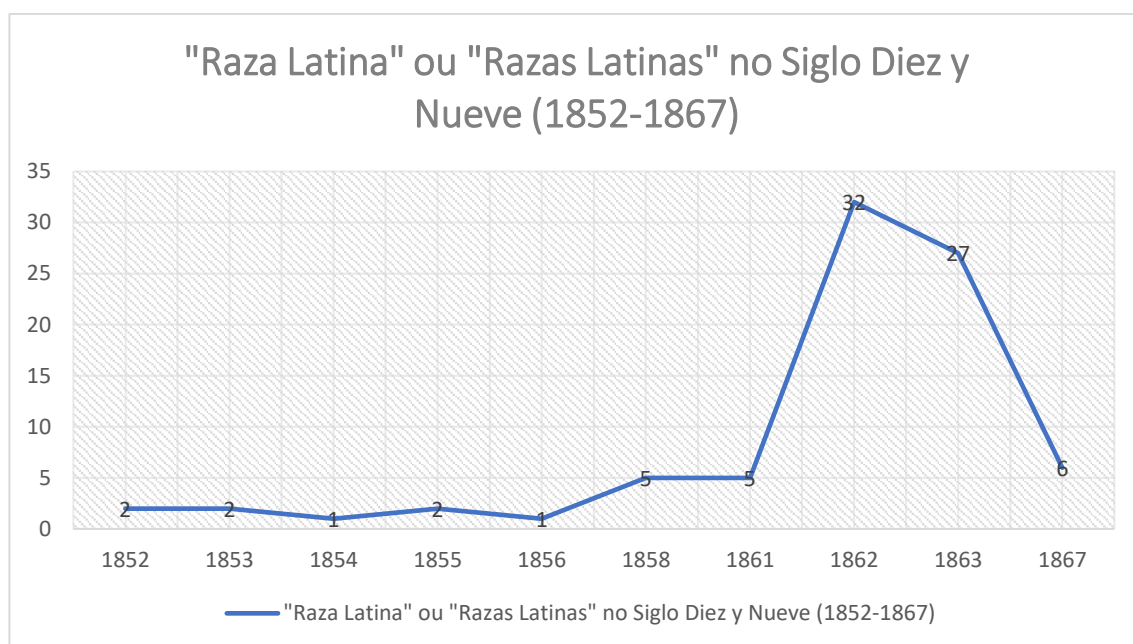


Gráfico 2: ocorrência do conceito de “raza latina” ou de “razas latinas” no El Siglo Diez y Nueve de 1852 a 1867.

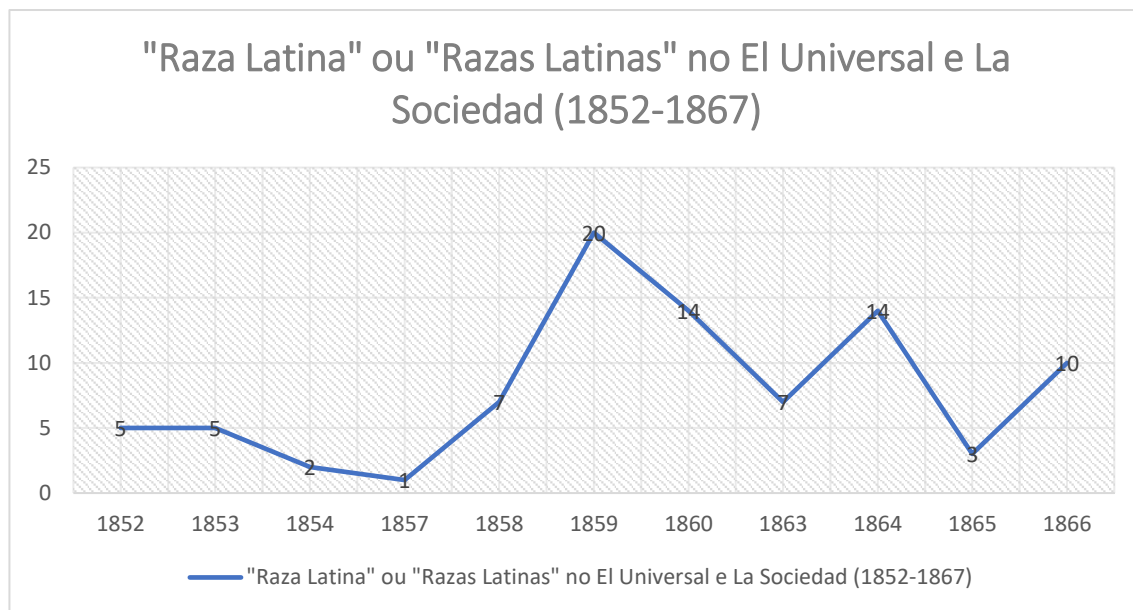


Gráfico 2: ocorrência do conceito de “raza latina” ou de “razas latinas” no El Universal e no La Sociedad de 1852 a 1867.

Principalmente na década de 1850, as aparições do termo no *El Siglo Diez y Nueve* e no *El Universal* se dá em republicações ou comentários a artigos originalmente publicados pela imprensa europeia ou por escritores europeus – majoritariamente franceses, mas também espanhóis. Essas publicações acontecem com frequência na seção *Esterior* do *El Siglo* e na seção *Crónica Extranjera* do *El Universal*. Esta era uma prática comum na imprensa mexicana do século XIX, que buscava, para além dos artigos originais, trazer uma série de recortes de publicações ao redor do mundo – principalmente publicações europeias – como forma de chamar atenção para uma questão ou angariar argumentos para defender uma posição. Esta prática, além disso, evidencia o empenho dessas elites em integrar-se ao debate público que ocorria no resto do “mundo civilizado”, além de evidenciar a identificação que essas mantinham com a cultura europeia.

El interés, o la necesidad como ya vimos, que los impresores-editores mexicanos tenían por mantenerse vinculados a los contenidos de la prensa extranjera y el empeño que mostraban por hacerlos llegar al público mexicano fue parte del proyecto modernizador y de integración internacional de la nueva nación a través de la adquisición de las letras trasatlánticas, del conocimiento de las discusiones que tenían lugar en más allá de las fronteras que bien podían vincularse con los asuntos locales

*y, por lo tanto, convertirse también en un factor importante de atracción para los lectores*¹⁰¹.

Muitas vezes, essas republicações ocorrem sem comentários introdutórios dos editores, o que nos leva à necessidade de interpretar, caso a caso, qual foi a motivação por detrás da escolha de cada republicação e qual a mensagem que se pretende transmitir. A decisão de traduzir e publicar um artigo oriundo da imprensa estrangeira pode ter como objetivo convencer o público sobre alguma questão – e o fato de o artigo ter sido publicado na Europa, para o leitor mexicano, poderia revesti-lo de mais legitimidade – ou mesmo colocar em evidência o absurdo do que está sendo dito pelo oponente. Cabe, portanto, em cada um desses casos, realizar uma leitura cuidadosa e expor detalhadamente a conclusão a que chegamos.

Como vimos, nos primeiros anos da década de 1850 a dualidade entre “raça latina” e “raça anglo saxã” aparece predominantemente em republicações de artigos europeus. Contudo, até mesmo nos primeiros anos da década de 1850 é possível observar alguns artigos nos quais a ideia de uma disputa global de raças aparece em textos ou discursos pronunciados por mexicanos – ao que tudo indica, gradualmente as elites intelectuais do país foram se apropriando de tais termos. Em 4 de outubro de 1853 o *Universal* publica um trecho de um discurso proferido em Veracruz por Luis G. Gago em comemoração à independência nacional. O orador – a partir de uma ótica notavelmente conservadora –, utiliza a ideia de raça latina para explicar os infortúnios pelos quais o país passava, em especial as disputas intestinas e a ameaça estrangeira. Correlacionando os desafios mexicanos àqueles enfrentados por outras nações latinas do planeta, Gago reivindica o pertencimento dos mexicanos a essa raça como forma de sinalizar que o país deveria inspirar-se pelo seu passado glorioso para fazer frente às provações que os mexicanos enfrentavam no presente, assim como para definir a trajetória do país para o futuro.

En circunstancias tan graves como las que indico, es cuando el espíritu de independencia se despierta y reanima a vista del peligro; es cuando las razas, apelando a la memoria de su origen, a la historia de sus hazañas, a sus recuerdos de gloria y a la idea de la misión que tienen el deber de llenar, ligan sus intereses, ahogan hasta el pensamiento de sus desavenencias, y

¹⁰¹ RODRÍGUEZ, Miriam Badillo. **Prensa y Literatura Traducida en el Siglo XIX: El Siglo Diez y Nueve, El Monitor Republicano y El Universal. 1848-1855.** El Colegio de México, 2016. P. 22.

*rejuvenecidas por el riego, por el entusiasmo y por la virtud, saben lidiar antes de morir y morir antes de ser esclavas*¹⁰².

Em finais da década, os termos começam a aparecer também em editoriais e outros artigos autorais. Não obstante, durante os primeiros anos, o termo é de fato predominante em republicações de artigos oriundos do exterior ou escritos por autores estrangeiros. Em 1852, *El Universal* publica em seis partes, ao longo de todo mês de junho, um artigo escrito por M. Benjamin Poucel, um cidadão francês residente no Rio da Prata, sobre o perigo que a raça latina sofria na América com o avanço da raça anglo-saxã. Como solução, o autor propunha o fomento da imigração europeia para a região, o que fortaleceria esses países de braços de trabalho, além de também ser útil para a Europa – pois havia, segundo o autor, população ociosa naquele continente. *El Universal* não só publicou o artigo na íntegra como adicionou alguns comentários, nos quais sinaliza os argumentos com os quais estão de acordo e aqueles que qualificam como exagerados. É curioso que este jornal – associado ao grupo que posteriormente irá embarcar no projeto napoleônico de união da raça latina sob comando francês –, julgue, em primeiro lugar, excessiva a caracterização que o autor faz da ameaça estadunidense; e que, em segundo lugar, discorde da diferenciação entre duas Américas em termos raciais. Segundo comentários do *El Universal*:

*Conviene observar, de paso, es este lugar, que el autor ha creído bien atenerse á las dos razas de que habla, por considerar absorbidas en ellas todas las de los primitivos dueños del referido continente; y porque al echar sobre la superficie de éste una ojeada general, se descubren en él dos grandes categorías dominantes: al norte, la sangre anglo-sajona; y al Sur, la sangre de la raza latina. Y nótese que él dá una importancia esencialísima á la ley de la sangre, sin perjuicio del influjo que, por otra parte, ejercen necesariamente las leyes, el clima y el terreno. A la vez admite, no obstante, que al reducir á dos solas las razas en este continente, podrá considerarse demasiado absoluta su aserción; y nosotros, desde luego, por tal la tenemos*¹⁰³.

A justificativa apresentada para a republicação do texto de Poucel se deve à concordância dos editores com os argumentos que apresenta sobre a necessidade de atrair

¹⁰² Crónica extranjera. Un discurso cívico (continúa). *El Universal*: periódico independiente. México, 4 de outubro de 1853. p. 2.

¹⁰³ Editorial: Emigración europea a las Américas. *El Universal*: periódico independiente. México, 2 de junho de 1852, p. 1.

a imigração europeia para a América setentrional; contudo, em mais de uma ocasião, os editores do *Universal* reafirmam a discordância com a importância exacerbada que o autor dá às linhagens de uma sociedade, sem levar em conta outros elementos como a geografia do país e entendem como simplista a divisão do continente em apenas duas raças. Os editores argumentam seguidas vezes que a multiplicidade de raças distintas que existem dentro dessa divisão dualista torna tal aceção muito generalista. Além disso, o próprio fato de explicarem do que se trata a noção de “raça anglo-saxã” e “raça latina” já sinaliza que o termo se configura como uma ideia que ainda não era corrente e, portanto, precisava ser aclarada – posteriormente, o uso dos termos já é realizado sem maiores explanações. Sobre a ameaça representada pela raça anglo-saxã, os editores não negam que o perigo exista, mas qualificam a forma como o autor o descreve como “exagerada” ou “hiperbólica” – como se se tratasse de uma nação muito superior ameaçando outras nações indefesas. Os editores, sempre que possível, deixam claro ao leitor a posição do periódico sobre esse ponto, como no seguinte trecho: *Hemos querido reducir a su cuadro natural los tamaños colosales en que se ha trazado la pintura, sin pretender por esa causa poner en duda los riesgos evidentes que amenazan a la República Mexicana*¹⁰⁴.

De modo igualmente curioso, um fragmento do mesmo artigo de Poucel é publicado no *El Siglo Diez y Nueve* no ano seguinte, no dia 17 de fevereiro de 1853. Trata-se justamente do trecho sobre a necessidade de atrair imigração europeia para a América, e o artigo é publicado sem comentários prévios. Pela temática contida no texto publicado pelo *Siglo* – ambos os grupos políticos acreditavam na necessidade de fomentar a imigração europeia –, não nos parece que a republicação tenha uma motivação crítica. Ao final, o trecho selecionado se encerra com um apelo de união entre Europa e América, ideia que será defendida outras vezes em artigos publicados pelo jornal: *¡Quiera Dios que veamos completar esa solución por la voluntad de los gobiernos y la amistad de las poblaciones de la América del Sur unidad con la Francia, la España y la Italia, sus hermanas latinas, para marchar juntas hacia un mismo objeto!*

Por sua vez, no ano de 1853, o *Universal* parece discorde com as vozes que defendem que as nações latinas da Europa saiam ao auxílio das acuadaas nações latinas da América. Em um artigo de junho de 1853, o *Universal* republica um texto originalmente difundido por um jornal chamado *Crónica de Nueva York*. Não conseguimos encontrar

¹⁰⁴ El Universal. Emigración europea a las Américas (continúa). **El Universal**: periódico independiente. México, 8 de junho de 1852, p. 1.

maiores informações sobre o jornal¹⁰⁵, contudo, a forma como o artigo usa a primeira pessoa do plural para tratar das raças latinas nos indica que se trate, provavelmente, de um jornal da comunidade francófona ou hispânica daquela cidade. O artigo questiona o discurso europeu sobre uma simpatia nas nações hispano-americanas em relação à França e à Espanha.

Es una ilusión el convencimiento que a veces manifiesta la prensa de España, de que las simpatías del pueblo de los Estados hispano-americanos hacia su antigua metrópoli, están perfectamente aseguradas para lo venidero, por su origen común y por sus creencias y tradiciones. La misma persuasión ilusoria reina en Francia entre los que se figuran que la raza latina en América mirará siempre con predilección a los pueblos de una misma raza en Europa¹⁰⁶.

O artigo afirma, ainda, que França e Espanha só poderão exigir a não-exclusividade da influência americana e inglesa na América setentrional no dia em que efetivamente conseguirem estender suas empresas para a região. Mais uma vez o *Universal* parece querer minar o discurso existente na Espanha e na França sobre a necessidade de uma aproximação interessada com as nações americanas. O artigo também traz interessantes caracterizações das relações entre os países como laços de parentesco. Esta é uma metáfora comum nas fontes analisadas e se relaciona com a ideia antiga de raça, que muitas vezes se referia a uma linhagem comum de um determinado povo. Trataremos melhor desta questão no segundo capítulo.

A opinião de que a Europa não deveria intervir nos assuntos mexicanos também aparece no *Siglo* ainda na década de 1850. Em agosto de 1852, republicam artigo do jornal liberal francês *Le Constitutionnel* sobre o perigo que os Estados Unidos representam para a raça latina na América e sobre o papel que tem a França em intervir caso isto ocorra. Os editores afirmam que estão publicando o artigo pois muitos mexicanos o leram e acharam importante que ele fosse publicado em espanhol. Em tom de preocupação, afirmam que ele deixa claro que a Europa intervirá *si México no deja el camino de las revoluciones*, o que seria perigoso para a sobrevivência da nacionalidade mexicana da mesma forma que

¹⁰⁵ O fato de o nome do jornal aparecer traduzido em espanhol dificultou bastante a sua localização nos arquivos digitais dos Estados Unidos, visto que não encontramos tal periódico nem com o título em espanhol, nem em inglês, tampouco em francês.

¹⁰⁶ Crónica extranjera. Estados Unidos. **El Universal**: periódico independiente. México 15 de junho de 1853. p.2.

um avanço estadunidense¹⁰⁷. Portanto, neste primeiro momento observamos que a ideia de uma intervenção europeia em auxílio ao México é impopular tanto para os editores do periódico liberal, quanto para o conservador. Contudo, a dissidência política se agravaria posteriormente, transformando o cenário político do país – estamos tratando de um período anterior à Guerra de Reforma.

Não existe, nesse primeiro momento, maiores questionamentos sobre o pertencimento da América hispânica a essa entidade global denominada “raça latina”. Salvo o artigo publicado em 1852 pelo *Universal*, não observamos no período pré-intervenção outros momentos nos quais se questiona a legitimidade do uso do termo para classificar a uma parcela da humanidade. Ao que parece, o dualismo entre “raça latina” e “raça anglo-saxã” torna-se cada vez mais lugar comum para referir-se à grande divisão americana ao longo da década de 1850, passando inclusive a ser empregado diretamente nos artigos autorais publicados nos periódicos; contudo, ainda não está associado a uma ideologia pertencente a um grupo ou uma nação específica. Não obstante, a ideia de uma aproximação com a Europa oscila a depender do tom adotado pelo artigo publicado. Ambos os grupos demonstram, nessa primeira década, não admitir intromissões estrangeiras nos assuntos mexicanos; contudo, a ideia de um auxílio mútuo entre nações que compartilham laços culturais e históricos parece compartilhada pelos editores de ambos os periódicos.

Em 19 de fevereiro de 1855, mais uma vez o *Siglo* publica um trecho de um artigo estrangeiro que já havia sido publicado pelo *Universal*, contudo, dessa vez avisa ao leitor expressamente que o artigo foi difundido por aquele jornal. Se trata de duas cartas publicadas pelo jornal francófono *Courrier des États-Unis* denominadas *Diferencias Esenciales de las Razas y La Democracia y la Raza Latina*. Os argumentos inscritos nas cartas e o aviso de que elas foram publicadas por um periódico rival demonstram que a decisão de publica-las no *Siglo* parte de uma postura crítica dos editores em relação ao seu conteúdo. Quando o autor define as características de cada grupo racial, sinaliza também qual a forma de governo mais adequada para cada uma delas, visto que, segundo o artigo, cada raça deve ser governada por instituições análogas ao seu caráter. Em síntese, o argumento central é de que o elemento democrático é contrário à natureza dos povos de

¹⁰⁷ Exterior. Los Estados Unidos y México. *El Siglo Diez y Nueve*. México, 21 de agosto de 1852. p. 2.

raça latina, estando na origem das convulsões sociais e políticas das jovens nações americanas¹⁰⁸.

¿No bastan estas pruebas para demostrar que siempre y en donde quiera que la raza latina ha querido inocular en sí el principio de gobierno democrático, tan contrario à su naturaleza, ha sido herida de gravedad ó de muerte? (...) Entre las sociedades americanas que tanto han sufrido, solo hay dos cuya prosperidad y progreso puedan ser citados, el Brasil y Chile. Pero el Brasil es un imperio, y en Chile hay una buena y hermosa oligarquía. Positivamente es un hecho muy significativo que, las dos únicas sociedades de la raza latina en el Nuevo-Mundo, que se encuentran en un estado normal y de vida; las únicas que gozan alguna tranquilidad y dicha, son las que excepcionalmente fueron bastante hábiles para sistemar sus gobiernos en armonía – en el fondo y en las formas – con las costumbres, el espíritu y las necesidades de su raza¹⁰⁹.

A motivação para a publicação de um trecho de uma carta com argumentos tão contrários às concepções políticas do grupo liberal parece, portanto, ter como objetivo criticar/demonstrar o absurdo daquilo que foi publicado pelo periódico rival – e que demonstraria os valores pouco republicanos dos conservadores. O foco não parece ser o de pôr em questão a ideia de uma raça latina ou de um mundo dividido em raças, mas o argumento de que a raça a que pertenceriam os mexicanos é incompatível com valores democráticos, que só teriam êxito em sociedades de raça anglo-saxã. E concluímos isto porque, neste período, não existem outros artigos críticos a essa visão de um mundo dividido em raças – como vimos, a única crítica aparece pelas mãos dos editores do *El Universal*. Até o início da Intervenção Francesa, o termo é utilizado diretamente ou aparece em republicações sem comentários prévios ou críticas.

Isto fica ainda mais claro em relação ao *Siglo* em 1858, quando são publicados nos dias 4 de maio e 30 de junho dois artigos originalmente difundidos na revista liberal espanhola *La América*. A revista, fundada por Eduardo Asquerino, era editada em Madrid entre 1857 e 1886 e contava com colaboradores espanhóis e hispano-americanos. Defendia a ideia da necessidade de uma união pan-hispanista entre as nações americanas e sua antiga metrópole como forma de gerar um fortalecimento mútuo. No segundo artigo

¹⁰⁸ Noticias Nacionales. Cartas confidenciales sobre México: las diferencias esenciales entre las razas. **El Siglo Diez y Nueve**. México, 19 de fevereiro de 1855. p.3.

¹⁰⁹ *Ibid.*, Página 3.

republicado, de autoria de Alfonso Escalante, se defende que, frente à ameaça de absorção estrangeira, o caminho para a salvação da América seria a solução proposta por Simón Bolívar. É defendida a formação de uma dieta federal ou associação internacional permanente, com poderes e autoridade suficientes para dirimir as diferenças, estreitar os antigos vínculos, e, por fim, promover a segurança e a independência contra ameaças de invasão exterior. O artigo trata de uma união hispano-americana, mas também emprega a ideia de uma união de raças latinas quando afirma que a política dos EUA aspira descaradamente a extirpação absoluta dessa raça na América, e que isto requiere e legitima outra atitude, outra energia, outro proceder da “impassível Europa”¹¹⁰.

Já no primeiro artigo, publicado em 4 de maio de 1858, há uma defesa maior da ideia de pertencimento da Espanha e de suas ex-colônias a uma entidade superior denominada raça latina. Em *La Unión de España y América*, de autoria de Emilio Castelar, a raça latina é descrita como possuindo características honrosas que a diferenciam da sua oponente, a raça anglo saxã.

*La raza latina puede ejercer en el Nuevo Mundo un apostulado superior a la raza anglo-sajona. Y la razón es sencilla. Raza artista, raza guerrera, dada á la disciplina, á la unidad, á la concentración de sus fuerzas, raza eminentemente social; la raza latina puede hacer mas, mucho mas que la raza anglo-saxona en el Nuevo Mundo. Ecsaminad los caracteres de esta raza. No es humanitaria, su carácter, sus tendencias, su misma literatura, son eminentemente particulares y locales. El anglo-saxon no trabaja por una idea, trabaja por el comercio. El anglo-saxon, encerrado en su propio individualismo, no tiene por los pueblos ni por la humanidad esa simpatía vivísima que es el gran blason de la raza latina*¹¹¹.

Aqui, a raça latina é reivindicada de uma forma quase oposta ao artigo publicado pelo *Universal* e republicado de forma crítica pelo *Siglo* em 19 de fevereiro de 1855. Em lugar de se afirmar a incompatibilidade da democracia para a raça latina, afirma-se a sua universalidade e sua tendência para a igualdade e para a democracia. O artigo se refere à revolução francesa e a compara com a revolução inglesa: enquanto a primeira se espalhou pelo mundo, a segunda se restringiu à ilha. Segundo o autor, tudo o que há de humanitário

¹¹⁰ Literatura y Variedades. La unión de España y América. **El Siglo Diez y Nueve**. México, 4 de maio de 1858. p.1

¹¹¹ *Ibid.*, p. 1.

na história se deve à iniciativa da raça latina, notavelmente mais cosmopolita do que a raça anglo-saxã, cujo individualismo restringe o progresso alcançado apenas para os povos que a compõem. O artigo termina com mais um chamado pela união das raças latinas por meio de uma confederação de países.

O fato de o artigo ser publicado na capa do periódico, assim como o fato de *La América* se tratar de uma revista liberal, demonstram a legitimação que os editores do *Siglo* fazem das propostas de Emilio Castelar. Reiteremos: não há, até o início da Intervenção, nenhuma crítica à noção de raça latina nesse periódico. A leitura atenta das fontes aponta que se tratava de um termo ao qual as elites mexicanas, como leitores assíduos de publicações europeias, já estavam familiarizadas para fins da década. Ao que tudo indica, ao menos durante alguns anos, a dualidade entre as duas grandes raças do continente foi útil às elites mexicanos como forma de responder à necessidades políticas iminentes.

O *Universal*, como já afirmamos, teve vida curta e foi sucedido – à luz do que afirmam estudiosos da imprensa mexicana do período –, pelo periódico *La Sociedad*. Em suas páginas, desde o início já é possível observar uma maior identificação dos conservadores com o universo cultural representado pelo conceito de raça latina. Em 1º de setembro de 1858 publicam um editorial de título *Odio que la demagogia profesa a la raza latina*, no qual chegam a identificar os liberais como inimigos dessa raça. O artigo afirma que, logo após a independência do México, a introdução das lojas maçônicas do rito de York no país tinha como um de seus objetivos principais incutir nos afiliados um ódio profundo e cego à raça latina, suas tradições políticas e religiosas, e até mesmo ao seu modo de ser social. Esses ressentimentos, surgidos durante a guerra de independência, teriam sido deliberadamente reavivados e alimentados. O texto menciona que parte da população chegou a renegar suas origens e os meios de sua própria civilização. Sob a direção de Joel R. Poinsett, introdutor dessas lojas no México, o objetivo seria fomentar esse ódio às instituições sociais e religiosas locais, bem como à própria raça latina, para criar simpatias em relação aos Estados Unidos. Dessa forma, os EUA passariam a ser vistos como um ideal e um apoio para os políticos mexicanos educados na escola do liberalismo. O editorial ainda destaca que grande parte do território mexicano já pertencia aos EUA e que a parte restante estaria sob ameaça de intervenção pelos norte-americanos, com a conivência de “demagogos”, que estariam dispostos a sacrificar a independência do país em prol de suas teorias políticas.

A partir desse momento, observamos que os conservadores do *La Sociedad* embarcaram de vez no projeto de união das raças latinas e de aproximação com a França. Apenas 9 dias depois, em 10 setembro de 1858, publicam outro editorial em que comemoram um projeto que existia naquele país de criação de um periódico que difundisse entre os europeus os interesses materiais e políticos das nações de raça latina na América. Pela primeira vez em nossas fontes aparece o termo “América latina”, com “latina” em letra minúscula, sinalizando que não se tratava da denominação de um subcontinente, mas de uma caracterização cultural dessa América. Se justifica, mais uma vez, a necessidade de estreitar os laços com a Europa pelo perigo crescente que os Estados Unidos representavam para o resto do continente. Em um trecho, tratam das intervenções flibusteiras que ocorriam na América Central como forma de justificar a necessidade de auxílio europeu na região. Segundo o artigo, os Estados Unidos representavam uma ameaça para os povos latinos de ambos os continentes, o que justificaria o recurso a essa entidade que sobrepassa a nação. O fortalecimento das nações latinas da América passaria necessariamente por uma aproximação com suas correspondentes europeias.

¿Dónde se encontrarán los recursos necesarios para rechazar el enemigo común? (...) en el patriotismo de las naciones amenazadas, pero el patriotismo no basta; (...) hay que esperar de parte de la Europa, de sus capitales, de sus intereses y de la influencia, moral por lo menos, de sus gobiernos. Allí, pues, es donde nos debemos dirigir, y en esto precisamente se fundan las razones más poderosas de nuestro proyecto¹¹².

Nos anos seguintes segue aparecendo no *La Sociedad* editoriais e artigos de opinião que mobilizam a raça latina em seus argumentos, em especial, como forma de se contrapor aos Estados Unidos e aos liberais, que, segundo eles, têm naquele país uma inspiração profunda para suas ideias e práticas políticas. Ainda em 1859, também começam a aparecer mais explicitamente artigos simpáticos a Napoleão III e sua concepção da França protetora das raças latinas e do catolicismo no mundo. No dia 3 de fevereiro, *La Sociedad* publica um editorial de título *La Influencia Francesa en América*, no qual expressam sua admiração pelo imperador dos franceses e declaram que esperam

¹¹² Editorial. Proyecto de un periódico francés destinado á defender y propagar en Europa los intereses políticos y materiales de la América latina. **La Sociedad**: periódico político y literário. México, 10 de setembro de 1858. p.1.

que Napoleão acuda as ameaçadas nações hispano-americanas. Realizam nesse editorial um comentário de um opúsculo publicado na França denominado *Carta al emperador Napoleón III sobre la influencia francesa en América*, em resposta a uma declaração de James Buchanan, então presidente dos Estados Unidos. O editorial destaca a importância de Napoleão III para a América, particularmente na defesa dos povos latinos e do catolicismo contra as ameaças representadas pelo protestantismo e pelo expansionismo materialista dos Estados Unidos. Segundo o artigo, o papel da França como protetora dos povos de raça latina e do catolicismo é vital para contrabalançar tanto o absolutismo na Europa quanto o liberalismo flibusteiro dos EUA, que ameaçam os países católicos do Novo Mundo. O autor do opúsculo sugere que Napoleão III deveria impedir a ocupação de Cuba pelos EUA, proteger o istmo do Panamá e evitar invasões norte-americanas na América Central e no México. A proposta também inclui a França como árbitra nas disputas entre nações hispano-americanas, em aliança com a Espanha, para assegurar que as questões pendentes sejam resolvidas conforme os interesses dos povos latinos. O editorial conclui que, apesar de algumas imprecisões, o trabalho é valioso e expressa a esperança de que os esforços europeus para preservar o equilíbrio político na América não sejam infrutíferos diante das ambições expansionistas dos Estados Unidos.

No ano de 1859, segue a aproximação com o projeto napoleônico para a América. Em 20 de agosto publicam uma nota informando sobre o início da edição de uma revista mensal em Paris, dedicada principalmente à defesa das raças latinas em ambos os hemisférios. Trata-se da *Revue des Races Latines*, revista fundada por Gabriel Hugelmann após seu retorno à França de um longo período na Espanha, que visava conectar e divulgar a grandiosidade do mundo latino, com a França como referência e guia. A revista, editada por Hugelmann e financiada pelo governo francês, adquiriu um caráter de propaganda, sendo essencial para compreender a política cultural francesa em relação à América durante o período. A nota menciona ainda que o Sr. D. Cárlos Lauberede, representante da *Revue*, se encontrava no México e publica seu endereço para as pessoas interessadas em contactá-lo de modo a receber a publicação regularmente (Hotel de Iturbide, quarto 13). Menos de dois meses depois, em 4 de outubro de 1859, é publicada uma carta enviada a pedido Hugelmann em 30 de setembro de 1859 para angariar a simpatia das populações da América a seu projeto. Ainda no mês de outubro, publicam também sobre a visita que o representante da revista havia realizado em 16 de outubro ao arquivo e à biblioteca do *La Sociedad*, com o objetivo de escrever um artigo.

Além disso, publicam em dois números seguidos, nos dias 7 e 8 de novembro do mesmo ano, a tradução em espanhol da íntegra do editorial *Nos Intentions*, que aparece no primeiro número da revista. Hugelmann defende a supremacia das raças latinas contra “aquelas que buscam dominar o universo material e moralmente”, as raças anglo-saxãs. A revista sustenta que, pese a suposta prosperidade dos anglo-saxões, apenas as raças e ideias latinas, orientadas pelo catolicismo, podem guiar a humanidade de forma duradoura. A publicação argumenta que a revelação de Jesus Cristo transformou a humanidade, que antes buscava apenas conquistas materiais, integrando assim progresso e fé. O catolicismo é apresentado como a força unificadora e inspiradora das nações latinas, promovendo o desenvolvimento harmonioso das ciências, artes e indústria, todas direcionadas por uma fé comum. A revista também lamenta a influência negativa do protestantismo, iniciado por Lutero, que, segundo ela, gerou perturbações imensas e contínuas no progresso na civilização, e defende a importância da unidade católica para o avanço da humanidade. O artigo critica o que descrevem como a “falsa prosperidade das nações protestantes”, e que somente as raças latinas possuem todos os elementos para alcançar um progresso real e duradouro. Além disso, aborda o motivo pelo qual adotam uma concepção de mundo como composto por distintas raças. Afirmam que não são a favor da divisão da humanidade, mas que essa divisão existe porque foi criada pelos anglo-saxões, e que isso se converteu em uma ameaça para a unidade católica.

La gran división que aceptamos no la hemos producido nosotros, y por el contrario la deploramos; pero es preciso que nuestro campo enarbole una enseña, y cuando nuestros adversarios se atreven a decir: “el porvenir pertenece a las razas anglo-sajonas”, nos os permitido decir a nuestro turno: “el porvenir pertenece a las razas latinas”¹¹³.

Além disso, o artigo questiona o discurso que pregoa a laboriosidade dos povos anglo-saxões em relação aos povos latinos, o que os tornaria mais aptos para alcançar estágios superiores de progresso. Hugelmann argumenta seguidas vezes sobre a superioridade das raças latinas no quesito moral e artístico, mas também na questão do progresso material – visto que, segundo ele, todo o progresso que ocorre por fora da unidade católica é falso. Outro ponto abordado são os ataques recorrentes à estabilidade

¹¹³ Noticias Eranjeras. Extracto de la Revista de las razas latinas: nuestras intenciones. **La Sociedad**: periódico político y literario. México, 7 de noviembre de 1859.

política das nações latinas e sua suposta incapacidade de manter governos estáveis. Este é um aspecto crucial, considerando que tanto liberais quanto conservadores frequentemente expressavam indignação ao entrar em contato com artigos estrangeiros que descreviam o México como mergulhado em um estado de anarquia. Ambos os grupos demonstravam descontentamento com essa visão e acreditavam ser necessário ponderar a percepção internacional sobre a situação real do país. Em relação a isso, Hugelmann afirma:

“(...) queríamos que nos fuese permitido una vez por todas hacer amplia justicia a los escritores que no desperdician ocasión alguna de tocar la hora fúnebre del catolicismo, deplorando hipócritamente el pretendido malestar en que se hallan sumergidas las naciones que lo profesan: quisiéramos poder en fin sorprender a los adversarios de las razas latinas en la conspiración formada contra ellas, y demostrar claramente, como es fácil demostrarlo, que ellos son la única causa de los disturbios que han ocurrido en estas razas¹¹⁴”.

Este trecho é útil aos intelectuais mexicanos pois não apenas responde à visão negativa do país no exterior, mas também transfere a responsabilidade pelos distúrbios ocorridos no país – e em outras nações latinas – dos nacionais para os povos de raça anglo-saxã. Argumenta-se que, como adversários, os anglo-saxões atuam ativamente pela ruína das nações de raça latina, sendo essa atuação conspiratória a fonte da fragilidade desses países.

No mês seguinte, em 13 de dezembro de 1859, o *Universal* publica como editorial um artigo publicado originalmente no periódico *Aurora de Tehuacan*, de Puebla. Sob o título *Conveniencia de hacer que se conozca en Europa la verdadera situación de México. Peligros que corre nuestra nacionalidade*, o jornal *poblano* realiza um comentário sobre a publicação do artigo *Nos Intentions* da *Revue de Races Latines*. O artigo argumenta que a visão negativa sobre o México, difundida principalmente por periódicos norte-americanos, prejudica a imagem do país no exterior ao retratá-lo como uma nação selvagem e ignorante. Os flibusteiros dos Estados Unidos, em aliança com “demagogos mexicanos”, são apontados como responsáveis por exacerbar a percepção de

¹¹⁴ Noticias Eranjeras. Extracto de la Revista de las razas latinas: nuestras intenciones. **La Sociedad**: periódico político y literário. México, 8 de novembro de 1859.

instabilidade política e social no México, influenciando tanto a opinião pública dos Estados Unidos quanto da Europa.

“(...) en Europa casi no se tienen otras nociones respecto de la República Mexicana (...) que las que dan los periódicos norteamericanos, interesados en pintarnos como salvajes. (...) Interesados, además, los filibusteros de los Estados Unidos en el triunfo de sus auxiliares los demagogos, no se timentan el corazón para pintar a México con todos los caracteres de un pueblo ignorante y fanático¹¹⁵”.

Para retificar essa imagem, o autor sugere utilizar a publicidade como ferramenta. A proposta inclui a criação de um memorial completo de todos os ramos da administração, promovendo publicações históricas que circulem na Europa para esclarecer a verdadeira situação do México, destacando suas riquezas e prosperidade. Também se destaca o perigo das tendências anexionistas dos Estados Unidos e se enfatiza que a salvação do México depende tanto dos esforços internos quanto da atitude das potências europeias em relação às ações dos Estados Unidos. Se propõe a busca de aliados no exterior, especialmente na França, para preservar a independência mexicana e resistir à dominação anglo-saxônica. O artigo argumenta que os “demagogos mexicanos” colaboram com os norte-americanos em contratos de venda infames e introduzem tropas para fomentar a guerra civil, contribuindo para a destruição do país. O autor critica a ingenuidade mexicana de acreditar que poderia sustentar-se apenas com seus próprios recursos, sem reconhecer a necessidade de apoio internacional. Por fim, o artigo conclui que França, Inglaterra e Espanha, por razões específicas, não podem consentir no desequilíbrio americano promovido pelos Estados Unidos. Defende, desse modo, a intervenção das potências europeias para garantir a constituição livre do México e impedir a propagação da raça anglo-saxã em detrimento da latina.

¹¹⁵ Editorial. Conveniencia de hacer que se conozca en Europa la verdadera situación de México: Peligros que corre nuestra nacionalidad. **La Sociedad**: periódico político y literario. México, 13 de dezembro de 1859. P.2.

3.2.

Raça latina: década de 1860.

Como observamos, já há nesse momento uma aderência dos conservadores do *La Sociedad* ao projeto que Napoleão III elaborou para sua política internacional na América. Os conservadores, que antes também demonstraram em alguns momentos serem críticos à intromissão estrangeira nos assuntos mexicanos – como no caso do grupo ligado ao El Universal –, a partir desse momento adotam uma postura que busca o auxílio das potências europeias, em especial a França. São muitos os artigos nos quais os conservadores do *La Sociedad* demonstram sua plena adesão à intervenção francesa e ao Império. No dia 29 de maio de 1864 publicam o artigo *El Programa del Imperio* de E. Masseras sobre os objetivos do novo governo. Em determinado trecho, discorrem sobre as motivações da França em apoiar tal projeto na América.

El genio perspicaz y la mano enérgica que han vuelto a formar el haz deshecho de la raza latina en Europa, han querido completar su obra, levantando esa misma raza en el Nuevo Mundo al rango que le pertenece. Para ello preciso era ante todo detenerla en la pendiente por donde iba a su ruina; sacarla de la anarquía que amenazaba convertirla el día menos pensado en fácil presa de sus adversarios; crearle un centro de unión a cuyo derredor pudiera venir a agruparse a fin de recobrar fuerza y nueva vida. En esto reside todo el secreto de la intervención en México y de la creación del imperio¹¹⁶.

Ainda que os liberais do *El Siglo* tenham se mantido sempre contrários ao intervencionismo estrangeiro, no início da década de 1860 eles ainda estão reivindicando “raça latina” como categoria diferenciadora dos estadunidenses em relação aos mexicanos e outros americanos. Em um editorial de autoria de Genaro Rus de Cea publicado em 22 de julho de 1861, se realiza uma resposta pública a dois artigos, publicados nos jornais *Le Monde* e *Journal des Debats* de Paris em maio do mesmo ano – supostamente pagos pela embaixada espanhola –, sobre a questão da “anexação” de Santo Domingo pela

¹¹⁶ Crónica Interior. El Programa del imperio. **La Sociedad**: periódico político y literario. México, 29 de maio de 1864. p.2.

Espanha. O primeiro texto, de autoria de M. Coquille, sugere que o México, “uma antiga colônia espanhola desgastada por 40 anos de turbulências e depredações”, teria um grande interesse em seguir o mesmo caminho da ilha caribenha. O artigo alerta que o país poderá rapidamente cair nas mãos dos Estados Unidos, a menos que consiga escapar de suas “misérias” através do restabelecimento da monarquia espanhola. Afirmando que seria suficiente a ação de um general para incitar no México uma reação semelhante à de Santo Domingo, o artigo sugere que a população mexicana, sem ressentimentos significativos contra a Espanha, acolheria com gratidão qualquer mudança que garantisse segurança e reduzisse a anarquia. As divisões resultantes de um poder constantemente disputado poderiam ser resolvidas por um poder perpétuo e hereditário, unindo povos da mesma raça, língua e religião.

O artigo do *Journal des Débats* explora a situação política e financeira da ilha, argumentando que o despotismo da metrópole preparou mal os povos de raça latina e religião católica para a auto governança, pois nunca teriam tido a oportunidade de aprender a liberdade. A exaustão de recursos e meios levou a República Dominicana a direcionar suas esperanças para a antiga metrópole, cuja lembrança teria permanecido viva nos corações da população, sustentada pela língua, culto, costumes e comércio. Esta ação é comparada à do filho pródigo que, após viver aventuras, retorna ao lar paterno. Além disso, o texto sublinha a importância estratégica de Santo Domingo, que juntamente com Cuba e Porto Rico, forma três anéis que guardam e obstruem a entrada do Golfo do México, vigiando o caminho do Panamá, da Jamaica e de outras Antilhas inglesas. Por fim, o artigo sugere que o retorno de Santo Domingo à família espanhola serve como um bom exemplo para outras colônias que lutam contra a anarquia, desde o México até Buenos Aires. Salientam que França não deve alimentar esperanças semelhantes, mas que pode contemplar sem inquietação esse movimento de nacionalidades coloniais em direção à sua metrópole, tendo muito a recuperar e pouco a devolver.

Em seguida, o artigo de Genaro Rus de Cea responde criticamente às observações anteriores, afirmando que elas não refletem as simpatias e tendências da maioria dos seus concidadãos. Segundo Rus de Cea, o prisma ultracatólico de Coquille distorce a sua visão do México, fazendo-o ver o país através de “lentes fantásticas”. Ele descreve o México como uma sentinela importante no avanço das ideias que encontraram prosperidade e glória na França, em oposição aos “adversários dos direitos”. Afirma ainda que o México,

nesses 40 anos, lutou para alcançar conquistas semelhantes às da França: abolição da mão morta, dos privilégios do exército e do clero, consagração da independência do poder temporal e liberdade de imprensa. Defende que a sociedade mexicana teria encontrado no princípio eleitoral a base para seu governo e suas instituições, que o país rejeita qualquer instituição que remeta à dominação colonial, não deseja que a Igreja seja um Estado dentro do Estado e quer um exército sujeito ao direito comum. Afirma que, apesar da herança espanhola e do idioma, os mexicanos não querem a influência espanhola no governo e na administração da república. Contudo, o que mais chama atenção é a forma como utiliza “raça latina” em sua resposta. Afirma que, durante os 40 anos de independência, a tenacidade da raça espanhola e os instintos livres da raça indígena triunfaram sobre a oligarquia clerical e militar, criando instituições que progressivamente uniram o México às outras nacionalidades de raça latina na América. Como podemos observar, além de utilizar outras categorias raciais, Rus de Cea faz referência não apenas à raça espanhola, mas também à raça indígena como constitutivas das raças latinas na América. A inclusão dos não-brancos nessa categoria variou de acordo com o autor; contudo, o importante por ora é evidenciar que o termo foi utilizado por Genaro Rus de Cea para referir-se a toda a população do continente, e não apenas aos descendentes diretos de europeus.

Em 17 de setembro de 1861 o *Siglo* publica outro editorial de autoria de Genaro Rus de Cea, sendo uma tradução de um artigo originalmente publicado pelo autor em francês em meados de 1861. Trata-se de uma resposta a uma carta endereçada ao Times por um diplomata norte-americano na Rússia de sobrenome Clay. Assim como em *La Sociedad*, o editorial demonstra a preocupação do autor pelo fato de o México ser alvo de ataques e acusações infundadas nos jornais dos Estados Unidos e da Europa. Rus de Cea gasta extensas linhas para defender que o México não é menos civilizado que os Estados Unidos, e que, na verdade, é superior em muitos aspectos – sobretudo na arquitetura e nas artes. Critica reiteradas vezes o individualismo e utilitarismo da raça anglo-saxã em comparação ao universalismo da raça latina, que se preocupa em difundir sua civilização a outros povos.

Como foi possível observar, a dualidade de raças foi sendo mobilizada pelos intelectuais mexicanos de forma crescente até inícios da década de 1860, seja em artigos que pretendem fazer frente ao discurso de que o México seria um país bárbaro ou menos

civilizado, seja para dar conta de diferenciar a sociedade que se desenvolveu nos Estados Unidos das sociedades que se desenvolveram em outras nações americanas. Contudo, observamos um ponto de virada a partir de 1862, quando o *Siglo* começa a se posicionar de forma cada vez mais crítica à ideia de uma América disputada por duas raças. A data coincide justamente com o início da intervenção francesa, em fins de 1861, e à adesão dos conservadores à saída monárquica.

Já em 8 de fevereiro de 1862, o *Siglo* publica um artigo de autoria de Rafael Gonzalez Páez, originalmente escrito para *El Progreso* de Jalapa, sobre o discurso que o ex-embaixador espanhol no México, Joaquín Francisco Pacheco, pronunciou no senado espanhol após ser expulso do país por seu apoio aos conservadores e a Miguel Miramón. O artigo critica duramente os trechos em que Pacheco defende que sua missão no país era reposicionar a Espanha na cabeça das nações de raça latina na América, fazendo frente ao expansionismo da raça anglo-saxã – Pacheco ora fala de uma raça espanhola, ora de uma raça latina. Além de se tratar de um dos muitos artigos nos quais a ideia de liderança sobre as raças latinas parte da Espanha e não da França, este artigo é o primeiro de muitos que, a partir de então, passariam a criticar o emprego do termo “raça”. Em resposta ao discurso de Pacheco, Gonzalez questiona a validade de se falar de uma “raça espanhola” ou de uma “raça latina”, assim como classifica como ridícula a pretensão da Espanha em ingerir nos assuntos mexicanos sendo uma nação tão enfraquecida.

*¿Quién habla hoy de raza? ¿Qué puede decirnos la Iberia de la raza española, de la claridad de su origen, de su mezcla, de su sucesión? Son de la misma raza los catalanes, los vascongados, los gallegos, los castellanos, &c., cuando no hablan ni el mismo dialecto, ni tienen las mismas inclinaciones y costumbres, ni aun la misma fisonomía y organización física? Y si en rigor la raza, en la América conquistada por España, es, si se quiere, indo española en América? ¿No causa risa oír que en la marcha natural del mundo la España está ya, y debe estar, al frente de todos los individuos de su raza?*¹¹⁷

¹¹⁷ Prensa Nacional. *El Progreso de Jalapa*: discurso pronunciado en el senado español por el Sr. Pacheco, sobre los asuntos de México. **El Siglo Diez y Nueve**. México, 8 de fevereiro de 1862.

O autor critica a ideia do Sr. Pacheco de que a raça espanhola na América poderia rivalizar com o povo norte-americano, afirmando que já é tarde demais para a raça espanhola obter um lugar de destaque em relação à anglo-saxã. Além disso, parece começar aqui uma tendência de associar as raças latinas cada vez mais ao partido conservador. Pacheco define que há no México dois partidos, um pró-espanhol e outro anti-espanhol. O partido pró-espanhol seria aquele que não quer vender sua pátria, que mantêm a memória de sua origem espanhola. Já o partido anti-espanhol, que iniciou a guerra de independência assassinando compatriotas espanhóis e renegando sua origem, é acusado de vender seu país aos anglo-americanos e de apagar o nome do México de sua constituição. Segundo Pacheco, o partido espanhol é composto majoritariamente por brancos, enquanto o partido anti-espanhol é composto quase totalmente por mestiços – a raça indígena é descrita como a mais submissa e governável do mundo. Gonzalez considera essa divisão absurda, ressaltando que em ambos os partidos há brancos, indígenas e mestiços. O discurso de Pacheco é abordado mais uma vez no dia 15 de fevereiro de 1862, em um artigo de autoria de Manoel Payno. O conteúdo das críticas é parecido, e mais uma vez se ridiculariza a divisão que Pacheco realiza entre liberais e conservadores como mestiços e brancos, respectivamente.

Posteriormente, ainda se publicarão artigos que utilizam a ideia de divisão de raças, contudo, os Editoriais e artigos de opinião escritos pelos próprios colaboradores do *Siglo* são cada vez mais críticos. Em 13 de setembro de 1862, Francisco Zarco publica um editorial de título *Análisis del manifiesto de Zuloaga*, no qual se critica justamente o discurso sobre as raças latinas dos conservadores. Ele recorda que a intervenção das três potências (França, Espanha e Grã-Bretanha) tinha como justificativa proteger a raça latina contra a ameaça anglo-saxônica do Norte e a raça indígena representada por Juárez. Zarco questiona a relevância dessas distinções raciais na civilização atual, destacando que a política de uma república que proclamou a igualdade de todos os homens, como o México, não deveria se basear em tais divisões.

Zarco afirma que a ideia de pureza racial é obsoleta, pois a formação de todos os povos modernos envolveu elementos heterogêneos. Após a queda do Império Romano, a heterogeneidade prevaleceu, especialmente na Espanha, onde elementos bárbaros, árabes e judeus se misturaram. Ele resalta que, nas Américas, onde predominava o elemento indígena, a ideia de pureza racial é ainda mais impraticável: *He aqui el origen de estas*

sociedades en que se confunden todas las razas sin odiosos distinciones (...). O artigo critica a noção de que Juárez representa a raça indígena perseguindo os brancos, afirmando que ele representa a vontade da maioria da nação, composta por indivíduos de todas as raças que buscam virtude e conhecimento, independentemente da cor. Zarco sublinha que a contribuição da raça indígena à nação é significativa e que a tendência de estabelecer distinções raciais é um sintoma do atraso do partido conservador.

Ele observa que o partido conservador – ou “partido latino”, como passa a denominá-lo neste e em outros artigos –, está sempre alarmado com a proximidade dos Estados Unidos, acreditando que o ódio aos americanos lhes confere uma boa imagem em algumas cortes europeias. Zarco coloca parte da culpa pela perda de territórios mexicanos ao partido conservador, que teria como plano dar continuidade à dominação espanhola sobre a raça indígena. O autor conclui que esse partido deseja transformar o México em um campo de batalha entre potências europeias e os EUA, ao mesmo tempo em que extermina a raça indígena – cinco milhões de mexicanos – matando-os ou vendendo-os para colonizar a Argélia. Zarco denuncia o plano de aniquilar a raça indígena – começando por Juárez – para robustecer a “nobre raça latina”. Cada vez mais o discurso de união das raças latinas se vincula ao projeto expansionista de Napoleão III e ao grupo conservador. O emprego do conceito de “raça” é questionado seja pela heterogeneidade das populações que são englobadas por esse termo, seja por relacioná-la a uma divisão da humanidade e a um discurso de pureza de sangue que é criticado duramente. Nesses argumentos, os indígenas são com frequência mencionados para demonstrar que as populações do país não estão compostas apenas por descendentes de espanhóis. Isto, como vimos antes, não era objeto de maiores questionamentos na década anterior.

Nessa mesma linha se publica em 22 de novembro de 1862 um artigo de título *El “Movimiento” – La raza latina en América*, de autoría de I. M. M. O. de Montellano, que realiza uma crítica contundente ao discurso racial dos partidários de Napoleão III. Segundo Montellano, trata-se de uma ideia ultrapassada que não deveria ter eco na América.

En el viejo mundo se debate aún la cuestión de razas, o mas bien, se retrocede a buscar en los gérmenes primitivos de las sociedades, la razón o el pretexto de acontecimientos que tienen

*su explicación en sus mismo enlace mecánico, bajo, ruin, mezquino las más veces, pero por lo mismo insuficiente para deificar son el inciencio de la adulación rastrera, al hombre audaz que tiene el secreto de esclavizar a un gran pueblo*¹¹⁸.

Em outro trecho, Montellano nega de forma ainda mais contundente o discurso racial advindo da Europa. Além disso, rechaça o emprego dessas categorias para a realidade americana ressaltando que o elemento europeu que se instalou no continente já havia passado por uma transformação profunda, seja no contato com um ambiente natural completamente distinto, seja no contato com o elemento indígena. Ele critica a ideia de unidade racial, afirmando que as distinções geográficas são mais significativas do que as semelhanças de cor de pele ou raízes linguísticas.

*Una vez por todas, nosotros rechazamos de una manera absoluta en el orden social, esos mentidos y ridículos rasgos distintivos de la sangre, y con ellos su influencia tradicional; pero aun cuando no fuera así, desafiamos a la vieja Europa a que encuentre en esta América que un tiempo le perteneció, esas tradiciones de la raza latina, ese enlace de familia, esos otros elementos constitutivos de lo que se llama raza, incluso la influencia de la sangre, que por cierto mucho debe haber cambiado de color y de gravedad específica, en tres siglos de estar expuesta al sol de los trópicos, y de estarse mezclando con la sangre indígena*¹¹⁹.

Entre a velha Europa e a jovem América, haveria um oceano de diferenças, sem nada em comum, nem o clima, nem o solo. O autor busca particularizar a experiência americana defendendo que, para os filhos dos colonos da América, as tradições europeias não teriam relevância, pois eles eram descendentes de proletários que vieram buscar fortuna e que, ao se tornarem independentes, tiveram que desenvolver suas próprias sociedades. O autor argumenta que, na Europa, o conceito de "raça latina" é mais uma questão filológica do que uma realidade unificada e que não há uma unidade de raças ou uma comunidade de interesses que domine, mas sim uma constante luta de nações rivais que se aliam ou se separam conforme suas ambições e necessidades. Essa luta é

¹¹⁸ Prensa Nacional. El "movimento": La raza latina en América. Artículo I. *El Siglo Diez y Nueve*. México, 22 de novembro de 1862. p. 3.

¹¹⁹ *Ibid.* p.3.

mascarada pelo chamado "equilíbrio europeu", que esconde as debilidades das sociedades decadentes.

O autor enfatiza que a "raça latina" na América tem uma existência própria, voltada para o futuro e sem ligações com as tradições da Europa. Ele argumenta que as independências trouxeram vitalidade tanto para a América quanto para a Europa, e que, apesar das lutas dos últimos quarenta anos, os povos da América latina têm progredido. Esses avanços não se traduzem em instituições permanentes, mas em uma crescente autonomia. Ele contesta a visão pessimista de que essas lutas são sinais de desintegração social e de suicídio nacional, destacando que, na verdade, representam um rápido avanço. O autor conclui que a organização política virá dos próprios elementos sociais da América, afirmando que a absoluta independência é o supremo interesse dessas nações. Ele promete demonstrar em artigos subsequentes como já existem os fundamentos sólidos para essa organização política.

O *Siglo* publica a continuidade do artigo em 24 de dezembro de 1862. Prossegue com os mesmos argumentos, mas emprega diversas vezes o conceito que pretende criticar, como no trecho em que afirma que *La idea de democracia es elemental para la existencia de la raza latina en América, y esa idea es la base capital de su independencia*, ou quando usa *nuestra raza* para referir-se aos hispano-americanos. Tal fato evidencia que, pese a discordância em relação ao emprego da categoria de raça para referir-se aos povos hispano-americanos, tratava-se da forma mais corriqueira de diferenciar os dois tipos de sociedades que se desenvolveram no continente.

Com o início da intervenção francesa e o avanço das tropas sobre a Cidade do México, o *Siglo* sofre com longos períodos de interrupção de sua atividade, o que faz com que deixemos de contar com fontes para analisar a forma como raça latina vai sendo mobilizada pelo periódico. O último ano importante é 1863, posteriormente a isso, apenas em 1867 conseguimos localizar outros artigos nos quais o termo é mencionado. Gostaríamos de analisar uma última série de artigos, publicados em 20, 22 e 29 de abril de 1863, e que expande o nosso olhar para a forma como o termo estava sendo mobilizado em outras regiões da América. Trata-se de uma republicação em três partes de um artigo publicado originalmente em Lima como comentário à carta de Napoleão III a Elie Frédéric Forey, general que comandou a expedição militar ao México. O texto analisado é descrito como uma carta-programa que sintetiza a política inter-continental de Napoleão

III – o que antes aparecia somente como especulações sobre a intencionalidade e o projeto do monarca francês para o continente americano –, e que teria deixado, segundo suas palavras, toda a América Independente alarmada. O artigo aponta a contradição da França, que inicia a expedição com a justificativa de auxiliar às raças latinas, mas a realiza em parceria com uma das grandes representantes das raças anglo-saxãs, a Inglaterra. Logo, ou Napoleão III enganou seus aliados, omitindo suas reais intenções ao iniciar a expedição militar, ou então não existiria tal justificativa, e se trataria de uma mera estratégia retórica para justificar suas ações.

Em seguida, o autor do artigo reflete sobre seu próprio engano ao acreditar, anos antes, na união das nações hispano-americanas contra a invasão dos EUA, devido a agressões norte-americanas. Inicialmente, ele acreditava que a união das raças latinas na América fortaleceria a resistência contra a influência dos EUA e apoiou com veemência tal ideia.

El que esto escribe, no obstante su absoluta discordancia con la política que ahora nos predica la unión de la raza latina en América, incurrió, hace unos ocho años, en la preocupación de creer posible y fecunda la condensación y completa armonización de las masas sociales que pasan por formar en nuestro continente el núcleo de la raza latina. Pensó y escribió en tal sentido, con motivo de las continuas agresiones que de parte de los Estados Unidos del Norte, sufrían y habían sufrido casi todas nuestras Repúblicas. Pareciéndole entonces (hacia 1855) que importaba salvar a todo trance ciertas cualidades nobles y heroicas de la raza hispano-americana, y poner sus instintos generosos a cubierto de la invasión perniciosa del mercantilismo egoísta y brutal que parecía reinar en las costumbres y la política de los EE.UU. Se sentía humillado en su puntillo de hispano-americano, al ver que los pueblos del Norte pretendían monopolizar para ellos solos el nombre de americanos, arrogándose también la misión exclusiva de civilizar todo nuestro continente. Y al ver amenazada la seguridad e independencia de estas repúblicas, desde México hasta el corazón de la América meridional, creyó, como muchos otros patriotas, que los pueblos hispano-americanos debían recoger y condensar sus fuerzas en un poderoso grupo, con el doble objeto de resistir la invasión y realizar, por su iniciativa propia, grandes y sólidos progresos que levantasen en todos sentidos el crédito de nuestras Repúblicas¹²⁰.

¹²⁰ Crónica Estranjera. La carta de Napoleón III a Forey. **El Siglo Diez y Nueve**. México, 22 de abril de 1863. p.3.

O trecho em questão é relevante por destacar o movimento observado no uso dessa ideia entre os intelectuais liberais mexicanos e outros de nações hispano-americanas. Nossa interpretação, baseada na análise dos artigos publicados entre 1850 e 1870 pelo jornal "El Siglo" que abordavam o conceito de "raça latina", sugere que os intelectuais liberais mexicanos também se apropriaram desse termo como uma forma de enfrentar os desafios do período, particularmente a ameaça estadunidense exacerbada pela instabilidade política interna. Durante uma crise significativa no processo de formação do Estado nacional mexicano, a incipiente identidade nacional não era suficiente para explicar o presente e traçar um projeto de futuro. Após a derrota na guerra contra os Estados Unidos, instaurou-se um clima de pessimismo no país, intensificado pelo aumento do intervencionismo estadunidense no Caribe e na América Central, elevando os temores de uma possível anexação de novos territórios – e, no extremo, do país como um todo. Diante dessa problemática, tanto liberais quanto conservadores encontraram no conceito de "raça latina" uma forma de identificar uma identidade que transcendia o âmbito nacional e abrangia todas as nações americanas, que passaram a olhar para o vizinho do norte não apenas com admiração, mas também com temor.

Observamos nas fontes que o conceito deixou de aparecer apenas em artigos publicados na Europa e passou a ser cada vez mais utilizado diretamente por mexicanos e outros hispano-americanos de diferentes posições políticas. As críticas dos liberais surgiram apenas quando o imperialismo napoleônico se apropriou do termo para construir um discurso que justificasse a intervenção no país, com o entusiástico apoio dos conservadores. A partir desse momento, a crítica recaiu principalmente sobre a inclusão de raça no conceito, e menos sobre a ideia de latinidade dessa América. Esse fato pode explicar por que a raça latina não se configurou como uma identidade duradoura para os americanos, enquanto a latinidade permaneceu no conceito de América Latina, vigente até os dias atuais. Falta entender, contudo, o motivo pelo qual o termo chamou a atenção dos intelectuais mexicanos ligados aos periódicos analisados – em que aspecto esse conceito era útil para seus objetivos políticos.

3.3.

Raça latina como universalista e civilizadora.

Nossa interpretação, na esteira de outros estudiosos que investigaram o tema, é que o discurso que dividia a Europa em grandes grupos raciais na primeira metade do século XIX foi aplicado ao continente americano, resultando na divisão entre a raça latina e a raça anglo-saxã. O uso contínuo do conceito de raça latina levou gradualmente à qualificação da América de colonização ibérica e francesa como América Latina. Posteriormente, essa qualificação se transformou em uma nomenclatura própria, com "Latina" sendo escrita com letra maiúscula. Esse processo está certamente ligado a uma reafirmação identitária dos próprios latino-americanos, um fenômeno de longa duração, em que a raça latina representa uma etapa importante. Esse momento marca o consenso sobre o elemento distintivo dessa parte do continente, diferenciando-a da sociedade desenvolvida nos Estados Unidos. Arturo Ardao é um dos estudiosos que estabelece uma relação direta entre esses dois conceitos.

A principios de la segunda mitad, cumplida la guerra de México y completado el desmembramiento de éste, las expediciones filibusteras de Walker patentizaban que el objetivo próximo era el Istmo. ¿Y después del Istmo, qué? Es entonces cuando aquella sacudida conceptual a la vez que emocional, tiene lugar, precipitando la dramática necesidad de levantar frente a la otra América, una imagen unificante, tanto como incitante, de la América propia. A la hora de la intensa especulación étnica desencadenada por el historicismo romántico, el avance yanqui era atribuido cada vez más universalmente a la energía propia de la raza sajona. Pues bien: frente a la América de raza sajona, la América de raza latina, o sea, una América latina pronto convertida en América Latina ¹²¹.

Dessa forma, a raça latina representa um conceito importante para entender a construção da identidade regional, pois, embora não tenha permanecido como um elemento duradouro, deu origem a um conceito que personifica essa identidade até os dias atuais. Resta, no entanto, compreender por que a latinidade foi escolhida para diferenciar as duas Américas. Pode-se argumentar que essa escolha se deve a uma diferenciação

¹²¹ ARDAO, Arturo. **Génesis de la idea y el nombre de América Latina**. 1. ed. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019, p. 84.

evidente: a diferença linguística e cultural. A referência à latinidade tem a vantagem de incluir a América portuguesa, algo que outras nomenclaturas, como "América hispânica", não fariam. Contudo, uma análise do debate intelectual do período em que esses conceitos foram formulados leva-nos a interpretar que a latinidade possui uma função que vai além da diferenciação linguística ou cultural.

Observamos que a referência à raça latina trata de uma entidade transnacional que vai além do continente americano, conectando esses países às nações europeias com as quais possuiriam fortes laços históricos e culturais. Atualmente, muitas críticas ao conceito de América Latina se devem ao seu eurocentrismo, que coloca no centro a matriz de colonização europeia na caracterização do continente. Walter Mignolo, por exemplo, argumenta que a América Latina é um produto da colonialidade, uma construção que serviu para perpetuar a hegemonia europeia e, por extensão, a colonialidade, dificultando os esforços de democratização por parte dos povos indígenas e afrodescendentes.

(...) El colonialismo tiene distintas ubicaciones geográficas e históricas. La colonialidad, en cambio, es la matriz subyacente de poder colonial que siguió existiendo en Estados Unidos, América del Sur y el Caribe después de la independencia. La matriz colonial de poder cambió de manos, pero siguió en pie. La idea de «América Latina» pertenece una esfera de la matriz colonial de poder que se relaciona con la cuestión del conocimiento y la subjetividad, en tanto empezaba a definirse un nuevo mapa del mundo y surgía una nueva identidad¹²².

Desde o início, a identidade da América Latina foi marcada por uma tensão entre inclusão e exclusão, com o elemento europeu sendo destacado em detrimento de outras matrizes importantes para a formação da sociedade latino-americana, como a africana e a indígena¹²³. Disso, não resta dúvidas. As elites do continente, por mais que buscassem certa diferenciação em relação à Europa – e em especial a Espanha –, tinham naquele continente os seus referenciais de mundo, mesmo entre aqueles que versavam ativamente sobre a necessária construção de uma identidade continental.

Alguns estudiosos do tema também relacionam a apropriação do conceito de raça latina a uma resposta ao discurso racial que ascendia no Ocidente. No artigo *The Invention*

¹²² Mignolo, Walter. **La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005, p. 91.

¹²³ GOBAT, Michel. The invention of Latin America: A transnational history of anti-imperialism, democracy, and race. **The American Historical Review**, v. 118, n. 5, p. 1347, 2013.

of *Latin America: A Transnational History of Anti-Imperialism, Democracy, and Race*, publicado pela *The American Historic Review*, Michel Gobat, que relaciona diretamente a origem de América Latina em raça latina, afirma a utilidade do uso dos conceitos para além de uma resposta ao intervencionismo estrangeiro.

But why did “Latin America” emerge in 1856 and not in 1848, when the U.S. victory over Mexico resulted in the greatest loss of Latin American territory to the “northern colossus”? The answer has much to do with four changes that occurred during those eight years: the rise of U.S. overseas expansion, the democratic opening in various Latin American nations that led to greater non-elite participation in electoral politics, the squashing of Europe’s liberal revolutions of 1848, and the transatlantic spread of racial ideologies that gave new force to the politics of White¹²⁴.

Outro artigo que aborda tais conceitos como possuindo uma função de resposta ao discurso racial europeu é *Genealogía de la 'raza latina': para una teoría atlántica de las estructuras raciales hispanas*, publicado na *Revista Iberoamericana*. Joseba Gabilondo explora como a origem da mestiçagem/casticismo está ligada à articulação da raça latina no século XIX, gerando uma concepção racial que contrastava com o sistema racial europeu da época.

La “raza latina” se articula para posicionar a Latinoamérica y España estratégicamente respecto a los impulsores de dicha ideología racial biológica: el imperialismo inglés y el francés, así como el emergente imperialismo norteamericano. El nuevo discurso racial biológico nor europeo que se desarrolla desde la Ilustración (J. F. Blumenbach e Immanuel Kant), se consolida en la década de 1850 con la publicación de obras como The Inequality of Human Races del Conde de Gobineau, precisamente en la década en que el concepto de “raza latina” comienza a formularse a ambos lados del Atlántico¹²⁵.

Como discutido anteriormente, o conceito de mestiçagem desempenhou um papel central na construção não apenas da identidade mexicana, mas também da identidade latino-americana como um todo. Esse conceito passou a entender de forma positiva a

¹²⁴ GOBAT, Michel. The invention of Latin America: A transnational history of anti-imperialism, democracy, and race. **The American Historical Review**, v. 118, n. 5, 2013, p. 1347.

¹²⁵ GABILONDO, Joseba. Genealogía de la “raza latina”: para una teoría atlántica de las estructuras raciales hispanas. **Revista iberoamericana**, v. 75, n. 228, 2009, p. 795-818.

diversidade étnica do continente e o processo contínuo de miscigenação, contrapondo-se à visão depreciativa que condenava essas características da dinâmica populacional do continente. Gabilondo aponta o surgimento do conceito de raça latina como o marco inicial de um discurso racial que emergiu no mundo hispânico em resposta às teorias racistas predominantes no Ocidente, estabelecendo uma genealogia contínua desse discurso ao longo do tempo.

Não pretendemos discorrer sobre uma possível relação entre os dois conceitos, mas entender o motivo pelo qual a latinidade é selecionada como o elemento que faria frente a esses discursos raciais que emergiam na Europa e nos Estados Unidos. Para Michel Gobat, esta seria uma das formas dessas elites defenderem sua condição como brancas frente ao discurso racista que se difundia sobre a região. Contudo, em consonância com Gabilondo, a nossa posição é que a latinidade evocava a uma suposta universalidade dessa matriz cultural, em oposição ao isolacionismo da matriz anglo-saxã.

A diferencia del imperialismo inglés o norteamericano, el francés y alemán toman como referencia la “universalidad” del imperialismo romano, de ahí el énfasis en lo “latino”. Son estos dos países europeos los que, a mediados del siglo XIX, planifican nuevas expansiones imperialistas destinadas a competir con el imperialismo británico. Dada la naturaleza flexible del término “raza latina”, éste será usado por intelectuales y políticos alemanes, latinoamericanos, franceses y españoles en un complejo y contradictorio tráfico de apropiaciones, negaciones y acusaciones, que continuará en la primera mitad del siglo XX en Latinoamérica y España, y más tarde, a través de José Vasconcelos, en el mundo chicano. Por lo tanto, más que de un mestizaje racial, podríamos hablar de un “mestizaje histórico” de teorías e ideologías raciales (española-renacentista/europea-decimonónica) que hacen de la “raza latina” una teoría e ideología simultáneamente moderna y no-moderna. Es esta naturaleza doble/mestiza de la ideología de la “raza latina” la que permite crear el efecto de “democracia racial” que se impone en Latinoamérica y España en el siglo XX como ideología hegemónica de las nuevas elites nacionalistas. Más aún, es la hibridación ideológica e histórica de lo no-moderno y lo moderno de la “raza latina” la que sustenta su triangulación atlántica (Europa/Latinoamérica/ Estados Unidos) y su legitimación geopolítica¹²⁶.

Nossa hipótese, baseada na análise realizada nas fontes, é que a referência à latinidade da América, seja como raça latina ou posteriormente como América Latina,

¹²⁶ GABILONDO, 2009, p. 797.

responde à característica multiétnica da região. Embora o elemento europeu permaneça central, as fontes frequentemente destacam uma característica da cultura latina em contraste com a cultura anglo-saxã: sua suposta universalidade e capacidade de integrar as raças dominadas, ao contrário da raça anglo-saxã, que tenderia a eliminar ou isolar as raças que domina. Assim, a construção da identidade regional em torno do elemento da latinidade não apenas unia os países da região frente ao expansionismo estadunidense, mas também respondia aos discursos raciais emergentes no Ocidente, que privilegiavam a pureza racial e condenavam a miscigenação. A referência à raça latina, além de reafirmar os laços dos países da região com a Europa, servia como uma resposta ao discurso que condenava a diversidade étnica do continente, demonstrando que a raça latina integrava as culturas dominadas de uma forma mais harmônica e moralmente superior ao isolacionismo da raça anglo-saxã.

A concepção universalista da raça latina, por óbvio, não era compartilhada por todos. Em muitos momentos, encontramos em nossas fontes a ideia de uma raça latina ligada apenas aos descendentes diretos de europeus. Podemos citar, por exemplo, o supracitado discurso do embaixador espanhol no México Joaquín Francisco Pacheco, que estabelecia que apenas os conservadores eram brancos e pertencentes à raça latina, visto que os liberais eram em sua maioria indígenas ou mestiços. Nos discursos críticos que *El Siglo Diez y Nueve* começa a realizar sobre o uso do conceito de raça latina pelos conservadores que apoiavam a intervenção francesa, também aparece uma desqualificação da ideia de que os mexicanos pertenceriam à raça latina devido à característica multiétnica de sua população. Contudo, em vários momentos, seja nos periódicos conservadores que analisamos, seja no periódico liberal, a ideia de uma raça latina como agregadora de outras raças está presente de forma constante.

Em 4 de maio de 1858 o *Siglo* publica na seção *Literatura y variedades* o artigo *La unión de España y América*, de autoria de Emilio Castelar e publicado originalmente na revista espanhola *La América*. Já referenciamos esse artigo anteriormente, contudo, gostaríamos de chamar a atenção para outra questão que aparece no artigo. Há, em determinado momento, uma defesa da capacidade da raça latina em atingir níveis superiores de civilização, que se conectariam a algumas características que possui essa raça.

La raza latina puede ejercer en el Nuevo Mundo un apostulado superior à la raza anglo-saxona. Y la razón es sencilla. Raza artista, raza guerrera, dada a la disciplina, á la unidad, á la concentración de sus fuerzas, raza eminentemente social; la raza latina puede hacer más, mucho más que la raza anglo-saxona en el Nuevo Mundo¹²⁷.

Em seguida, realiza um contraponto com a raça anglo-saxã, como forma de demonstrar características isolacionistas dessa raça.

Ecsaminad los caracteres de esta raza. No es humanitaria, su carácter, sus tendencias, su misma literatura, son eminentemente particulares y locales. El anglo-saxon no trabaja por una idea, trabaja por el comercio. El anglo-saxon, encerrado en su propio individualismo, no tiene por los pueblos ni por la humanidad esa simpatía vivísima que es el gran blason de la raza latina. Sus victorias solo a él interesan, lo mismo que sus derrotas¹²⁸.

Em um outro trecho, o autor afirma que as características humanistas da raça latina remontam ao Império Romano, que conquistou um amplo território integrando-se com as populações locais.

Así em la historia, todo lo que hay de humanitario se deba a la iniciativa de la raza latina; ella creó el imperio romano que disciplinó y educó las razas bárbaras, ella organizó, en lo que tiene de terrenal, el catolicismo que disciplinó y educó las consciencias con su poderosa iniciativa. A ella, pues, se deberá la realización de la gran necesidad que hoy tienen la América, y especialmente la América española, si, la necesidad de unir aquellos pueblos en grandes y poderosas asociaciones, que tengan por base incontrastable la igualdad de todos los asociados¹²⁹.

Um outro exemplo é o editorial publicado pelo *Siglo* em 17 de setembro de 1861, de autoria de Genaro Rus de Cea, as mesmas características da raça latina são ressaltadas. O artigo trata ainda da forma como as raças latinas lidam com as populações indígenas de seus territórios na América, em comparação à forma como os povos de raça anglo-saxã lidaram com a questão. Enquanto na América hispânica os indígenas formariam parte da sociedade, na América inglesa, teriam sido dizimados ou enviados para territórios

¹²⁷ Literatura y Variedades. La unión de España y América. **El Siglo Diez y Nueve**. México, 4 de maio de 1858. p.1

¹²⁸ *Ibid.*, p. 1.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 1.

isolados. Isto porque, enquanto a raça latina era civilizadora, a raça anglo-saxã seria meramente colonizadora e comercial.

El desarrollo de los Estados-Unidos demuestra que sus legisladores comprenden muy bien sus intereses materiales que no son más que una faz de la civilización; prueba también que la raza predominante es allí en supremo grado colonizadora y comercial, pero no civilizadora. Los Estados Unidos saben absorberse las otras civilizaciones sin ganar con su contacto; saben asimilarse todas las industrias, todos los descubrimientos, pero en su expansión conquistadora, los colonos, el Pioneer no civilizan á las tribus aborígenes que se encuentran en el territorio conquistado; lejos de eso las matan ó las ahuyentan, y todavía más, los gérmenes sociales que tenían en sí las poblaciones de raza latina por ellos absorbidas han desaparecido completamente. No hay más que recorrer los países ocupados antes por los españoles y los franceses, y que hoy son de los americanos, para convencerse de esta triste verdad¹³⁰.

Em outro trecho, segue com uma diferenciação histórica entre a forma como as duas raças se relacionam com as populações das regiões que dominam.

Después de las primeras conquistas, los descendientes de los españoles sometían á las poblaciones indígenas, más bien con el apoyo de los indios ya civilizados, y por vías pacíficas de los predicadores del Evangelio, que por la de las armas. Desde luego se explica por qué la población mexicana, compuesta en más de una mitad de la raza cobriza y diseminada á inmensas distancias, se ha mantenido y se mantiene aún, en la misma vida civil y religiosa. Exceptuando el Canadá, no se ven en ninguna parte de la América inglesa, aglomeraciones de poblaciones indígenas tales cuales se encuentran en México, que cuentan hasta 15 mil habitantes, y se rigen por sus usos y costumbres propias, bajo la garantía de las leyes hispano-americanas. Este modo de civilización, más lento sin duda; pero que prueba más respeto á la vida y á la propiedad de los indios, vale más que el de la esportación violenta en beneficio de los blancos y por medio del rifle y del revolver. (...) He aquí una fase de la civilización mexicana que ciertamente nada tiene que envidiar a la civilización anglo-americana bajo el doble punto de vista moral y religioso, á menos que en el tablero del economista y del político todo lo que es débil por un grado de inferioridad de color ó de instrucción, esté condenado, como el simple peón, á ser sacrificado ó reducido al estado de cosa, á menudo clasificada como inferior á la bestia de carga¹³¹.

¹³⁰ Editorial: Cuestión mexicana. **El Siglo Diez y Nueve**. México, 17 de setembro de 1861, p. 1.

¹³¹ *Ibid.*, p. 1.

Em outro trecho, trata ainda da suposta relação harmônica entre as raças no México, em comparação com os Estados Unidos, onde ainda prevalecia um sistema escravista, e onde apenas os indivíduos brancos tinham lugar na sociedade.

No *Universal*, a mesma ideia sobre a tendência da raça latina em se mesclar com outras raças aparece no artigo publicado sobre a imigração europeia às Américas, de autoria do cidadão francês radicado na região platina Benjamin Poucel. Contudo, o autor afirma que essa mistura de raças que tem lugar na América meridional é um dos motivos de seu enfraquecimento.

“Si fijamos nuestra atención”, continúa adelante, “sobre el estado general de las dos razas que nos ocupan, veremos como la una de ellas conserva en su plenitud, y aun podría cuasi decirse en su pureza, su primitivo origen; al paso que la otra se halla inmergida, por decirlo así, en un océano de razas que guardan demasiada analogía con su propia sangre, para que no haya habido entre ellas una fusion considerable. La una ha guardado en sus tendencias morales el vigor, la energía y el ardimiento de los hombres del Norte, y ésta es la que domina en la parte septentrional de la América; la otra ha confundido parcialmente los caracteres de la raza meridional con la apatía de las indígenas”¹³².

Em seguida, segue a citação do autor, salientando que a raça anglo-saxã se encontra em estado mais puro, o que justificaria o seu vigor.

“Esto dimana, hasta cierto punto, de esa especie de soberbia que vemos por do quiera en la raza anglo-sajona de nuestros días, y que la induce a abstenerse de mezclar su sangre con la de los pueblos que domina. Así, en la América del Norte, los blancos rara vez se han cruzado con las razas indígenas (...) también los ingleses, en su imperio de las Indias, conservan integralmente la pureza de su sangre. Por otra parte, vemos que todas las colonias de origen latino se hallan mas o menos tachadas de la mezcla de la raza conquistadora con las conquistadas.”

(...)

Aquí pregunta el autor “por qué razón, si la primera de estas razas conserva aún toda su primitiva energía, no ha de aspirar ella al dominio absoluto sobre la otra, debilitada por la causa espresada, así como por otras que apunta” Por nuestra parte, no podemos convenir en el principio que se asienta¹³³.

¹³² Editorial: Emigración europea a las Américas. *El Universal*: periódico independiente. México, 2 de junho de 1852, p. 1.

¹³³ *Ibid.*, p. 1.

Os editores do *Universal*, como fica exposto ao final da citação, discordam desses apontamentos sobre o vigor das raças anglo-saxãs em comparação com as “decaídas” raças latinas. Como vimos, nesse momento o *Universal* ainda discordava da ideia de uma América dividida em duas grandes raças – ideia que ainda não era lugar comum no início da década de 1850. Contudo, percebemos aqui que já há uma ideia de raça latina como mais mesclada ou menos “pura” que a raça anglo-saxã, ainda que como um demérito. Posteriormente, os conservadores tomaram essa característica como um dos elementos que qualificam a superioridade moral da raça. Também é importante lembrar que a republicação do artigo de Poucel se deve à concordância do periódico com suas ideias sobre a necessidade de atração da imigração europeia às Américas. Ainda que houvesse uma defesa dessa América miscigenada, o ideal de futuro e progresso ainda passava por seu embranquecimento – seja para os conservadores, seja para os liberais. Em diversos momentos, todos os periódicos analisados defendem a política de imigração europeia como forma de fortalecer o país frente às pretensões estadunidenses.

Observamos no *La Sociedad* uma visão condescendente sobre a população indígena do México. Em muitos momentos, ela é caracterizada como raça indígena, de maneira separada à raça latina. Contudo, essa população aparece muitas vezes como alvo de preocupação por parte dos conservadores frente a possíveis novas anexações dos Estados Unidos. Em um editorial de 13 de dezembro de 1859, por exemplo, afirmam que o ideal da raça anglo-saxã é a extinção das raças latina e indígena no México. Já em 7 de junho de 1860, publicam a transcrição de um discurso de 17 de dezembro de 1859, proclamado por Mucio Valdovinos na *Sociedad mexicana de geografía y estadística*. Em um determinado trecho, o orador afirma:

Todos los mexicanos deben hoy levantar altar á la paz, sacrificar allí los odios y rencores, porque primero es existir y después viene el modo de la existencia. Trabajo cuesta creer que haya individuos de raza blanca nacidos en México, (yellow bellies) barrigas amarillas, y con cara de gente de color (greasers) mantecosos, que vean con indiferencia el que los conquiste la raza anglo-sajona. (...) Es un pueblo material que todo lo sacrifica á la adquisición del oro, y no reconoce otros derechos á la propiedad que la fuerza bruta. El ‘squater’ ¿no es el origen, la base de alguna de sus poblaciones? ¡Cómo no estremecen al considerar que seis millones de nuestros infelices indios serian devorados por la rabia del filibustero! Masas verdaderamente inertes para defenderse por su debilidad física el apocamiento y timidez de su espíritu. Si tan espantosa catástrofe llegara a

estenderse por toda la República, qué responsabilidad tan inmensa para los hombres públicos que con algún aliento en el corazón han podido y han debido salva á esos infelices, de los cuales, ¡Dios, la naturaleza, el sentido común lo han establecido como sus tutores!¹³⁴

Os brancos de raça latina são considerados aqui como tutores naturais das raças indígenas. A forma condescendente como os conservadores tratam as populações indígenas mexicanas não é surpreendente, visto que é sabido que esse grupo defendia a manutenção desses grupos em terras comunais separadas, administradas pela Igreja. A análise dos periódicos nos leva a crer que existe para os conservadores uma identificação à raça latina que exclui as populações indígenas, sendo uma identidade que define os papéis sociais de cada grupo étnico na sociedade mexicana: aos brancos da elite letrada, caberia o papel de administrar a nação, seja de forma direta, seja por meio da atividade intelectual. Os povos indígenas eram entendidos como parte da nação, mas necessitavam da ação civilizadora dos tutores brancos.

Outro exemplo se dá em 1º de junho de 1864, quando se publica na seção La “Estafette” algumas observações sobre um opúsculo publicado pelo Sr. Masseras:

El programa del Imperio hace notar que la gran masa de nuestra población se compone de indígenas que no pueden ser clasificados en la raza latina; que una parte relativamente muy corta de la misma población es la que ha causado y mantenido la agitación en el país; y que la república no ha podido progresar ni mantenerse aquí por faltarle su principal base, que es el pueblo. (...) La conquista española elevó á la raza indígena al rango de raza humana. La misión de la monarquía, en nuestro concepto, consistirá en amoldarla á la vida social desde luego, y á la vida política en seguida. Tarea laboriosa y delicada indudablemente; pero llena de grandeza. Mientras llega este día, que tardará en lucir, y en la necesidad inmediata en que apoyarse, la mas urgente de todas las medidas es atraer y fijar en el territorio mexicano á la emigración extranjera. Todo lo demás depende del éxito de esta creación. Las demás medidas son incidentales, y serian inútiles si llegara á faltar aquella¹³⁵.

Mais suma vez, a população indígena é colocada como alvo de tutela dos brancos, a sua capacidade para exercer a cidadania é negada e a necessidade de imigração europeia

¹³⁴ Editorial: Conveniencia de hacer que se conozca en Europa la verdadera situación de México. Peligros que corre nuestra nacionalidad – Un artículo de la “Aurora” de Tehuacán. **La Sociedad**: periódico político y literario. Cidade do México, 13 de dezembro de 1859, p. 1.

¹³⁵ Noticias sueltas: la “estafette”. **La Sociedad**: periódico político y literario. Cidade do México, 1 de junho de 1864, p. 3.

é reforçada. Em relação aos liberais do *Siglo XIX*, oscila uma postura de inclusão e exclusão das populações indígenas na raça latina. Contudo, são incluídos apenas quando já foram “civilizados”, realizando-se sempre uma menção àqueles “bárbaros” que ainda viveriam à margem da nação.

Portanto, as concepções sobre a raça latina por vezes abrangem as populações não-brancas da América, por vezes faz referência somente aos descendentes de europeus. A nossa análise revelou uma tendência maior do grupo conservador, sobretudo o ligado ao *La Sociedad*, em entender os indígenas como tutelados pelos brancos; contudo, o grupo ligado ao *El Siglo Diez y Nueve*, ainda que não fale de uma tutela direta desses grupos, afirma a necessidade de uma ação civilizatória. A Reforma defendida por Benito Juárez previa, entre outras transformações, o fim das propriedades comunais e a transformação desses indígenas em pequenos proprietários. Seria, na visão dos reformistas, uma forma de integrá-los à nação, que tinha como fio condutor uma noção de progresso que é marcadamente europeia.

O importante é que, incluindo ou não os indígenas, havia uma concepção geral de que as raças latinas, estando na cabeça de uma obra civilizatória na América desde o período colonial, possuía uma postura em relação às demais raças que as agregava e civilizava, ao contrário dos anglo-saxões, que as eliminava com violência ou as isolava. Essa visão romantizada da conquista espanhola e das dinâmicas populacionais do México independente podem ser observadas muito posteriormente nos discursos que mobilizam o conceito de mestiçagem, como afirma Gabilondo. A nossa hipótese aqui é que essa ideia de uma raça latina como possuindo uma relação mais harmônica com os povos que dominam, remontando à ideia de uma dominação civilizatória tanto do Império Romano quanto da colonização ibérica, é um dos elementos que explicam a razão pela qual o conceito é mobilizado de forma tão frequente pelas elites letradas mexicanas ligadas aos periódicos analisados. Se esta hipótese é certa, a manutenção da latinidade no conceito de América Latina se explica no período posterior como uma valorização dessa interpretação da cultura latina como universalista e agregadora. Ainda que o conceito de América Latina não seja o objeto de nossa investigação, ao entendermos que ambos os conceitos se relacionam diretamente – um dando origem ao outro –, não podemos deixar de nos perguntar o motivo pelo qual a latinidade permaneceu, ainda que a referência à raça tenha desaparecido. Em nossa concepção, se trata tanto de uma negação do emergente discurso racial europeu – que não era em nada conveniente aos ibero-americanos devido à condenação do continente e de sua população mestiça –, ao mesmo tempo que uma

resposta a ele, visto que se coloca em evidência a inclusão das populações não brancas nos projetos de nação da região como um elemento positivo dessa matriz racial.

Não queremos com isso negar o papel da raça latina como uma forma de união das nações ibéricas do continente frente ao expansionismo estadunidense. Para nós, essa é a principal razão pelo qual o conceito se difunde nas décadas de 1850 e 1860. Contudo, queremos colocar em evidência aqui para um outro elemento que pode explicar a difusão do termo no México e outras nações americanas. Não queremos tampouco defender a posição dos intelectuais que são objeto de nosso estudo, de que a civilização de matriz latina que se instalou no continente americano contou com uma relação mais harmoniosa com as populações não-brancas do continente. Pretendemos demonstrar que a ideia de uma conquista e colonização ibérica mais benévola – e a inclusão disso em um discurso identitário regional – não surge com as teorias sobre a miscigenação racial do século XX, é na verdade mais antiga, e pode remontar pelo menos aos usos e apropriações que os mexicanos e outros hispano-americanos realizam de raça latina em meados dos oitocentos.

4.

Conclusão

Estudar o passado partindo de conceitos envolve a complexa tarefa de analisar a linguagem como uma dimensão intrínseca da realidade social e política, fundamental para a compreensão do passado e da relação que os sujeitos históricos estabelecem com seu próprio tempo. Ao examinarmos como palavras que anteriormente não faziam parte do vocabulário político - ou que sofreram transformações significativas - se tornam conceitos centrais em resposta às demandas de uma determinada época, podemos compreender melhor os principais dilemas, inquietações e necessidades dos sujeitos históricos, bem como as motivações que levaram esses indivíduos a se engajarem no debate público como forma de defender ideias e posições políticas. No entanto, esta capacidade de moldar a linguagem para fins específicos é limitada pela necessidade de uma comunicação eficaz, uma vez que a dimensão dialógica do discurso não pode ser negligenciada. Assim, a transformação conceitual não é arbitrária ou instantânea, mas um processo de longo termo, condicionado por um amplo movimento de mudança em que participam diversos agentes. Ao investigarmos o conceito de raça latina no México de meados do século XIX, não pretendemos traçar mudanças semânticas, mas compreender as formas como os intelectuais daquele país foram se apropriando do conceito e mobilizando-o em um processo de conformação de identidades; especialmente no contexto da construção do Estado nacional, mas também na constituição de identidades mais amplas, que buscavam precisar um lugar para o México e para as demais nações ibero-americanas em um mundo cada vez mais antagonizado. Nossa decisão em estudar o tema foi motivada pela observação de sua presença constante nos discursos do período. Queríamos entender por que tal conceito se mostrou útil para os intelectuais mexicanos, analisando como ele se alinhava com seus ideais de nação e a forma como ele era mobilizado de acordo com a posição política de cada grupo. Além disso, buscamos investigar a relação entre raça latina e América Latina, conceito que posteriormente se consolidaria como a principal expressão da identidade regional.

Nossa primeira conclusão foi que, por mais de uma década, o conceito de raça latina não esteve vinculado apenas ao conservadorismo ou ao monarquismo. Os

intelectuais mexicanos certamente foram influenciados por textos europeus (especialmente franceses), nos quais se fazia presente pelo menos desde os anos 1830. A partir da década de 1850, o conceito que era inicialmente aplicado ao contexto europeu passa a ser cada vez mais utilizado para dar conta da realidade americana. Esse desenvolvimento está diretamente relacionado ao crescente sentimento de diferenciação entre duas Américas, desencadeado por uma mudança na política internacional dos Estados Unidos, que se tornava cada vez mais intervencionista na região. Após a derrota do México na guerra contra os Estados Unidos e o início das expedições flibusteiras americanas na América Central, um sentimento de alerta emergiu entre os intelectuais ibero-americanos, alimentado por um ressentimento crescente em relação aos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a fragilidade das nações do continente, que enfrentavam dificuldades para estabelecer uma ordem estável em meio a disputas internas violentas, levou ao aumento dos discursos em prol da união regional. O recurso ao discurso europeu que dividia o mundo civilizado em grandes grupos raciais pareceu útil às elites locais, que se sentiam ameaçadas e buscavam conformar uma identidade regional que unisse países com cultura, passado e desafios comuns. Observamos que o ponto de virada ocorre com o início da intervenção francesa e, principalmente, com a instauração do Segundo Império, visto que a ideia da necessidade de defesa e promoção das raças latinas é central na concepção napoleônica sobre o papel da França no plano internacional. A partir de então, o termo é cada vez mais vinculado ao conservadorismo.

Tendo sido um conceito importante em um momento em que os ibero-americanos buscavam uma identidade própria que os diferenciasse dos estadunidenses, não poderíamos deixar de abordar a relação entre raça latina e América Latina. No entanto, nossa pesquisa não teve como objetivo apenas identificar a utilidade do conceito de raça latina na formação de uma identidade regional, que posteriormente se denominaria latino-americana – como uma espécie de “fase preliminar” de seu desenvolvimento. A literatura sobre o tema já aponta de forma clara a relação existente entre os conceitos, e tal fato serviu-nos mais como ponto de partida do que como hipótese. Nosso interesse se concentrou em entender o porquê de esse conceito específico ser o escolhido para forjar uma identidade regional, considerando que outras alternativas estavam disponíveis; em outras palavras, nos interessava entender a razão pela qual a “latinidade” se manteve como elemento central na conformação dessa identidade. Como vimos, ela poderia ter sido conformada a partir de termos como 'América do Sul', 'América Setentrional',

'América Hispânica', 'Hispanoamérica', 'América Ibérica', dentre outras possibilidades. Além disso, seguindo a tendência da época de associar povos a raças, a identidade poderia ter sido construída a partir da “raça espanhola”, da “raça hispânica” ou da “raça ibérica”. Por que, então, evocar à latinidade dessa América?

Nossa análise conclui que a identificação com a raça latina não foi aleatória. Ela não se explica apenas pelo fato de o elemento linguístico ser compartilhado por todos os países que compõem essa entidade regional. Também entendemos que a escolha inicial de incluir a raça nesse conceito é um fato que nos oferece pistas para entender o motivo pelo qual o termo passa a ser mobilizado com tanta frequência em meados dos oitocentos. A aceitação inicial do conceito tanto entre intelectuais conservadores quanto entre liberais está ligada à necessidade de responder a certos dilemas enfrentados por intelectuais mexicanos e ibero-americanos como um todo. Compostas em sua maioria por descendentes de europeus, essas elites se viam como integrantes do mundo civilizado de matriz europeia, mas também estavam conscientes de sua condição como não-europeus. Além disso, tinham plena consciência de sua diferença em relação às massas que constituíam a maioria desses países, composta majoritariamente por mestiços, indígenas e afrodescendentes. Por mais que não desejassem tornar-se espécies de “marionetes” das potências europeias, eram partidários de projetos de nação incutidos por uma concepção de progresso e civilização que é marcadamente europeia.

Além disso, esses homens não estavam satisfeitos com a forma como seus países eram retratados pela pena de intelectuais europeus. Como vimos, os discursos que condenavam a América e os americanos a um estado de eterna barbárie existiam há muito. Contudo, acendiam, para além de discursos que afirmavam a incapacidade dos americanos em se autogovernar e chegar a soluções para seus problemas internos, os discursos que entendiam a diversidade humana que caracterizava as populações desses países como um demérito. Vimos, com base em muitos artigos de resposta a publicações europeias, que a opinião exterior sobre o México importava muito para esses intelectuais, que certamente não se sentiam satisfeitos ao atentarem-se que os membros das nações consideradas como as mais civilizadas do planeta entendiam que o país seria incapaz de atingir níveis superiores de progresso e civilização. Frente a esses discursos, a resposta muitas vezes foi realizada por meio de escritos que pretendiam tratar sobre a “real” situação do país, mas é evidente que tal fato também gerava uma crise identitária que movia esses homens a refletir sobre sua própria condição.

Nossa hipótese principal é que a evocação da latinidade pelos intelectuais mexicanos e ibero-americanos por meio do conceito de raça latina servia como uma resposta estratégica tanto aos discursos europeus quanto à crise identitária que se agravava com essas narrativas. Ao afirmar que as nações americanas pertenciam a uma entidade superior ligada às origens históricas da civilização europeia — o Império Romano —, esses intelectuais reforçavam os vínculos de seus países com a civilização. Ao mesmo tempo, essa identificação resgatava uma característica central dessa matriz histórica para defender o tipo de sociedade desenvolvida na América. A raça latina era evocada por seu caráter universalista e civilizador — marcado por uma trajetória histórica de expansionismo integrador, desde Roma, passando pela expansão marítima liderada por Portugal e Espanha, até a Revolução Francesa —, sempre ampliando seu território e difundindo o catolicismo, ao mesmo tempo em que civilizava os povos subjugados. Em contraste, o expansionismo da raça anglo-saxã era visto como movido meramente por propósitos materiais, sem a preocupação de agregar e auxiliar as populações dominadas, preferindo eliminá-las e evitando a miscigenação. Para esses intelectuais, essa distinção justificaria a diversidade étnica presente na América de matriz latina, onde as populações conquistadas não foram eliminadas, mas integradas à sociedade.

Essa identificação com a raça latina não apenas reforçava os laços desses países com a Europa e reafirmava sua condição de nações civilizadas, mas também respondia a discursos de cunho racial que condenavam o porvir dessas nações por conta de suas populações não-brancas. Comparando esse discurso com ideias que emergiriam no século XX, como a noção de uma colonização ibérica mais benévola e o desenvolvimento de nações com relações raciais mais harmônicas — principalmente em contraste com a dinâmica populacional dos Estados Unidos —, observamos que a valorização da mestiçagem e a ideia de "democracia racial" não representam o primeiro momento em que se realiza um discurso que esse tipo de discurso é realizado. Embora não busquemos estabelecer uma relação direta entre o conceito de raça latina e o desenvolvimento dessas ideias, a defesa da diversidade étnica como um mérito, e não como um problema, é uma ideia mais antiga do que se costuma afirmar. Ainda assim, ressaltamos mais uma vez que essas elites mantinham um ideal de embranquecimento em suas concepções sobre o porvir da nação. Dentro dos projetos de progresso, muitos intelectuais, tanto conservadores quanto liberais, acreditavam na necessidade de atrair imigração europeia — isso se reflete na quantidade de artigos dedicados ao tema que encontramos nos três periódicos

analisados. Além disso, é importante ressaltar que a ideia de cidadania era restritiva para grande parte desses intelectuais, já que poucos viam com bons olhos a expansão irrestrita dos direitos políticos para as massas.

Queríamos ter podido realizar uma análise mais ampla dos usos e apropriações do conceito em outros periódicos mexicanos ou mesmo em outras nações americanas, assim como traçar a forma como o conceito se manifesta de forma atlântica – uma vez que, por meio dos periódicos que analisamos, pudemos perceber a recorrência do conceito em artigos publicados em diversos países. Obviamente, a restrição de tempo e a dificuldade de acesso a arquivos e hemerotecas estrangeiras limitou nossas possibilidades de análise. Contudo, acreditamos que se abrem alguns caminhos de pesquisa para o futuro. Esperamos ter contribuído minimamente para o debate sobre a conformação de identidades no período pós-independência e para o debate sobre as concepções raciais na América Latina – em especial no período prévio à transformação gerada pelo darwinismo social.

5.

Referências Bibliográficas

5.1.

Fontes Primárias

El Siglo Diez y Nueve

El Universal

La Sociedad

Revue des Races Latines

GOBINEAU, Arthur et al. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Librairie de F. Didot frères, 1853.

5.2.

Bibliografia Geral

ALTAMIRANO, Carlos. **La invención de Nuestra América: obsesiones, narrativas y debates sobre la identidad de América Latina**. Siglo XXI Editores, 2021.

ANNINO, Antonio. **Soberanía y competición política-1808-1830: Unos problemas y unas definiciones**. Almanack, n. 19, p. 1-40, 2018.

ARDAO, Arturo. **España en el origen del nombre de América Latina**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.

ARDAO, Arturo. **Génesis de la idea y el nombre de América Latina**. 1. ed. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.

BANTON, Michael. **A ideia de raça**. Tradução de Antônio Marques Bessa. 1977.

BOLÍVAR, Simón. **Carta de Jamaica (1815)**. Escritos políticos. Graciela Soriano, ed, 2015.

BRADING, David A. **Los orígenes del nacionalismo mexicano**. Ediciones Era, 1988.

CAMARGO, Katia Aily Franco de. **A Revista como Fonte de Pesquisa.** Educação: Teoria e Prática, p. 79–79, 2005.

CASTELAR, Emilio. **La Unión de España y América (La América).** El Siglo Diez y Nueve, Cidade do México, 4 de maio de 1858.

CHARTIER, Roger. **Texto, impressão, leituras.** In: HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHIARAMONTE, José Carlos. **¿Provincias o Estados?: Los orígenes del federalismo rioplatense.** In: Revoluciones hispánicas: independencias americanas y liberalismo español. Editorial Complutense, 1995. p. 167-206.

CHIARAMONTE, José Carlos. **El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso de Rio de la Plata.** Anos 90, v. 1, n. 1, p. 51, 1993.

DOYLE, Don H. **American Civil Wars: The United States, Latin America, Europe, and the Crisis of the 1860's.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2017.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. **Historia conceptual en el Atlántico ibérico: lenguajes, tiempos, revoluciones.** Fondo de Cultura Económica de España (FCE), 2021, p. 317.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

FUENTES, Miguel Hernández. **Conceptos de temporalidad en la prensa conservadora y del Segundo Imperio en México, 1848-1867.** Almanack, p. 350–366, 2015. p. 351.

GABILONDO, Joseba. **Genealogía de la “raza latina”: para una teoría atlántica de las estructuras raciales hispanas.** Revista iberoamericana, v. 75, n. 228, 2009, p. 795-818.

GALL, Olivia. **Mestizaje y racismo en México.** Nueva sociedad, n. 292, p. 57, 2021.

GOBAT, Michel. **The invention of Latin America: A transnational history of anti-imperialism, democracy, and race.** The American Historical Review, v. 118, n. 5, p. 1347, 2013.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Apresentação: Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo.** Intelectuais mediadores: Práticas culturais e ação política, p. 7–37, 2016.

GRAVIER, Marina Garone. **Competencia tipográfica en México a mediados del siglo xix: entre la disputa tecnológica e ideológica del**

catalán Rafael de Rafael y el jalisciense Ignacio Cumplido. Butlletí de La Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, p. 299-324, 2010.

HAMMOND, John Hays. **José María Roa Bárcena: Mexican Writer and Champion of Catholicism.** The Americas, v. 6, n. 1, p. 45-55, 1949.

KOSELLECK, Reinhart; MASS, Wilma Patrícia; PEREIRA, Carlos Almeida. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2021.

LATORRE, Laura Suárez de. **La producción de libros, revistas, periódicos y folletos en el siglo XIX.** In: LARA, Belem Clark de; GUERRA, Elisa (org.). La república de las letras: asomos a la cultura escrita del México decimonónico. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LLORENS, Antonia Pi-Suñer. **México en el Diccionario universal de historia y de geografía.** UNAM, 2000.

MCGOWAN, Gerald L. **Prensa y poder, 1854-1857: la Revolución de Ayutla, el Congreso Constituyente.** El Colegio de México, 1978.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial.** Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

MYERS, Jorge. **Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia.** In: Historia de los intelectuales en América Latina. Katz, 2008.

NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas en México.** Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

PADILLA, Guillermo Zermeño. **Del mestizo al mestizaje: arqueología de un concepto.** Memoria y sociedad, v. 12, n. 24, p. 80, 2008.

PALTI, Elías J. **La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina.** História Unisinos, v. 11, n. 3, p. 297–305, 2007.

PALTI, Elías J. **O tempo da política: O século XIX reconsiderado.** [s.l.]: Autêntica Editora, 2020.

PALTI, Elías J. **Tres etapas de la prensa política mexicana del siglo XIX: el publicista y los orígenes del intelectual moderno.** In: Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2006.

PANI, Erika. **Nación, constitución y reforma, 1821-1908.** Fondo de Cultura Económica, 2019.

APA

PANI, Erika. **Para mexicanizar el Segundo Imperio: el imaginario político de los imperialistas**. [s.l.]: El Colegio de México, 2001.

PHELAN, John Leddy. **Pan-Latinism, French intervention in México (1861-1867) and the genesis of the idea of Latin America**. In: Conciencia y autenticidad históricas: Escritos en homenaje a Edmundo O’Gorman, p. 279-289, 1968.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **A pena e a espada: a Revue des Deux Mondes e a intervenção francesa no México**. Varia Historia, v. 30, n. 54, p. 613-630, 2014.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

QUIJADA, Mónica. **Sobre el origen y difusión del nombre “América Latina” (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad)**. Revista de Indias, v. 58, n. 214, p. 595-616, 1998.

RODRÍGUEZ, Miriam Badillo. **Prensa y Literatura Traducida en el Siglo XIX: El Siglo Diez y Nueve, El Monitor Republicano y El Universal. 1848-1855**. El Colegio de México, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. Madrid: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009. p. 26.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **A Revue des Deux Mondes em face da América espanhola oitocentista: projeções imperiais e apropriações nacionais**. In: Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas, 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002658282>. Acesso em: 4 set. 2021.

SOARES, G. P. **História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos**. Em: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (org.). Cadernos de Seminários de Pesquisa. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, v.2. Disponível em: <http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CSP2.pdf>.

TEMIME, Emile. **Un journaliste d'affaires: Gabriel Hugelmann, propagandiste au service de Napoléon III et homme de confiance de Thiers.** *Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine*, v. 18, n. 4, p. 610-629, 1971.

THIER, Maïke. **The View from Paris: 'Latinity', 'Anglo-Saxonism', and the Americas, as discussed in the *Revue des Races Latines*, 1857-64.** *The International History Review*, v. 33, n. 4, p. 627-644, 2011.